

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	9
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	21
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	46
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	157
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	158
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	159
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	160
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	161
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	162

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	756.010.104
Preferenciais	1.058.632.636
Total	1.814.642.740
Em Tesouraria	
Ordinárias	923.837
Preferenciais	3.695.348
Total	4.619.185

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	17.707.878	18.152.620
1.01	Ativo Circulante	1.328.303	2.045.112
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.569	17.408
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.090.104	1.842.464
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.090.104	1.842.464
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras no Mercado Aberto e Recursos vinculados	1.090.104	1.842.464
1.01.03	Contas a Receber	39.600	32.706
1.01.03.01	Clientes	39.575	32.681
1.01.03.01.01	Clientes	39.575	32.681
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	25	25
1.01.03.02.01	Títulos de crédito a receber	25	25
1.01.04	Estoques	261	270
1.01.06	Tributos a Recuperar	87.389	54.450
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	87.389	54.450
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	87.380	97.814
1.01.08.03	Outros	87.380	97.814
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	45.427	45.427
1.01.08.03.04	Outros créditos	41.953	52.387
1.02	Ativo Não Circulante	16.379.575	16.107.508
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.923.898	6.083.658
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.872.139	2.823.496
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	2.872.139	2.823.496
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.317.595	2.432.573
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	1.317.595	2.432.573
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	734.164	827.589
1.02.01.10.04	Depósitos e cauções vinculados	1.197	1.177
1.02.01.10.06	Tributos a recuperar	100.864	130.564
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	428.975	495.848
1.02.01.10.08	Outros créditos	203.128	200.000
1.02.02	Investimentos	11.315.414	9.881.257
1.02.02.01	Participações Societárias	11.315.414	9.881.257
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.200.382	9.761.932
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	115.032	119.325
1.02.03	Imobilizado	73.099	70.698
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	73.099	70.698
1.02.04	Intangível	67.164	71.895
1.02.04.01	Intangíveis	67.164	71.895
1.02.04.01.02	Intangíveis	67.164	71.895

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	17.707.878	18.152.620
2.01	Passivo Circulante	2.893.754	3.431.356
2.01.02	Fornecedores	2.561	6.094
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.561	6.094
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.270.913	1.210.976
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	68.288	66.833
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	67.042	66.833
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.246	0
2.01.04.02	Debêntures	1.202.625	1.144.143
2.01.05	Outras Obrigações	1.620.280	2.214.286
2.01.05.02	Outros	1.620.280	2.214.286
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.874	798.743
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	100.195	56.584
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	15.634	14.233
2.01.05.02.06	Benefícios pós emprego	1.229	1.229
2.01.05.02.07	Impostos e Contribuições Sociais	14.396	19.602
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	1.397.547	1.235.453
2.01.05.02.10	Arrendamentos operacionais	73	86
2.01.05.02.11	Outros Passivos	87.332	88.356
2.02	Passivo Não Circulante	5.899.062	6.286.824
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.935.254	4.941.353
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.596.021	1.643.093
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.372.402	1.371.782
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	223.619	271.311
2.02.01.02	Debêntures	3.339.233	3.298.260
2.02.02	Outras Obrigações	486.921	863.455
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	438.653	426.139
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	438.653	426.139
2.02.02.02	Outros	48.268	437.316
2.02.02.02.04	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	5.943	5.405
2.02.02.02.05	Benefícios pós emprego	9.149	8.842
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	4.181	1.371
2.02.02.02.08	Provisão para perdas em participações societárias	0	392.896
2.02.02.02.10	Arrendamentos Operacionais	322	326
2.02.02.02.11	Impostos e contribuições sociais	4.286	4.087
2.02.02.02.12	Outros Passivos	24.387	24.389
2.02.03	Tributos Diferidos	476.887	482.016
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	476.887	482.016
2.03	Patrimônio Líquido	8.915.062	8.434.440
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.944	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	172.304	198.111
2.03.02.07	Custo com emissões de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Outras Reservas de capital	238.027	263.834
2.03.04	Reservas de Lucros	5.050.072	5.050.072
2.03.04.01	Reserva Legal	443.967	443.967

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.606.105	4.606.105
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	506.170	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-177.428	-177.428

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	59.122	54.461
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.043	-29.016
3.02.01	Pessoal e administradores	-30.215	-24.597
3.02.02	Benefícios pós emprego	-176	-97
3.02.03	Material	-271	-449
3.02.04	Serviços de Terceiros	-5.582	-2.386
3.02.05	Amortização e Depreciação	-1.298	-647
3.02.06	Outras Despesas	-501	-840
3.03	Resultado Bruto	21.079	25.445
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	698.116	572.057
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.892	-14.681
3.04.02.02	Pessoal e administradores	-3.241	-3.288
3.04.02.03	Benefícios pós emprego	-832	-672
3.04.02.04	Material	-51	-505
3.04.02.05	Serviços Terceiros	-2.113	-5.433
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-3.373	-3.148
3.04.02.07	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-427	-68
3.04.02.08	Outras	-1.855	-1.567
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	81	65
3.04.04.02	Outros	81	65
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-598	-19
3.04.05.02	Outras despesas	-598	-19
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	710.525	586.692
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	719.195	597.502
3.06	Resultado Financeiro	-212.323	248.246
3.06.01	Receitas Financeiras	184.629	95.456
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	135.310	62.872
3.06.01.02	Receita de atualização de mútuos	50.053	19.828
3.06.01.03	Receita de aval	6.703	7.087
3.06.01.04	Tributos sobre receitas financeiras	-9.013	-4.264
3.06.01.05	Outros receitas financeiras	1.576	9.933
3.06.02	Despesas Financeiras	-396.952	152.790
3.06.02.01	Encargos e dívidas - juros	-137.834	-63.029
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	-184.606	273.389
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	-47.104	21.682
3.06.02.04	Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	-16.755	-79.722
3.06.02.05	Despesas bancárias	-387	-277
3.06.02.06	IOF	-1.607	-2
3.06.02.07	Despesas de aval	-1.158	-2.148
3.06.02.08	Atualização de provisões p/ contingência	-120	-8
3.06.02.09	Marcação a mercado da dívida	5.620	3.488
3.06.02.10	Outras despesas financeiras	-163	-583
3.06.02.11	Atualização de mútuos	-12.838	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	506.872	845.748
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-702	-25.985

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.08.01	Corrente	-5.831	0
3.08.02	Diferido	5.129	-25.985
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	506.170	819.763
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	506.170	819.763
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,28	0,45
3.99.01.02	PN	0,28	0,45
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,28	0,45
3.99.02.02	PN	0,28	0,45

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	506.170	819.763
4.03	Resultado Abrangente do Período	506.170	819.763

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.303	27.525
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.840	25.753
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	506.170	819.763
6.01.01.03	Despesas com juros, var.monet. e cambiais - líquidas	-16.807	60.832
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-710.525	-586.692
6.01.01.05	Amortização e depreciação	4.671	3.795
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social	702	25.985
6.01.01.09	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	427	78
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	47.104	-21.682
6.01.01.11	Marcação a mercado de derivativos	184.606	-273.389
6.01.01.12	Marcação a mercado das dívidas	-5.620	-3.488
6.01.01.13	Perda (ganho) na alienação de bens do ativo	598	0
6.01.01.14	Programa de remuneração variável (ILP)	514	551
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.143	1.772
6.01.02.01	(Aumento) de clientes	-6.894	-1.414
6.01.02.03	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-20	-393
6.01.02.04	Diminuição de estoques	9	4
6.01.02.05	(Aumento) diminuição de tributos a recuperar	-3.239	5.129
6.01.02.06	Valor recebido dos títulos cedidos ao FDIC	0	9.660
6.01.02.08	Diminuição de outros créditos	6.707	575
6.01.02.09	(Diminuição) de fornecedores	-3.533	-10.016
6.01.02.11	(Diminuição) de impostos e contribuições sociais	-10.838	-2.431
6.01.02.12	Aumento de obrigações estimadas	1.401	663
6.01.02.13	Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	-9	-10
6.01.02.15	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	-1.727	5
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	707.434	864.545
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-293.994	-56.902
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-4.562	2.800
6.02.03	Aplicações no intangível	2.221	-7.445
6.02.04	Recebimento de dividendos	164.742	800.949
6.02.05	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	839.027	193.509
6.02.06	Caixa e equivalente de caixa na aquisição de cotas do FIDC	0	-68.366
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-694.970	-689.650
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debentures - principal	0	-1.400
6.03.04	Pagamento de empréstimos, debentures - juros	-51.520	-51.947
6.03.06	Pagamentos de dividendos	-794.869	-398.244
6.03.09	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-18	-27
6.03.11	Partes relacionadas	151.178	-238.032
6.03.12	Aumento de capital com subscrição de ações	259	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.161	202.420
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.408	18.629
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.569	221.049

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	198.111	5.050.072	0	-177.428	8.434.440
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	198.111	5.050.072	0	-177.428	8.434.440
5.04	Transações de Capital com os Sócios	259	-25.807	0	0	0	-25.548
5.04.01	Aumentos de Capital	259	0	0	0	0	259
5.04.08	Transações com investimentos	0	-23.033	0	0	0	-23.033
5.04.09	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.587	0	0	0	1.587
5.04.10	Investimento PUT	0	-4.361	0	0	0	-4.361
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	506.170	0	506.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	506.170	0	506.170
5.07	Saldos Finais	3.363.944	172.304	5.050.072	506.170	-177.428	8.915.062

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.446	-10.756	0	0	-9.310
5.04.08	Transações com investimentos	0	-581	0	0	0	-581
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-10.756	0	0	-10.756
5.04.10	Programa de remuneração variável - ILP	0	2.231	0	0	0	2.231
5.04.11	Investimento PUT	0	-204	0	0	0	-204
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	819.763	0	819.763
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	819.763	0	819.763
5.07	Saldos Finais	3.363.685	309.274	3.263.561	819.763	-297.093	7.459.190

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	66.892	61.547
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	66.811	61.482
7.01.02	Outras Receitas	81	65
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.210	-9.911
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.017	-8.773
7.02.04	Outros	-2.193	-1.138
7.03	Valor Adicionado Bruto	56.682	51.636
7.04	Retenções	-4.671	-3.795
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.671	-3.795
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	52.011	47.841
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	904.167	686.411
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	710.525	586.692
7.06.02	Receitas Financeiras	193.642	99.719
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	956.178	734.252
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	956.178	734.252
7.08.01	Pessoal	29.245	24.190
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.426	17.770
7.08.01.02	Benefícios	5.169	5.049
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.650	1.371
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.816	41.925
7.08.02.01	Federais	21.114	40.400
7.08.02.02	Estaduais	139	101
7.08.02.03	Municipais	1.563	1.424
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	397.947	-151.626
7.08.03.01	Juros	396.952	-152.790
7.08.03.02	Aluguéis	995	1.164
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	506.170	819.763
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	506.170	819.763

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	53.389.560	54.768.404
1.01	Ativo Circulante	13.888.684	15.527.778
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.045.547	773.505
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.728.927	4.057.459
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.728.927	4.057.459
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.728.927	4.057.459
1.01.03	Contas a Receber	5.027.201	5.008.273
1.01.03.01	Clientes	5.022.643	5.004.373
1.01.03.01.01	Clientes, consumidores, concessionárias e outros	5.022.643	5.004.373
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.558	3.900
1.01.03.02.01	Títulos de crédito a receber	4.558	3.900
1.01.04	Estoques	178.489	134.558
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.113.859	1.229.269
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.113.859	1.229.269
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.794.661	4.324.714
1.01.08.03	Outros	2.794.661	4.324.714
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	298.734	473.525
1.01.08.03.02	Ativos financeiros setoriais	1.318.431	1.652.491
1.01.08.03.03	Concessão do serviço público- ativo de contrato	144.620	151.135
1.01.08.03.05	Outros créditos	1.032.876	2.047.563
1.02	Ativo Não Circulante	39.500.876	39.240.626
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.223.045	22.566.997
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.167.626	1.185.892
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	1.167.626	1.185.892
1.02.01.04	Contas a Receber	1.558.008	1.561.771
1.02.01.04.01	Clientes, Consumidores e Concessionárias	1.458.157	1.461.924
1.02.01.04.02	Títulos de créditos a receber	99.851	99.847
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	19.497.411	19.819.334
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	3.812.065	3.718.883
1.02.01.10.05	Créditos tributários	1.388.586	1.423.762
1.02.01.10.06	Depósitos e cauções vinculados	1.295.985	1.003.852
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	1.351.059	2.025.932
1.02.01.10.08	Ativo financeiro indenizável da concessão	8.026.127	7.618.313
1.02.01.10.09	Ativos financeiros setoriais	323.259	988.122
1.02.01.10.10	Concessão do serviço público- ativo de contrato	2.783.537	2.450.614
1.02.01.10.11	Outros créditos	516.793	589.856
1.02.02	Investimentos	60.456	64.755
1.02.02.01	Participações Societárias	60.456	64.755
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	60.456	64.755
1.02.03	Imobilizado	1.007.946	717.518
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.007.946	717.518
1.02.04	Intangível	16.209.429	15.891.356
1.02.04.01	Intangíveis	16.209.429	15.891.356
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	14.500.977	14.643.479

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	1.708.452	1.247.877

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	53.389.560	54.768.404
2.01	Passivo Circulante	11.857.028	12.716.103
2.01.02	Fornecedores	2.003.083	2.573.437
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.003.083	2.573.437
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.760.220	3.878.428
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.282.830	2.014.714
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	664.767	846.391
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.618.063	1.168.323
2.01.04.02	Debêntures	2.477.390	1.863.714
2.01.05	Outras Obrigações	5.093.725	6.264.238
2.01.05.02	Outros	5.093.725	6.264.238
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18.783	808.562
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	27.381	28.803
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	141.280	134.479
2.01.05.02.07	Taxa de iluminação pública	121.762	112.188
2.01.05.02.08	Benefícios pós-emprego	59.607	59.607
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas	226.713	205.337
2.01.05.02.10	Encargos setoriais	315.186	329.102
2.01.05.02.11	Impostos e Contribuições Sociais	994.822	934.900
2.01.05.02.12	Passivos financeiros setoriais	172.075	803.480
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	362.209	349.863
2.01.05.02.18	Instrumento financeiros derivativos	1.998.633	1.709.426
2.01.05.02.19	Arrendamentos operacionais	10.408	12.934
2.01.05.02.20	Outros passivos	644.866	775.557
2.02	Passivo Não Circulante	31.414.864	32.521.060
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	18.820.131	19.269.608
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.468.096	9.539.154
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	6.506.152	6.743.619
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.961.944	2.795.535
2.02.01.02	Debêntures	9.352.035	9.730.454
2.02.02	Outras Obrigações	7.869.602	8.423.400
2.02.02.02	Outros	7.869.602	8.423.400
2.02.02.02.03	Fornecedores	118.993	116.851
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	114.013	372.796
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais	907.819	859.499
2.02.02.02.06	Parcelamentos de impostos	10.499	15.554
2.02.02.02.07	Benefício pós-emprego	316.319	305.803
2.02.02.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	1.858.459	1.870.119
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	343.236	680.510
2.02.02.02.13	Encargos setoriais	134.466	129.878
2.02.02.02.15	Arrendamentos operacionais	39.011	39.613
2.02.02.02.16	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	3.768.748	3.708.305
2.02.02.02.17	Outros Passivos	258.039	324.472
2.02.03	Tributos Diferidos	4.725.131	4.828.052
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.725.131	4.828.052

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	10.117.668	9.531.241
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.944	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	172.304	198.111
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Outros reservas de capital	238.027	263.834
2.03.04	Reservas de Lucros	5.050.072	5.050.072
2.03.04.01	Reserva Legal	443.967	443.967
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.606.105	4.606.105
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	506.170	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-177.428	-177.428
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.202.606	1.096.801

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.514.553	5.465.430
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.798.315	-4.303.818
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-2.635.635	-2.668.124
3.02.02	Encargos uso sistema transm.e distribuição	-453.941	-443.164
3.02.03	Pessoal e administradores	-248.803	-248.413
3.02.04	Benefícios pós emprego	-6.106	-3.343
3.02.05	Material	-52.247	-36.459
3.02.06	Serviços de terceiros	-105.914	-137.599
3.02.07	Amortização e Depreciação	-280.328	-267.104
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-3.422	154
3.02.09	Custo de construção	-866.883	-488.676
3.02.11	(Reversão) provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-129.491	3.306
3.02.12	Outras	-15.545	-14.396
3.03	Resultado Bruto	1.716.238	1.161.612
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-259.436	-156.031
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-248.185	-177.091
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-49.714	-49.635
3.04.02.02	Benefícios pós emprego	-7.299	-9.883
3.04.02.03	Material	-15.557	-13.832
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-81.052	-47.513
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-20.889	19.524
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-37.631	-34.357
3.04.02.07	Outras	-36.043	-41.395
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19.071	133.896
3.04.04.01	Ganho/Perda de Alienação	19.071	133.896
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-30.322	-112.836
3.04.05.01	Ganho/Perda de Alienação	-31.052	-24.337
3.04.05.03	MTM comercialização de energia	17.967	-13.900
3.04.05.04	Outras	-17.237	-74.599
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.456.802	1.005.581
3.06	Resultado Financeiro	-563.125	103.978
3.06.01	Receitas Financeiras	348.342	169.448
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	142.558	26.699
3.06.01.02	Variação monetária e acresc.moratorio de energia	107.924	117.506
3.06.01.04	Juros recebidos/selic	7.567	4.312
3.06.01.05	Atualização depósito judicial	-2.254	8.584
3.06.01.08	Atualização financeira de ativos setoriais	31.501	-7.932
3.06.01.09	Tributos sobre receitas financeiras	-25.052	-12.857
3.06.01.10	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	63.220	8.165
3.06.01.11	Outras receitas financeiras	22.878	24.971
3.06.02	Despesas Financeiras	-911.467	-65.470
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-446.146	-201.252
3.06.02.02	Encargos dividas - var monetaria e cambial	547.962	-399.656

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.06.02.03	(-) Transferência p/ordens em curso	62.146	5.329
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	-14.449	-12.546
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-210.349	93.312
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	-728.012	375.225
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	-2.935	-1.225
3.06.02.08	Despesas bancárias	-6.241	-3.978
3.06.02.10	Atualização contingências	-19.182	-19.770
3.06.02.11	Marcação a mercado da dívida	43.299	182.690
3.06.02.12	Atualização financeira de passivos setoriais	13.979	-2.217
3.06.02.13	Despesa de aval	-1.158	-2.148
3.06.02.14	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-60.387	-8.165
3.06.02.15	Incorporações de redes	-35.640	-8.111
3.06.02.16	Outras despesas financeiras	-54.354	-62.958
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	893.677	1.109.559
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-312.993	-236.222
3.08.01	Corrente	-380.738	-156.246
3.08.02	Diferido	67.745	-79.976
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	580.684	873.337
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	580.684	873.337
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	506.170	819.763
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	74.514	53.574
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,28	0,45
3.99.01.02	PN	0,28	0,45
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,28	0,45
3.99.02.02	PN	0,28	0,45

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	580.684	873.337
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	580.684	873.337
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	506.170	819.763
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	74.514	53.574

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.203.677	749.931
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.643.890	1.107.784
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	580.684	873.337
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	312.993	236.222
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	-278.933	543.440
6.01.01.04	Amortização e depreciação	317.959	301.461
6.01.01.05	(Reversão) provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	129.491	-3.306
6.01.01.06	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias	-3.651	-542
6.01.01.07	Valor residual de ativos permanentes baixados	11.981	-10.170
6.01.01.08	Marcação a mercado das dívidas	-43.299	-182.690
6.01.01.09	Marcação a mercado de derivativos	210.349	-93.312
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	728.012	-375.225
6.01.01.12	Programa de remuneração variável (ILP)	1.676	2.291
6.01.01.13	Marcação a mercado dos contratos de compra/venda de energia comercializada	-17.967	13.900
6.01.01.16	Remuneração do ativo de contrato	-60.759	-36.154
6.01.01.17	Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	-43.770	-30.088
6.01.01.18	Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-200.876	-131.380
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-440.213	-357.853
6.01.02.01	(Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias	-109.681	252.650
6.01.02.02	Diminuição (aumento) de ativos financeiros setoriais	142.874	-414.704
6.01.02.03	(Aumento) de títulos e créditos a receber	-662	-112.559
6.01.02.04	(Aumento) de estoques	-43.931	-21.820
6.01.02.05	Diminuição (aumento) de tributos a recuperar	43.816	-10.197
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-294.387	-19.856
6.01.02.07	Recursos da conta de comercialização de Itaipu	18.464	7.980
6.01.02.09	Diminuição de outros créditos	1.039.640	150.604
6.01.02.11	(Diminuição) de fornecedores	-718.495	-722.765
6.01.02.12	Aumento de tributos e contribuições sociais	5.696	6.435
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-215.376	-133.722
6.01.02.14	Aumento de obrigações estimadas	6.801	10.706
6.01.02.16	(Diminuição) aumento de passivos financeiros setoriais	-85.614	681.909
6.01.02.17	Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	-33.291	-31.341
6.01.02.18	(Diminuição) de outras contas a pagar	-196.067	-1.173
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-657.235	477.402
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-310.832	-16.645
6.02.03	Aplicações no intangível	-605.030	-303.953
6.02.06	Aplicação Financeira e recursos vinculadas	489.356	1.132.725
6.02.08	Alienação de bens do imobilizado e intangível	28.193	20.787
6.02.09	Aplicações em linhas de transmissão de energia	-156.836	-115.812
6.02.10	Caixa e equivalente de caixa pago na combinação de negócios	-102.086	-239.700
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-274.400	-1.048.946

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	1.744.713	1.816.604
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-779.659	-2.386.905
6.03.04	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-366.248	-216.160
6.03.05	Recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-44.235	205.677
6.03.06	Pagamento de dividendos	-798.613	-436.035
6.03.07	Pagamento de incorporação de redes	-63.570	-21.887
6.03.12	Parcelamento de impostos	-7.635	-6.011
6.03.14	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-3.121	-4.229
6.03.15	Aumento de capital com subscrição de ações	43.968	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	272.042	178.387
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	773.505	1.062.102
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.045.547	1.240.489

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	198.111	5.050.072	0	-177.428	8.434.440	1.096.801	9.531.241
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	198.111	5.050.072	0	-177.428	8.434.440	1.096.801	9.531.241
5.04	Transações de Capital com os Sócios	259	-25.807	0	0	0	-25.548	31.291	5.743
5.04.01	Aumentos de Capital	259	0	0	0	0	259	43.709	43.968
5.04.08	Transações com investimentos	0	-23.033	0	0	0	-23.033	-3.673	-26.706
5.04.09	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.587	0	0	0	1.587	89	1.676
5.04.10	Investimento PUT	0	-4.361	0	0	0	-4.361	0	-4.361
5.04.11	Pagamento de dividendos adicionais	0	0	0	0	0	0	-8.834	-8.834
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	506.170	0	506.170	74.514	580.684
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	506.170	0	506.170	74.514	580.684
5.07	Saldos Finais	3.363.944	172.304	5.050.072	506.170	-177.428	8.915.062	1.202.606	10.117.668

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737	866.932	7.515.669
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737	866.932	7.515.669
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.446	-10.756	0	0	-9.310	-8.175	-17.485
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	6.308	6.308
5.04.08	Transações com investimentos	0	-581	0	0	0	-581	-984	-1.565
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-10.756	0	0	-10.756	-13.559	-24.315
5.04.10	Programa de remuneração variável -ILP	0	2.231	0	0	0	2.231	60	2.291
5.04.11	Investimento PUT	0	-204	0	0	0	-204	0	-204
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	819.763	0	819.763	53.574	873.337
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	819.763	0	819.763	53.574	873.337
5.07	Saldos Finais	3.363.685	309.274	3.263.561	819.763	-297.093	7.459.190	912.331	8.371.521

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	9.278.835	8.067.925
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.450.549	7.430.570
7.01.02	Outras Receitas	19.071	133.896
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	938.706	500.156
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-129.491	3.303
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.484.885	-4.259.463
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.328.435	-3.397.159
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-260.719	-246.361
7.02.04	Outros	-895.731	-615.943
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.793.950	3.808.462
7.04	Retenções	-317.959	-301.465
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-317.959	-301.465
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.475.991	3.506.997
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	373.394	182.305
7.06.02	Receitas Financeiras	373.394	182.305
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.849.385	3.689.302
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.849.385	3.689.302
7.08.01	Pessoal	258.703	273.858
7.08.01.01	Remuneração Direta	141.230	188.333
7.08.01.02	Benefícios	83.439	67.970
7.08.01.03	F.G.T.S.	34.034	17.555
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.031.545	2.468.173
7.08.02.01	Federais	1.554.850	1.132.756
7.08.02.02	Estaduais	1.466.719	1.326.849
7.08.02.03	Municipais	9.976	8.568
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	978.453	73.934
7.08.03.01	Juros	973.613	70.799
7.08.03.02	Aluguéis	4.840	3.135
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	580.684	873.337
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	506.170	819.763
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	74.514	53.574

Comentário do Desempenho

Energisa S/A | Resultados do 1º trimestre de 2022

Cataguases, 12 de maio de 2022 - A administração da Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre (1T22). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

Destaques

Lucro Líquido Recorrente consolidado de R\$ 558,4 milhões e os investimentos cresceram 34,5% atingindo R\$ 1,4 bilhão em 1T22

- ✓ **Lucro líquido Recorrente da Companhia** atingiu R\$ 558,4 milhões, um acréscimo de 41,0% (+R\$ 162,3 milhões) frente a 1T21. Já o Lucro Líquido Societário teve redução de 33,5% (R\$ 292,7 milhões) e finalizou o trimestre em R\$ 580,7 milhões, influenciado em grande parte pela marcação a mercado do bônus de subscrição atrelado às debêntures da 7ª emissão, com data limite de liquidação em agosto deste ano, quando deverá ocorrer a subscrição de novas UNITS da Companhia;
- ✓ **EBITDA ajustado** consolidado totalizou R\$ 1.882,7 milhões no 1T22, acréscimo de 32,2% (R\$ 458,1 milhões) sobre 1T21;
- ✓ **Vendas de energia (mercado cativo + TUSD)** avançam 2,3% no 1T22, frente ao 1T21, atingindo 9.390,4 GWh, superior a variação da média nacional que foi de (0,9%). Considerando o consumo não-faturado o crescimento foi de 3,0% (9.395,1 GWh);
- ✓ **Custos operacionais controláveis (PMSO)** tiveram aumento de 2,6% (R\$ 15,8 milhões) e atingiram R\$ 618,3 milhões no trimestre;
- ✓ **O indicador de perdas totais** da Companhia registrado no 1T22 foi de 12,67% e segue com trajetória de queda pelo quarto trimestre consecutivo, permanecendo abaixo do limite regulatório (13,19%) com destaque para melhoria das perdas elétricas da ERO em 3,01 pontos percentuais;
- ✓ **Os indicadores de qualidade DEC/FEC** das distribuidoras mantiveram excelente desempenho perante os patamares regulatórios. A ERO e a EPB apresentaram os melhores resultados da série histórica tanto para o DEC quanto para o FEC. A EMG e a EAC alcançaram em março de 2022 os seus melhores resultados da série histórica para o FEC;
- ✓ **Dívida líquida consolidada** totalizou R\$ 17.223,5 milhões em março de 2022, contra R\$ 15.252,5 milhões em dezembro de 2021. A relação dívida líquida por EBITDA Ajustado fechou o trimestre em 2,4 vezes;
- ✓ **Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais** consolidados atingiram R\$ 7.460,2 milhões em março de 2022, contra R\$ 8.093,4 milhões em dezembro de 2021;
- ✓ **Investimentos consolidados** de R\$ 1.365,6 milhões no 1T22, aumento de 45,8% (R\$ 428,9 milhões) em relação ao mesmo período ano anterior.

Comentário do Desempenho

Principais Destaques financeiros e operacionais

Descrição	Trimestre		
	1T22	1T21	Var. %
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	9.388,1	7.911,5	+ 18,7
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	5.526,3	4.904,4	+ 12,7
Custos e despesas controláveis	772,1	579,5	+ 33,2
EBITDA	1.774,8	1.307,0	+ 35,8
EBITDA Ajustado	1.882,7	1.424,5	+ 32,2
Lucro Líquido	580,7	873,3	- 33,5
Endividamento Líquido ⁽¹⁾	17.223,5	14.220,9	+ 21,1
Investimentos	1.259,5	936,7	+ 34,5
Indicadores Operacionais Consolidados			
Energia vendida mercado cativo faturado (GWh)	7.478,8	7.466,3	+ 0,2
Mercado cativo + TUSD faturado (GWh)	9.389,4	9.177,5	+ 2,3
Mercado cativo + TUSD + não faturado (GWh)	9.391,9	9.118,2	+ 3,0
Número de Consumidores Totais	8.255.734	8.091.684	+ 2,0
Número de Colaboradores Próprios	16.737	14.661	+ 14,2
Força de Trabalho (colaboradores próprios + terceirizados) ⁽²⁾	21.826	20.056	+ 8,8

(1) Inclui PMSO, contingências e devedores duvidosos. | (2) Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA). | (3) Não incluem terceirizados em obras e terceirizados das distribuidoras registrados como próprios nas empresas prestadoras de serviços do Grupo.

Comentário do Desempenho

1. Perfil e estrutura societária

O Grupo Energisa completou 117 anos em 26 de fevereiro de 2022 atende aproximadamente 8,2 milhões de consumidores em onze Estados, que corresponde aproximadamente a 10% da população brasileira.

A Companhia controla 11 distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Paraná, Acre e Rondônia, com uma área de concessão que atinge 2.034 mil Km², equivalentes a 24% do território nacional.

As atividades do Grupo Energisa também incluem a comercialização e a prestação de serviços relacionados à energia elétrica, a atuação no segmento de geração de energia elétrica distribuída com capacidade de 81,1 MWp (abril/22), bem como ativos em transmissão de energia, entre ativos em operação e construção, totalizando 1.761 km de linhas de transmissão e 7.672 MVA de capacidade de transformação (não computando as operações da Gemini que ainda estão sujeitas a condições precedentes).

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

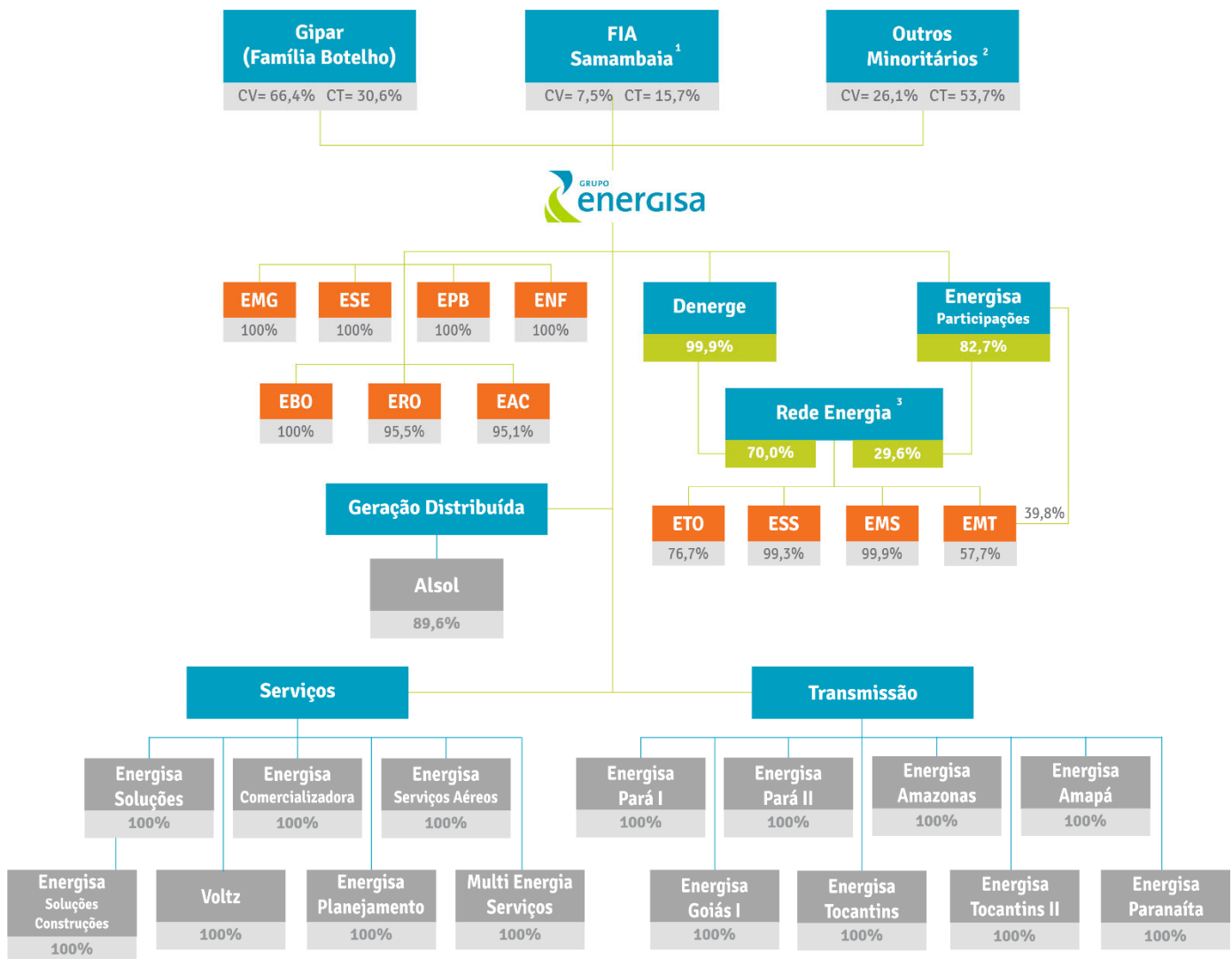


Comentário do Desempenho

1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3, e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units, certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



Capital Votante | CT - Capital Total

(1) Posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.

(2) Posição acionária incluindo ações em tesouraria.

(3) A Energisa detém, indiretamente, através da Denerge Desenvolvimento Energético S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A, e diretamente através da Energisa S/A, 94,6% da Rede Energia Participações S/A.

Dados de 30/04/2022.

Comentário do Desempenho

2. Desempenho operacional

2.1. Mercado de energia

Desempenho das vendas no 1º trimestre:

No primeiro trimestre de 2022 (1T22), o consumo total de energia elétrica (mercado cativo + livre) nas áreas de concessão das 11 distribuidoras do Grupo Energisa, atingiu 9.390,4 GWh, o que representa aumento de 2,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os segmentos de maior destaque no trimestre foram o Residencial (+3,2% ou 115,8 GWh), Comercial (+6,4% ou 108,1 GWh) e Industrial (+2,8% ou 51,8 GWh). O consumo Residencial apresentou incremento motivado pelo clima mais quente, sobretudo nas concessões do Norte e Centro-Oeste, aumento do número de consumidores, além do efeito do calendário de faturamento positivo em algumas distribuidoras. A classe Comercial obteve a maior alta em 8 anos, sob efeito da melhora no quadro sanitário e retomada das atividades presenciais. Já a classe Industrial cresceu a reboque do segmento de alimentícios (alta em 9 das 11 distribuidoras), seguido por minerais metálicos, metalurgia e papel/celulose impulsionado pela alta das commodities, principalmente na ERO, ETO e EMG. Por sua vez, houve retração do consumo nas classes Rural (-5,9% ou 52,9 GWh) e na classe Outros (-0,9% ou 10,0 GWh). Na classe Rural pesaram o menor uso de pivôs de irrigação devido ao clima mais chuvoso em todas as regiões e o menor consumo de clientes ligados ao segmento de plantio de algodão na EMT. Dentre as distribuidoras, EMT e EPB direcionaram a queda da classe. Na classe Outros, o resultado agregado da classe foi afetado pelo recuo na iluminação pública (-14,9%), sob efeito da elevada base de comparação no 1T21 (+14,7%). Por outro lado, o poder público foi destaque (+15,9%), com avanço em 11 empresas, impulsionado pela retomada das aulas na rede pública e de servidores ao presencial.

Em relação ao desempenho das distribuidoras, 8 das 11 avançaram, com os principais destaques ficando a cargo das seguintes concessões: ERO (+10,3% ou 77,5 GWh) e EMS (+6,5% ou 97,5 GWh). Neste contexto, na ERO e EMS as classes residencial e comercial foram os vetores do crescimento. Por outro lado, dentre as concessões com queda, EMG (-1,5% ou -6,0 GWh) e ENF (-4,4% ou -3,6 GWh) foram afetadas pelo clima mais ameno e fortes chuvas na região, enquanto na EMT (-0,6% ou -14,1 GWh), pesou o desempenho mais tímido da iluminação pública (efeito base alta) e do Rural, com clima mais chuvoso, menor safra de algodão e impacto do recadastramento de clientes, além do calendário de faturamento menor.

Mercado de Energia das Distribuidoras

Descrição Valores em GWh)	Trimestre		
	1T22	1T21	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	7.478,8	7.466,3	+ 0,2
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.911,5	1.711,2	+ 11,7
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)	9.390,4	9.177,5	+ 2,3
✓ Consumo não faturado	4,8	(59,4)	+108,0
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)	9.395,1	9.118,2	+ 3,0

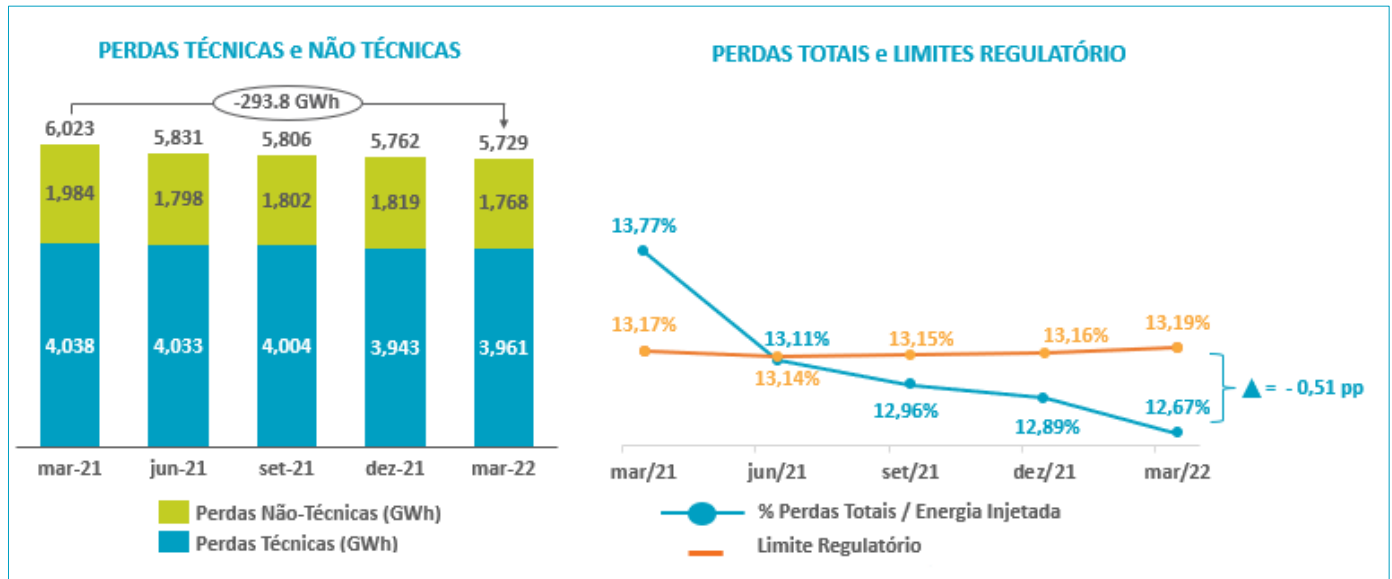
2.2. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

As perdas de energia elétrica consolidadas somaram 5.729 GWh em março de 2022, representando 12,67% da energia injetada ou 0,51 ponto percentual abaixo do patamar regulatório. O resultado é 0,21 ponto percentual ou 32,8 GWh menor que o registrado no quarto trimestre de 2021 e 1,1 ponto percentual menor que registrado no mesmo período do ano passado. A redução de perdas anual de 293,8 GWh é 10% menor que toda energia faturada em 2021 na ENF. Todas as concessões tiveram evoluções importantes, e apenas duas concessões situam acima do patamar regulatório (EMT com desvio de 0,20 ponto percentual e ERO com 0,91 ponto percentual). No consolidado do Grupo, é o melhor resultado desde a aquisição das distribuidoras da Eletrobrás em 2018, fechando no resultado consolidado pelo quarto trimestre consecutivo, abaixo do patamar regulatório.

O destaque de evolução em perdas elétricas foi a ERO com a expressiva melhoria de 3,01 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Outro destaque para a EAC que encerrou o 1T22 com o índice de perda total de 15,95%. O resultado é 3,96 pontos percentuais menor que limite regulatório, e representa uma redução de 1,88 pontos percentuais em relação a março de 2021. A exemplo da ERO, o resultado do trimestre evidencia uma trajetória de redução consistente iniciada no segundo trimestre de 2019, sendo para ambas o menor índice histórico desde a aquisição.

Comentário do Desempenho

O gráfico a seguir demonstra o comportamento das perdas consolidadas nos últimos trimestres.



Perdas de Energia (% últimos 12 meses)

Distribuidoras % Energia Injetada (12 meses)	Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			Perda Regulatória
	mar/21	dez/21	mar/22	mar/21	dez/21	mar/22	mar/21	dez/21	mar/22	
EMG	9,54	9,61	9,59	0,45	-0,38	-0,54	9,99	9,24	9,05	10,70
ENF	4,99	4,75	4,79	-0,90	-1,03	-1,03	4,09	3,73	3,76	5,28
ESE	8,00	7,57	7,56	2,77	2,59	2,69	10,77	10,16	10,25	10,58
EBO	5,58	5,61	5,58	0,86	0,50	0,46	6,45	6,11	6,04	6,11
EPB	8,74	8,39	8,35	4,78	4,39	4,36	13,52	12,78	12,71	13,00
EMT	9,24	8,94	9,01	4,97	4,68	4,75	14,21	13,62	13,76	13,56
EMS	10,09	9,94	9,90	2,96	2,38	1,94	13,06	12,32	11,84	12,92
ETO	10,92	10,51	10,41	2,10	1,62	1,29	13,02	12,13	11,70	13,73
ESS	6,13	5,97	5,92	0,68	0,07	-0,25	6,81	6,05	5,67	6,79
ERO	12,31	10,52	10,04	14,18	13,75	13,44	26,49	24,27	23,48	22,55
EAC	10,00	9,96	9,90	7,83	6,52	6,05	17,83	16,47	15,95	19,91
Energisa Consolidada	9,24	8,82	8,76	4,54	4,07	3,91	13,77	12,89	12,67	13,19

Notas: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. O Mercado Livre A1 foi considerado no cálculo da Perda Total Realizada e Regulatória.

Perdas de Energia (Em GWh nos últimos 12 meses)

Perdas em 12 meses Em GWh	Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var. (%)
	mar/21	dez/21	mar/22	mar/21	dez/21	mar/22	mar/21	dez/21	mar/22	
EMG	177,4	179,5	181,2	8,4	-7,0	-10,2	185,8	172,5	170,9	- 0,9
ENF	19,0	18,3	18,2	-3,4	-3,9	-3,9	15,5	14,3	14,3	+ 0,0
ESE	259,1	253,6	254,3	89,7	86,6	90,8	348,9	340,1	345,1	+ 36,1
EBO	42,9	45,5	45,5	6,6	4,1	3,7	49,5	49,5	49,2	- 0,7
EPB	471,2	476,0	473,9	257,8	249,0	247,4	729,0	724,9	721,3	- 0,5
EMT	1.077,8	1.053,9	1.078,6	579,4	551,7	569,1	1.657,2	1.605,6	1.647,7	+ 2,6
EMS	682,4	686,0	696,6	200,4	164,5	136,4	882,8	850,6	833,0	- 2,1
ETO	313,7	311,1	310,8	60,3	47,9	38,6	374,0	359,0	349,4	- 2,7
ESS	300,6	300,2	299,7	33,3	3,7	-12,5	333,9	303,8	287,2	- 5,5
ERO	562,0	486,0	468,6	647,3	635,5	627,5	1.209,3	1.121,5	1.096,0	- 2,3
EAC	132,4	132,8	133,3	103,6	86,9	81,4	236,0	219,7	214,7	- 2,3
Energisa Consolidada	4.038,4	3.942,7	3.960,6	1.983,5	1.818,9	1.768,3	6.021,9	5.761,7	5.728,9	- 0,6

(1) Variação março de 2022 / dezembro de 2021.

Comentário do Desempenho

2.3. Gestão da Inadimplência

2.3.1. Taxa de Inadimplência

No 1T22, a taxa de inadimplência consolidada da Energisa, dos últimos 12 meses, foi de 1,33%. Representando aumento de 0,24 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano passado.

Neste trimestre, a base de comparação com ano passado não consta o efeito não recorrente da reversão em decorrência da emissão do FDIC e, com isto, o resultado de 0,39 pontos percentuais na taxa de inadimplência não será mais observado no resultado em 2022.

Quanto as ações de combate a inadimplência, devido as condições econômicas ainda bem desafiadoras no país somado ao aumento de faturamento devido ao acionamento da bandeira de escassez hídrica ao longo do ano de 2021 e no começo de 2022, a Energisa permaneceu com a estratégia de conjugar a disciplina na cobrança com a oferta de melhores condições para pagamento. Intensificamos o foco nas diversas ações de cobrança via envio de mensagens SMS e WhatsApp, negativas, protesto, uso de canais de telecobrança, envio de e-mails, além do pagamento e negociação através do cartão de crédito e por último as ações de suspensão de fornecimento.

Das empresas que apresentaram elevação, quando comparado ao 1T21, o resultado da EMT é influenciado pelo efeito do FIDC e pelo acionamento da bandeira de escassez hídrica conforme explicado no parágrafo acima. Outra causa identificada foi o período de vedação a suspensão do fornecimento de energia elétrica, em decorrência da Lei Estadual durante o período de Abr/21 a Jul/21. Na ESE e ERO, o aumento da inadimplência pode ser atribuído as causas gerais já comentadas, e aos esforços de combate a perdas. Na EBO o resultado do período está influenciado pelo inadimplemento de um dos hospitais, com processo de negociações em curso.

Indicador de PPECLD (% últimos 12 meses)

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	1T22	1T21	Variação em p.p.
EMG	0,35	0,38	- 0,03
ENF	0,35	0,80	- 0,44
ESE	0,69	0,55	+ 0,14
EBO	0,73	0,68	+ 0,06
EPB	1,08	1,27	- 0,19
EMT	2,14	0,92	+ 1,22
EMS	1,14	1,46	- 0,32
ETO	0,50	0,59	- 0,09
ESS	0,10	0,21	- 0,11
ERO	2,95	2,06	+ 0,89
EAC	0,92	4,08	- 3,16
Energisa Consolidada	1,33	1,09	+ 0,24

2.3.2. Taxa de Arrecadação

A Taxa de Arrecadação em 12 meses consolidada do Grupo Energisa, no 1T22, alcançou 96,54%, registrando 0,07 ponto percentual melhor que o 1T21 (96,47%). Apesar do cenário econômico ainda crítico, decorrente da pandemia e do aumento de faturamento sob efeito do acionamento da bandeira de escassez hídrica ao longo de 2021, a Energisa alcançou melhora na arrecadação em comparação ao 1T21.

As ações implementadas, destacadas no item anterior, continuam permitindo a recuperação gradativa e o resultado confirma a expectativa de melhoria realizada quando se compara com o 4T21.

Destaque para a ENF, EBO, EPB, EMS, ETO e EAC que mantiveram a elevação da arrecadação em relação ao mesmo período do ano passado. NA EMT o resultado ainda é influenciado pelo período de vedação a suspensão do fornecimento de energia elétrica em decorrência da Lei Estadual implementada em 2021, com a retomada da possibilidade das ações de suspensão de fornecimento a partir do 2 semestre de 2021, após o término da vigência da lei, a empresa está em processo de recuperação destes créditos ao longo deste ano. Na ERO e EAC permanece em andamento o conjunto de ações para elevar o indicador ao mesmo das demais empresas do grupo.

Comentário do Desempenho

A seguir são apresentadas as taxas de arrecadação das distribuidoras do Grupo Energisa:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	mar/22	mar/21	Variação em p. p.
EMG	98,14	98,27	- 0,13
ENF	98,33	97,71	+ 0,63
ESE	97,61	97,80	- 0,20
EBO	98,61	98,28	+ 0,33
EPB	97,08	96,86	+ 0,23
EMT	95,83	95,92	- 0,09
EMS	96,91	96,72	+ 0,19
ETO	97,72	97,32	+ 0,41
ESS	98,74	98,78	- 0,04
ERO	92,46	92,97	- 0,55
EAC	93,69	93,04	+ 0,70
Energisa Consolidada	96,54	96,47	+ 0,07

2.3.3. Indicadores de qualidade dos serviços nos serviços de distribuição - DEC e FEC

De forma geral, no 1T22, as distribuidoras do Grupo mantiveram excelente desempenho dos últimos trimestres, apresentando indicadores abaixo dos limites regulatórios para o DEC e o FEC nas concessionárias, exceto EMT.

A tabela a seguir apresenta os resultados do período:

Distribuidoras Janela móvel 12 meses	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	mar/22	mar/21	Var.(%)	mar/22	mar/21	Var.(%)		
EMG	8,10	8,75	- 7,4	5,27	4,85	+ 8,7	10,86 ●	7,80 ●
ENF	6,93	6,21	+ 11,6	4,44	3,33	+ 33,3	9,19 ●	7,65 ●
ESE	10,89	9,96	+ 9,4	5,18	4,75	+ 9,1	11,45 ●	7,60 ●
EBO	3,79	3,36	+ 12,9	3,85	1,71	+ 124,9	12,59 ●	8,35 ●
EPB	10,72	13,50	- 20,6	4,12	4,71	- 12,5	14,84 ●	8,56 ●
EMT	20,14	17,57	+ 14,6	8,30	7,47	+ 11,1	19,51 ●	14,89 ●
EMS	10,35	10,31	+ 0,4	4,33	4,47	- 3,1	11,15 ●	7,53 ●
ETO	15,54	17,03	- 8,7	6,34	7,30	- 13,2	21,02 ●	13,79 ●
ESS	5,51	4,95	+ 11,3	3,50	3,73	- 6,3	7,18 ●	6,53 ●
ERO	24,00	33,54	- 28,4	9,87	14,36	- 31,3	27,18 ●	18,68 ●
EAC	28,77	28,92	- 0,5	11,50	13,42	- 14,3	44,30 ●	35,42 ●

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

A ERO alcançou o melhor resultado da série histórica tanto para o DEC quanto para o FEC. Em março de 2022, o DEC foi de 24,00 horas alcançando uma redução de 9,5 horas em relação a março de 2021. Já o FEC foi de 9,87 vezes, redução de 31,3%, equivalente a 4,49 vezes.

A EPB apresentou seu melhor resultado da série histórica para o DEC e para o FEC. Já a EMG e EAC alcançaram em março de 2022 seus melhores resultados da série histórica para o FEC.

A EMT apresentou elevação no DEC e no FEC na comparação com março de 2021, fruto de condições climáticas adversas no período de setembro a dezembro de 2021, associada a dificuldade temporária de mobilização de equipes, (já equacionado) e condições climáticas igualmente desfavoráveis no primeiro trimestre de 2022.

Desde o último trimestre de 2021 foi intensificado o plano de manutenção, incluindo podas e limpeza de faixa, bem como estão sendo agilizadas as melhorias na rede, destacando-se a instalação de religadores automáticos e interligações de alimentadores, o que tem permitido um início de reversão da trajetória nos últimos 2 meses, com objetivo de enquadramento na meta regulatória.

2.3.4. Comercialização de energia no mercado livre

Com início de período úmido favorável, os reservatórios tiveram recuperação surpreendente, apresentando elevação de 36,8% no SIN (Sistema Interligado Nacional), chegando a 69,9% de sua totalidade. Valores que não eram alcançados desde 2012, mesmo que não ideal em função da perda sistemática de armazenamento que estamos observando nos últimos 20 anos. Com isso, tivemos queda contínua do PLD (Preços de Liquidação das Diferenças)

Comentário do Desempenho

até chegar ao piso regulatório: R\$ 55,70/MWh. Essa redução e manutenção em patamares mínimos definidos pelo modelo de preços do ONS, tem afetado o mercado de maneira significativa, impactando a precificação da energia inclusive em produtos de médio prazo (2 anos à frente).

No tocante ao comportamento do mercado, conforme dados divulgados pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), nestes primeiros meses do ano, para o seguimento de consumo houve um pequeno crescimento no ACL, e mesmo desconsiderando as migrações o aumento foi de 1,9%.

Com a redução de preços no ACL, os consumidores voltaram a buscar a contratação para 2023 e longo prazo. Nesse sentido a (re)energisa fechou, no primeiro trimestre de 2022, 6 contratos de venda de energia, com duração entre 2 e 4 anos. No que se refere aos Serviços de Gestão no Mercado Livre, foram agregados mais 8 contratos, sendo 4 renovações de clientes já atendidos pela (re)energisa. Ao todo a carteira de clientes na comercialização de energia no mercado livre atingiu aproximadamente 170 clientes no 1T22.

Descrição Valores em GWh	Trimestre		
	1T22	1T21	Var. %
Vendas a consumidores livres (ECOM)	1.034,2	1.133,5	-8,8%

2.3.5. Geração Distribuída

A ALSOL, adquirida pelo grupo Energisa em 2019, atua principalmente nas atividades de geração descentralizada a partir de fontes renováveis solar fotovoltaica, conectadas a redes de distribuição existentes utilizando do sistema de compensação de energia elétrica previsto na Lei 14.300/2022. A empresa constrói e opera usinas solares próprias, além de desenvolver seus próprios sistemas de controle e monitoramento das diferentes unidades de geração, resultando em maior produtividade de energia elétrica. As usinas destinadas ao sistema de compensação, são destinadas ao atendimento a clientes MPE - micro e pequenas empresas, bem como médias empresas, atendidas em baixa tensão, na modalidade de consórcio.

A Alsol, investiu nesse trimestre R\$ 84,1 milhões na implantação de UFs e fechou o 1T22 com capacidade instalada de 78,4 MWp. Em abril conectou mais uma usina na cidade de Araguari (2,7 MWp) e atualmente tem capacidade instalada de 81,1 MWp.

A Lei 14.300 sancionada em 06 de janeiro de 2022, traz a segurança jurídica, o que faltava para suportar o crescimento da geração distribuída no nosso país. Com esta lei sancionada, o direito adquirido ao sistema de compensação vigente é válido por 25 anos para empreendimentos em operação e novos projetos que obtiverem outorga até 12 meses após a publicação da Lei.

2.4. Transmissão

As atividades do Grupo Energisa também incluem ativos em transmissão de energia, decorrentes das aquisições de 7 lotes em leilões (2017, 2018, 2020, e 2021), e uma concessão operacional adquirida através do mercado secundário em dezembro de 2021. Em fevereiro de 2022, foram adquiridas 3 outras concessões operacionais, sujeitas a condições precedentes detalhadas adiante.

Destaque da assinatura do contrato de concessão da Energisa Amapá Transmissora de Energisa S.A. em 31 de março de 2022. A concessão compreende a construção de uma linha de 10 quilômetros com 230 kV, conectando as subestações Macapá I e Macapá III, com potência de 300 MVA. O investimento estimado é de R\$ 145,9 milhões e RAP total de R\$ 11,3 milhões.

A Energisa concluiu em 11 de fevereiro de 2022, com pagamento do montante total de R\$ 102,1 milhões, a aquisição de 100% das ações da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A. atualmente denominada Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S.A.. A Energisa Paranaíta é detentora de uma subestação de 500/138 kV, 150 MVA, localizada na divisa dos Estados de Mato Grosso e Pará, e faz conexão com a Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. A Energisa Paranaíta possui uma receita anual permitida (RAP) de R\$ 10,9 milhões, não possuindo dívidas de curto e longo prazo.

Por fim, em 17 de fevereiro de 2022, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações e outras venças com o Power Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura e a Perfin Apollo 14 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura para a aquisição de 100% das ações de emissão da Gemini Energy S.A. pelo valor total

Comentário do Desempenho

de R\$ 822,6 milhões, sujeitos a ajustes usuais nesse tipo de transação. A Gemini detém 85,04% da LMTE, 83,33% da LXTE e 100% da LTTE, todas concessionárias operacionais de transmissão localizadas no Amapá, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, que, em conjunto, possuem uma capacidade de transmissão instalada de 6.700 MVA, 1.451 km de extensão e uma Receita Operacional Anual de R\$ 362,9 milhões. Além disso, a Gemini detém 100% de outras duas sociedades não operacionais. No dia 28 de março de 2022, o CADE aprovou a aquisição de 100% da Gemini Energy S.A. pela Energisa Transmissão de Energia S.A. e em 26 de abril de 2022 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União o despacho da anuência da transferência do controle societário indireto das concessionárias de transmissão de energia controladas pela Gemini Energy S.A. para a Energisa Transmissão. O fechamento da aquisição ainda está sujeito ao cumprimento de outras determinadas condições precedentes como é praxe em operações da mesma natureza.

Atualmente, a Energisa possui 8 (oito) concessões de transmissão que totalizam uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 313,4 milhões (ciclo 2021-22) e investimento total de R\$ 2.956,8 milhões. Após a conclusão da operação de aquisição da Gemini, a Energisa passará a ter em seu portfólio 11 (onze) concessões em transmissão e mais que dobrará sua Receita Anual Permitida (RAP) passando para R\$ 676,3 milhões (ciclo 2021-22).

Segue abaixo quadro resumo as concessões de transmissão do Grupo:

Lote	Nome	Data do Leilão	UF	Extensão (Km)	Emissão de Licença Ambiental	Entrada em Operação (Aneel)	Avanço Físico	Antecipação Estimada	Investimentos estimados ^(a) / Preço Aquisição (R\$ milhões)	RAP Ciclo 21-22 (R\$ milhões)	Status
3	Energisa Goiás Transmissora I (EGO I)	Abr/17	GO	136 (CD)	13/09/2018	mar/20	100%	17 meses	255,9	44,4	Operacional
26	Energisa Pará Transmissora I (EPA I)	Abr/17	PA	296 (CD)	02/10/2018	nov/20	100%	16 meses	318,3	56,1	Operacional
19	Energisa Pará Transmissora II (EPA II)	Jun/18	PA	139 (CD/CS)	06/05/2019	dez/21	100%	12 meses	421,2	43,3 ^(c)	Operacional
4	Energisa Tocantins Transmissora (ETT)	Dez/18	BA/TO	772 (CS)	19/10/2020 15/12/2020	mar/24	54%	14 meses	734,3	71,5	Em construção
11	Energisa Amazonas Transmissora (EAM)	Dez/20	AM	410 (CD / CS)	-	Mar/26	30% ^(b)	12/18 meses	999,5	71,5 ^(d)	Em construção
4	Energisa Tocantins Transmissora (ETT - II)	Jun/21	TO	-	-	Set/24	-	-	81,8	4,3 ^(e)	Em Construção
5	Energisa Amapá Transmissora (EAP)	Dez/21	AP	10	-	Set/25	-	8 meses	145,9	11,3 ^(e)	Em Construção
-	Energisa Paranaíba Transmissora	-	MT	-	-	-	-	-	102,1	10,9	Operacional
-	LMTE	-	AP/PA	685	-	-	-	-	-	145,4 ^(f)	Operacional
-	LXTE	-	PA	508	-	-	-	-	822,6 ⁽ⁱ⁾	154,1 ^(g)	Operacional
-	LTTE	-	RJ/SP	258	-	-	-	-	-	63,4 ^(h)	Operacional
Total		-	-	3.212	-	-	-	-	3.881,5	676,3	-

Notas: Dados de investimento e receita anual permitida (RAP) atualizados para dezembro/2021 - ciclo 21/22. Dados de avanço físico atualizados para dezembro/2021. CD - Circuito duplo / CS - Circuito Simples. Os dados da EGO I, da EPA I e da EPA II são realizados e não previstos. As antecipações de entrada em operação das concessões em fase de construção podem sofrer alterações dependendo de fatores como atrasos entrega de materiais e atrasos decorrente de desempenho das empreiteiras contratadas. O investimento total da Energisa Amazonas Transmissora não considera otimizações e tem como base os valores estimados pela Aneel para o leilão de dezembro de 2020. (a) Atualizado por IPCA da data do leilão + otimização de CAPEX / (b) Porcentagem que o ativo em operação representa da RAP / (c) Considera RAP adicional de R\$ 4,3 milhões de acordo com a REA nº 10.088/21 / (d) Considera RAP adicional de R\$ 3,7 milhões com base na REA nº 10.382/21 / (e) RAP atualizado por IPCA da data do leilão / (f) Considera receitas adicionais de R\$ 20,0 milhões referentes aos contratos de fibra ótica / (g) Considera RAP adicional de R\$ 7,5 milhões referente à REA nº 5.149/15 e receita adicional de R\$ 14,4 milhões referente aos contratos de fibra ótica / (h) Considera receitas adicionais de R\$ 20,1 milhões referente às REA nº 6.079/16 e nº 8.647/20 / (i) valor da transação poderá sofrer ajustes até o até a data do fechamento. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes.

3. Desempenho financeiro

3.1. Receita operacional bruta e líquida

No 1T22, a receita operacional líquida consolidada, sem a receita de construção, atingiu R\$ 5.526,3 milhões, o que representa crescimento de 12,7% (R\$ 621,9 milhões) em relação ao registrado no mesmo período do ano passado.

A seguir, as receitas operacionais líquidas por segmento:

Comentário do Desempenho

Receita operacional por segmento Descrição (R\$ milhões)	Trimestre		
	1T22	1T21	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	6.758,0	5.489,7	+ 23,1
Residencial	3.446,0	2.827,7	+ 21,9
➤ Baixa renda	282,2	247,4	+ 14,0
Industrial	413,2	344,7	+ 19,9
Comercial	1.414,6	1.136,5	+ 24,5
Rural	681,5	555,4	+ 22,7
Outras classes	802,7	625,3	+ 28,4
(+) Suprimento de energia elétrica*	96,5	157,8	- 38,9
(+) Fornecimento não faturado líquido	175,8	130,9	+ 34,3
(+) Vendas pela comercializadora (ECOM)	228,0	214,1	+ 6,5
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	525,5	408,5	+ 28,6
(+) Receitas de construção	988,3	561,1	+ 76,1
(+) Constituição e amortização - CVA**	(33,6)	453,9	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	352,1	326,3	+ 7,9
(+) Atualização do ativo financeiro da concessão (VNR)	200,9	131,4	+ 52,9
(+) Ultrapassagem demanda e excedentes de reativo	22,0	19,9	+ 10,8
(+) Outras receitas	74,6	17,8	+ 318,1
Receita Bruta	9.388,1	7.911,5	+ 18,7
(-) Impostos sobre vendas	2.115,7	1.982,2	+ 6,7
(-) Deduções bandeiras tarifárias	9,3	(13,9)	-
(-) Encargos setoriais	748,5	477,8	+ 56,7
(=) Receita líquida	6.514,6	5.465,4	+ 19,2
(-) Receitas de construção	988,3	561,1	+ 76,1
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	5.526,3	4.904,4	+ 12,7

* Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) + Receita de suprimento de energia a outras concessionárias

** Saldo da conta de CVA - formação de ativos e passivos de CVA

Comentário do Desempenho

A seguir, as receitas operacionais líquidas por empresa:

Receita líquida por segmento Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T22	1T21	Var. %
I - Distribuição de energia elétrica	6.048,7	5.101,3	+ 18,6
✓ EMG	232,0	199,8	+ 16,1
✓ ENF	54,3	45,7	+ 18,7
✓ ESE	433,5	368,0	+ 17,8
✓ EBO	76,6	74,8	+ 2,5
✓ EPB	636,5	602,9	+ 5,6
✓ EMT	1.780,6	1.431,0	+ 24,4
✓ EMS	1.073,5	878,1	+ 22,3
✓ ETO	450,6	371,2	+ 21,4
✓ ESS	526,5	496,5	+ 6,0
✓ ERO	553,3	470,3	+ 17,6
✓ EAC	231,3	163,0	+ 41,9
II - Holding, Comercialização e serviços de energia	626,2	493,8	+ 26,8
✓ Energisa S/A (ESA)	59,1	54,5	+ 8,6
✓ Energisa Comercializadora (ECOM)	207,2	194,6	+ 6,5
✓ Energisa Soluções Consolidada (ESOL Consol.)	71,4	45,2	+ 58,0
✓ Multi Energisa	11,1	10,7	+ 3,4
✓ Energisa Goiás Transmissora I (EGO I)	13,8	13,3	+ 3,6
✓ Energisa Pará Transmissora I (EPA I)	17,6	16,8	+ 5,0
✓ Energisa Pará Transmissora II (EPA II)	45,4	95,7	- 52,6
✓ Energisa Tocantins Transmissora (ETT)	115,3	47,0	+ 145,3
✓ Energisa Amazonas (EAM)	44,8	-	-
✓ Alsol	30,9	2,1	+ 1.385,5
✓ Outras	9,6	13,9	- 31,4
(=) Total (I+II)	6.674,9	5.595,0	+ 19,3
Eliminações intercompany	(160,3)	(129,6)	+ 23,7
(=) Energisa Consolidada	6.514,6	5.465,4	+ 19,2
(-) Receitas de construção	988,3	561,1	+ 76,1
(=) Energisa Consol, s/ receita de construção	5.526,3	4.904,4	+ 12,7

Comentário do Desempenho

3.2. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 4.190,9 milhões no 1T22, crescimento de 5,5% (R\$ 219,7 milhões) em relação ao 1T21.

A composição dos custos e despesas operacionais consolidadas pode ser assim demonstrada:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T22	1T21	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	3.089,6	3.111,3	- 0,7
1.1 Energia comprada	2.635,6	2.668,1	- 1,2
1.2 Transporte de potência elétrica	453,9	443,2	+ 2,4
2 Custos e Despesas controláveis	772,1	579,5	+ 33,2
2.1 PMSO	618,3	602,5	+ 2,6
2.2 Provisões/Reversões	153,8	(23,0)	-
2.2.1 Contingências	24,3	(19,7)	-
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	129,5	(3,3)	-
3 Demais receitas/despesas	329,2	280,4	+ 17,4
3.1 Amortização e depreciação	318,0	301,5	+ 5,5
3.2 Outras receitas/despesas	11,3	(21,1)	-
Total (1+2+3, s/ construção)	4.190,9	3.971,2	+ 5,5
Custo de construção	866,9	488,7	+ 77,4
Total (1+2+3, c/ construção)	5.057,8	4.459,8	+ 13,4

Nota: Os custos e despesas operacionais por distribuidoras se encontram no Anexo I.

3.2.1. EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 1.774,8 milhões no trimestre, incremento de 35,8% (R\$ 467,7 milhões) em relação ao ano anterior. Esse valor está influenciado pelos seguintes efeitos não recorrentes:

➤ Positivos:

- (i) Atualização financeira do VNR, sendo R\$ 200,9 milhões nesse trimestre, contra efeito de R\$ 131,4 milhões no mesmo período do ano anterior;
- (ii) Adoção do IFRS 15 no segmento de transmissão com reconhecimento de EBITDA Societário no valor de R\$ 102,1 milhões no 1T22, contra R\$ 63,9 milhões no 1T21;
- (iii) Marcação a mercado do portfólio da Energisa Comercializadora, com efeito positivo de R\$ 16,3 milhões nesse trimestre e positivo de R\$ 17,4 milhões no mesmo período do ano passado (CPC 48);

➤ Negativos:

- (i) Custos rescisórios de R\$ 5,0 milhões nesse trimestre e R\$ 6,3 milhões no mesmo trimestre do ano anterior;

Excluindo os efeitos não recorrentes mencionados anteriormente, e considerando o efeito caixa do EBITDA Regulatório das Transmissoras, o EBITDA no trimestre seria de R\$ 1.495,9 milhões, 50,6% (R\$ 502,9 milhões) acima do registrado no ano anterior. Seguem alguns destaques (as análises abaixo já estão desconsiderando os eventos não recorrentes / não caixa / caixa regulatório:

- EMT: incremento de R\$ 194,6 milhões em sua parcela B, e de R\$ 144,1 milhões no EBITDA;
- EMS: acréscimo de R\$ 143,5 milhões em sua parcela B, com aumento de R\$ 133,6 milhões no EBITDA;
- ERO: aumento de R\$ 67,9 milhões em sua parcela B, com alta de R\$ 60,8 milhões no EBITDA;

Comentário do Desempenho

- As outras 8 concessões do Grupo tiveram um incremento de R\$ 146,0 milhões em sua parcela B, e de R\$ 158,5 milhões no EBITDA.
- EBITDA Regulatório das Transmissoras Operacionais: Com a entrada em operação de 100% dos projetos de transmissão da Energisa Pará II e aquisição da Energisa Paranaíba, no 1T22, o EBITDA regulatório consolidado, excluindo receita de operação e manutenção, neste trimestre, foi de R\$ 35,4 milhões, resultando no incremento de caixa para a Companhia.

A seguir, os valores de EBITDA e EBITDA Ajustado trimestrais por subsidiária nos períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado ⁽¹⁾		
	1T22	1T21	Var. %	1T22	1T21	Var. %
Distribuição de energia elétrica	1.645,6	1.323,0	+ 24,4	1.753,6	1.440,5	+ 21,7
EMG	51,1	70,7	- 27,7	54,7	74,6	- 26,8
ENF	8,6	8,8	- 1,6	9,5	9,0	+ 6,1
ESE	134,9	89,9	+ 50,0	143,0	98,7	+ 44,9
EBO	14,3	15,5	- 8,1	15,8	17,1	- 7,5
EPB	168,1	161,1	+ 4,3	182,8	176,9	+ 3,4
EMT	543,6	457,2	+ 18,9	576,1	493,8	+ 16,7
EMS	337,5	214,2	+ 57,6	352,5	232,3	+ 51,8
ETO	128,3	88,1	+ 45,6	134,8	97,6	+ 38,0
ESS	116,5	97,7	+ 19,3	123,5	104,8	+ 17,8
ERO	95,9	81,8	+ 17,2	108,5	96,2	+ 12,8
EAC	47,0	38,1	+ 23,5	52,4	39,5	+ 32,7
Comercialização, serviços de energia e Transmissoras	120,7	53,1	+ 127,5	120,7	53,1	+ 127,5
ECOM	9,3	(20,6)	-	9,3	(20,6)	-
ESOL Consol.	6,2	6,7	- 7,0	6,2	6,7	- 7,0
MULTI	3,0	3,5	- 15,7	3,0	3,5	- 15,7
EGO	10,6	12,2	- 13,4	10,6	12,2	- 13,4
EPA I	15,7	15,1	+ 4,2	15,7	15,1	+ 4,2
EPA II	13,3	19,2	- 30,6	13,3	19,2	- 30,6
ETT	42,7	14,9	+ 187,2	42,7	14,9	+ 187,2
EAM	17,9	(0,0)	-	17,9	(0,0)	-
Alsol	6,9	3,7	+ 83,4	6,9	3,7	+ 83,4
Outras	(4,8)	(1,7)	+ 186,7	(4,8)	(1,7)	+ 186,7
Holdings (sem equivalência patrimonial)	12,5	16,5	- 24,3	12,5	16,5	- 24,3
ESA Controladora	13,3	14,6	- 8,7	13,3	14,6	- 8,7
Rede Controladora	(0,4)	(0,5)	- 18,8	(0,4)	(0,5)	- 18,8
DENERGE	-	-	-	-	-	-
Demais holdings	(0,4)	2,4	-	(0,4)	2,4	-
Combinação de negócios	(4,1)	(85,5)	- 95,2	(4,1)	(85,5)	- 95,2
Energisa Consolidada	1.774,8	1.307,0	+ 35,8	1.882,7	1.424,5	+ 32,2
Margem EBITDA (%)	27,2	23,9	+ 3,3 p.p.	28,9	26,1	+ 2,8 p.p.

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Comentário do Desempenho

3.3. Resultado financeiro

No 1T22, o resultado financeiro líquido refletiu despesas financeiras líquidas de R\$ 563,1 milhões, contra receita R\$ 104,0 no 1T21, crescimento de R\$ 667,1 milhões.

Resultado Financeiro Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T22	1T21	Var. %
Receitas financeiras	348,3	169,4	+ 105,6
Receita de aplicações financeiras	142,6	26,7	+ 433,9
Acréscimos moratórios sobre contas em atraso	107,9	117,5	- 8,2
Atualização financeira de ativos regulatórios (CVA)	31,5	(7,9)	-
Atualização de créditos tributários a recuperar	7,6	4,3	+ 75,5
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(2,3)	8,6	-
(-) Pis/Cofins sobre receita financeira	(25,1)	(12,9)	+ 94,9
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins	63,2	8,2	+ 674,3
Outras receitas financeiras	22,9	25,0	- 8,4
Despesas financeiras	(911,5)	(65,5)	+ 1.292,2
Encargos de dívidas - Juros	(446,1)	(201,3)	+ 121,7
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	548,0	(399,7)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(728,0)	375,2	-
Ajuste a valor presente	(14,4)	(12,5)	+ 15,2
Marcação a mercado derivativos	(210,4)	93,3	-
Marcação a mercado da dívida	43,3	182,7	- 76,3
Atualização financeira de passivos regulatórios	14,0	(2,2)	-
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(2,9)	(1,2)	+ 139,6
(-) Transferência de juros capitalizados para ordens em curso	62,1	5,3	+ 1.066,2
Despesas bancárias	(6,2)	(4,0)	+ 56,9
Incorporação de redes	35,6	(8,1)	-
Despesa de Aval	(1,2)	(2,1)	- 46,1
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins	(60,4)	(8,2)	+ 639,6
Outras despesas financeiras	(144,8)	(82,7)	+ 75,1
Resultado financeiro	(563,1)	104,0	-

No trimestre, as receitas financeiras apresentaram incremento de R\$ 178,9 milhões, influenciada principalmente pelas variações positivas de R\$ 115,9 milhões em aplicações financeiras, R\$ 55,1 milhões na atualização sobre efeitos de redução do ICMS na base do PIS/COFINS e R\$ 39,4 milhões na atualização financeira de ativos regulatórios (CVA).

Por sua vez, nesse trimestre, as despesas financeiras apresentaram incremento de R\$ 846,0 milhões, influenciada, principalmente, pelo impacto, meramente contábil e sem efeito caixa das linhas de Marcação a Mercado de Derivativos e de Dívida, que somadas pioraram R\$ 443,1 milhões, resultado das variações negativas do ajuste do bônus de subscrição atrelado à Debênture de 7ª da Energisa S/A em R\$ 360,7 milhões e da opção de compra das ações da Energisa Participações Minoritárias (EPM) em R\$ 95,2 milhões. As despesas também foram impactadas negativamente pelo resultado da dívida líquida, que gerou despesas de R\$ 282,3 milhões, sendo R\$ 161,4 milhões provenientes do maior custo médio e R\$ 120,9 milhões devido ao maior volume da dívida.

Comentário do Desempenho

3.4. Lucro líquido do período

No trimestre, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 580,7 milhões, redução de 33,5% (R\$ 292,7 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

A seguir, o lucro (prejuízo) líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento:

Lucro Líquido por Empresa Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T22	1T21	Var. %
Distribuição de energia elétrica	809,8	756,6	+ 7,0
EMG	20,8	37,0	- 43,9
ENF	3,5	3,3	+ 4,6
ESE	92,2	55,8	+ 65,0
EBO	9,9	10,9	- 8,4
EPB	106,6	116,2	- 8,2
EMT	336,4	284,0	+ 18,5
EMS	184,7	120,2	+ 53,7
ETO	72,5	53,0	+ 36,9
ESS	61,6	49,3	+ 24,9
ERO	(102,4)	6,4	-
EAC	23,9	20,4	+ 17,0
Comercialização, serviços de energia e Transmissoras	50,8	32,5	+ 56,5
ECOM	2,4	(14,0)	-
ESOL Consol.	1,5	2,1	- 30,4
MULTI	1,9	2,2	- 11,7
EGO	7,3	10,7	- 31,8
EPAI	13,1	9,5	+ 38,2
EPAIL	5,9	16,7	- 64,7
ETT	25,9	9,8	+ 164,1
EAM	15,8	(0,0)	-
Alsol	0,7	0,5	+ 45,0
Outras	(23,8)	(5,0)	+ 380,3
Holdings (sem equivalência patrimonial)	(217,9)	127,8	-
ESA Controladora	(204,4)	143,6	-
Rede Controladora	(8,6)	(6,3)	+ 38,0
DENERGE	(17,5)	(12,5)	+ 40,3
Demais holdings	12,6	2,9	+ 328,8
Combinação de negócios - Ajustes "pro forma"	(62,0)	(43,6)	+ 42,3
Energisa Consolidada	580,7	873,3	- 33,5

Comentário do Desempenho

4. Estrutura de capital

4.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 7.460,2 milhões em 31 de março de 2022, frente aos R\$ 8.093,4 milhões registrados em 31 de dezembro de 2021. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante positivo de R\$ 1.518,1 milhões em 31 de março de 2022, contra R\$ 2.076,5 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de março de 2022, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 17.223,5, contra R\$ 15.252,5 milhões em dezembro e R\$ 14.220,9 milhões em março de 2021. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 2,3 vezes em dezembro de 2021 para 2,4 em março de 2022. Os limites dos *covenants* para o ano de 2022 estão em 4,25 vezes.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais):

Descrição Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	31/03/2022	31/12/2021	30/09/2021	31/03/2022	31/12/2021	30/09/2021
Circulante	2.769,9	2.504,2	2.035,7	6.773,8	5.408,1	4.566,7
Empréstimos e financiamentos	68,3	66,8	68,5	2.282,8	2.014,7	1.808,5
Debêntures	1.202,6	1.144,1	1.006,6	2.477,4	1.863,7	1.696,1
Encargos de dívidas	100,2	56,6	35,0	226,7	205,3	156,3
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	1,2	1,2	1,5	87,0	88,4	89,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	1.397,5	1.235,5	924,1	1.699,9	1.235,9	816,7
✓ Lei 4.131 (Swap e MTM)	25,4	22,9	14,9	327,8	23,4	(92,4)
✓ MTM 7ª emissão debêntures	1.372,1	1.212,5	909,1	1.372,1	1.212,5	909,1
Não Circulante	4.519,6	4.455,7	3.634,4	17.909,9	17.937,8	16.677,5
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.596,0	1.643,1	1.673,6	9.468,1	9.539,2	9.332,6
Debêntures	3.339,2	3.298,3	2.249,7	9.352,0	9.730,5	8.132,5
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	9,1	8,8	13,2	326,8	321,4	571,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(424,8)	(494,5)	(302,1)	(1.237,0)	(1.653,1)	(1.359,4)
✓ Lei 4.131 (Swap e MTM)	(424,8)	(494,5)	(302,1)	(1.237,0)	(1.653,1)	(1.359,4)
✓ MTM 7ª emissão debêntures	-	-	-	-	-	-
Total das dívidas	7.289,5	6.960,0	5.670,1	24.683,7	23.345,9	21.244,2
(-) Disponibilidades financeiras	3.985,8	4.683,4	3.518,9	5.942,1	6.016,9	5.233,8
Total das dívidas líquidas	3.303,7	2.276,6	2.151,2	18.741,6	17.329,0	16.010,4
(-) Créditos CDE	-	-	-	255,2	609,7	355,3
(-) Créditos CCC	-	-	-	136,6	310,2	290,3
(-) Créditos CVA	-	-	-	1.126,4	1.156,6	737,7
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	3.303,7	2.276,6	2.151,2	17.223,5	15.252,5	14.627,0
Indicador Relativo						
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	-	-	-	2,4	2,3	2,4

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios (últimos 12 meses). As dívidas por distribuidoras estão no Anexo I.

O total de dívida líquida, deduzidas de créditos setoriais, aumentou em R\$ 1.971,0 milhões em comparação a dezembro de 2021. A Companhia, de forma a financiar os investimentos de 2022, no acumulado do ano, realizou captações no montante de R\$ 1,7 bilhões.

Comentário do Desempenho

5. Investimentos

No 1T22, a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R\$ 1.365,6 milhões, 45,8% maior que o valor investido no mesmo período do anterior. Os maiores incrementos são advindos das empresas que passarão por revisão tarifária em 2023 (EMS, EMT, ESE, EAC e ERO), a ALSOL e as geradoras Rio do Peixe.

Os investimentos realizados foram os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	1T22	1T21	Var. %	1T22	1T21	Var. %	1T22	1T21	Var. %	1T22	1T21	Var. %
EMG	23,7	11,5	+ 106,1	1,9	0,5	+ 290,1	1,3	0,6	+ 109,9	27,0	12,6	+ 113,5
ENF	8,5	1,9	+ 358,4	0,1	0,1	+ 26,2	0,0	0,2	- 98,9	8,7	2,1	+ 305,1
ESE	65,9	19,1	+ 245,9	2,1	1,2	+ 82,3	0,3	0,2	+ 8,7	68,3	20,5	+ 233,7
EBO	4,8	3,2	+ 52,2	0,2	0,4	- 46,5	0,1	0,1	+ 35,1	5,1	3,7	+ 40,2
EPB	68,6	42,3	+ 62,1	2,4	2,3	+ 1,4	0,4	0,4	+ 23,4	71,4	45,0	+ 58,6
EMT	222,1	102,0	+ 117,8	5,8	(15,2)	-	2,7	2,2	+ 20,0	230,6	89,0	+ 159,1
EMS	169,7	118,3	+ 43,4	40,0	3,0	+ 1.224,4	2,1	1,7	+ 27,0	211,8	123,0	+ 72,2
ETO	82,9	44,9	+ 84,3	3,8	9,5	- 60,0	0,9	2,1	- 59,1	87,5	56,6	+ 54,7
ESS	40,2	27,8	+ 44,6	6,7	8,4	- 20,9	0,5	(3,7)	-	47,4	32,6	+ 45,3
ERO	121,2	106,3	+ 14,0	17,6	42,6	- 58,6	2,2	1,4	+ 58,9	141,0	150,3	- 6,2
EAC	59,9	19,6	+ 206,3	0,1	1,9	- 94,4	(1,1)	3,7	-	59,0	25,2	+ 134,1
Total Distribuidoras	867,6	496,9	+ 74,6	80,9	54,8	+ 47,6	9,4	9,0	+ 4,8	957,9	560,6	+ 70,8
EPA I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EPA II	30,6	75,6	- 59,4	-	-	-	-	-	-	30,7	75,6	- 59,4
EGO I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ETT	72,3	32,2	+ 124,8	-	-	-	-	-	-	72,3	32,2	+ 124,9
ETT II	0,4	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4	-	-
EAM	2,7	241,1	- 98,9	(0,3)	-	-	0,3	-	-	2,7	241,1	- 98,9
EAP	2,9	-	-	-	-	-	-	-	-	2,9	-	-
ALSOL	-	-	-	-	-	-	93,0	21,0	+ 343,4	93,0	21,0	+ 343,4
RIO PEIXE I	-	-	-	-	-	-	99,2	-	-	99,2	-	-
RIO PEIXEII	-	-	-	-	-	-	96,9	-	-	96,9	-	-
ESOL Consolidada	0,1	-	-	-	-	-	6,2	5,7	+ 8,4	6,2	5,7	+ 9,9
Outras	0,4	(5,3)	-	-	5,3	-	2,9	0,6	+ 404,0	3,4	0,6	+ 479,0
Total	977,1	840,4	+ 16,3	80,5	60,1	+ 34,0	308,0	36,2	+ 750,5	1.365,6	936,7	+ 45,8

Comentário do Desempenho

6. Mercado de capitais

6.1. Desempenho das ações

Negociadas na B3, as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11 - Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) apresentaram rentabilidade de 15,3% no 1T22 e encerraram o exercício cotadas a R\$ 48,81 por Unit. No mesmo período o principal índice da bolsa, o Ibovespa, apresentou retorno de 2,9%, enquanto o IEE teve alta de 5,1%. A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do trimestre.

A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do exercício:

	março 2022	março 2021	Variação %
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	34.938,04	29.584,97	18,1%
Valor de mercado no final do exercício (R\$ milhões)	17.714,54	15.364,07	15,3%
Volume médio diário negociado UDM - Units (R\$ milhões)	80,43	83,48	-3,6%
Cotação das ações			
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do exercício (R\$/Unit)	48,81	42,33	15,3%
ENGI3 (ON) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	16,21	15,27	6,2%
ENGI4 (PN) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	8,20	6,78	20,9%
Indicadores relativos			
Dividend yield de ENGI11 (Units) Pagos - % ⁽²⁾	5,82%	4,02%	1,81 p.p.
Dividend yield de ENGI11 (Units) declarados no exercício - % ⁽³⁾	5,82%	3,26%	2,56 p.p.
Dividend payout	37,20%	32,60%	4,6 p.p.
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) - UDM %	22,01%	24,14%	-2,13 p.p.
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	1,99	2,06	-3,5%
Lucro Líquido por Unit	10,58	7,21	+91,4%

(1) EV = Valor de mercado (R\$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada;

(2) Dividendos pagos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

(3) Dividendos declarados nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

7. Eventos subsequentes

7.1. Conclusão de aquisição de alguns projetos fotovoltaicos - Vision Sistemas Ltda

Foi concluído em 8 de abril de 2022 aquisição do grupo das sociedades que detém projetos de unidades de geração fotovoltaica em desenvolvimento, quais sejam, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda., Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda. e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda., incluindo a aprovação, sem restrições, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme certidão de trânsito em julgado emitida em 30 de março de 2022 para o despacho 316/2022, publicado no Diário Oficial da União de 14 de março de 2022, referente ao Ato de Concentração nº 08700.001084/2022-37. Com a referida aquisição, por meio da Alsol, o Grupo Energisa acrescenta a possibilidade de ser responsável pela operação de até 33 (trinta e três) novas unidades de geração distribuída por fonte solar, que, ao final da implementação dos respectivos projetos, poderão adicionar até 110,2 MWp ao portfólio da Alsol. O preço de aquisição pago pela Alsol pelas Sociedades é de R\$ 6,9 milhões. Já em 06 de maio de 2022, foi concluída a aquisição de mais duas unidades de geração fotovoltaica operacionais, quais sejam, SPE Vision Solar I Ltda. e Vision Francisco Sá SPE S.A. Assim, o Grupo Energisa acrescenta ao seu portfólio 2 unidades, já em operação, de geração distribuída por fonte solar, com potência de 5,0 MWp.

7.2. Aprovação da ANEEL para aquisição de 100% da Gemini

Em 26 de abril de 2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou no Diário Oficial da União o despacho da anuência da transferência do controle societário indireto das concessionárias de transmissão de energia controladas pela Gemini Energy S.A. para a Energisa Transmissão. O fechamento da aquisição ainda

Comentário do Desempenho

está sujeito ao cumprimento de outras determinadas condições precedentes como é praxe em operações da mesma natureza.

7.3. Aneel homologa reajustes tarifários da EMT, EMS e ESE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”), em reunião pública ordinária da diretoria ocorrida no dia 12 de abril de 2022, aprovou os reajustes tarifários da **Energisa Mato Grosso (“EMT”)** e **Energisa Mato Grosso do Sul (“EMS”)**, a serem aplicados a partir de 16 de abril de 2022. No dia 19 de abril de 2022, aprovou o reajuste tarifário da **Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)**, a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2022.

Os índices de reajuste aprovados constam da tabela abaixo:

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da EMT	Efeito Médio para o Consumidor da EMS	Efeito Médio para o Consumidor da ESE
Baixa Tensão	21,62%	17,93%	16,88%
Alta e Média Tensão	24,96%	18,81%	14,76%
Total	22,55%	18,16%	16,24%

7.4. Aumento de capital - controladora

Em AGOE de 27 de abril de 2022 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$843,5 milhões, em razão do atingimento do limite legal de saldo das reservas de lucros. O aumento de capital foi realizado mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros, sem a emissão de novas ações e não implicará em alteração do valor nominal das ações atualmente existentes (que permanecerão sem valor nominal atribuído), nos termos do artigo 169, §1º combinado com o artigo 199 da Lei 6404/76, passando o capital social a ser de R\$4.207,4 milhões, representando 1.814.642.740 ações nominativas, sendo 756.010.104 ações ordinárias e 1.058.632.636 ações preferenciais, sem valor nominal.

7.5. Partes relacionadas - Contrato de prestação de serviços de TI - Controladas

Contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$865,2 milhões referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 812, de 24 de março de 2022, especificamente para as controladas Distribuidoras de energia elétrica.

Comentário do Desempenho

Controladas (R\$ Milhões)	Valor do contrato	Data da assinatura	Vencimento
Controladas Distribuidoras de energia elétrica:			
Energisa Mato Grosso	231,742	11/04/2022	60 meses
Energisa Mato Grosso do Sul	132,887	11/04/2022	60 meses
Energisa Sul Sudeste	82,982	11/04/2022	60 meses
Energisa Tocantins	66,076	11/04/2022	60 meses
Energisa Paraíba	102,624	11/04/2022	60 meses
Energisa Sergipe	63,827	11/04/2022	60 meses
Energisa Borborema	12,845	11/04/2022	60 meses
Energisa Minas	36,852	11/04/2022	60 meses
Energisa Nova Friburgo	8,362	11/04/2022	60 meses
Energisa Rondônia	87,805	11/04/2022	60 meses
Energisa Acre	31,929	11/04/2022	60 meses
Demais controladas, transmissoras de energia elétrica e de serviços:			
Energisa Goiás I Transmissora	209	11/04/2022	60 meses
Energisa Para I Transmissora	209	11/04/2022	60 meses
Energisa Para II Transmissora	137	11/04/2022	60 meses
Energisa Tocantins Transmissora	117	11/04/2022	60 meses
Energisa Amazonas Transmissora	105	11/04/2022	60 meses
Energisa Soluções	3,457	11/04/2022	60 meses
Energisa Soluções Construções	2,135	11/04/2022	60 meses
Multi Energisa	912	11/04/2022	60 meses

7.6. Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022; (ii) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (iii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; (iv) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; e (v) receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, conforme decisão da ANEEL.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$985.068, dos quais R\$73.946 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$146.682 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$764.440 destinados aos diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Os recursos recebidos não configuram como passivos efetivos das concessionárias. Esses valores serão revertidos como componente financeiro negativo até os processos tarifários de 2024.

Comentário do Desempenho

Os valores foram recebidos pelas distribuidoras em 09 de maio de 2022 é como segue:

Empresa	Custo de importação de energia	Programa de redução voluntária de consumo	Diferimentos	Total R\$ milhões
EMT	19,4	34,6	492,1	546,1
EMS	10,1	25,0	143,5	178,7
ESE	6,1	12,4	62,9	81,3
EAC	2,3	4,5	45,6	52,5
ESS	7,9	16,2	20,3	44,4
EPB	9,2	19,7	-	28,9
ERO	9,3	16,6	-	25,8
ETO	5,7	9,3	-	15,0
EMG	2,8	5,8	-	8,6
EBO	1,2	2,6	-	3,8
Total	73,9	146,7	764,4	985,1

7.7. Emissão de debêntures - Controladora e Controladas

Controladora

Em 15 de abril de 2022 a Companhia efetuou a 16ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$ 750,0 milhões sendo: (i) R\$ 309,4 milhões referente a 1ª Serie com vencimento em 15 de abril de 2029 com remuneração de IPCA mais 6,1566% a.a.; (ii) R\$ 190,6 milhões referente a 2ª Série com vencimento em 15 de abril de 2032 com remuneração de IPCA mais 6,2770% a.a.; e (iii) R\$ 250,0 milhões referente a 3ª Série com vencimento em 15 de abril de 2027 com remuneração de 100% do CDI mais 1,50% a.a. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 10 de maio de 2022. Os recursos da 1ª e 2ª Série serão destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição e transmissão de energia elétrica de titularidade das controladas dos projetos e da 3ª Série serão destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Controladas

EMT

Em 15 de abril de 2022 a controlada efetuou a 15ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$ 260,0 milhões sendo: (i) R\$ 164,4 milhões referente a 1ª Serie com vencimento em 15 de abril de 2029 com remuneração de IPCA mais 6,1566% a.a.; e (ii) R\$ 95,6 milhões referente a 2ª Série com vencimento em 15 de abril de 2032 com remuneração de IPCA mais 6,2770% a.a. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 10 de maio de 2022, e serão destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da controlada.

ERO

Em 15 de abril de 2022 a controlada efetuou a 7ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$ 410,0 milhões sendo: (i) R\$ 253,7 milhões referente a 1ª Serie com vencimento em 15 de abril de 2029 com remuneração de IPCA mais 6,1566% a.a.; e (ii) R\$ 156,3 milhões referente a 2ª Série com vencimento em 15 de abril de 2032 com remuneração de IPCA mais 6,2770% a.a. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 10 de maio de 2022 e serão destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da controlada.

ETO

Em 15 de abril de 2022 a controlada efetuou a 8ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$ 90,0 milhões sendo: (i) R\$ 55,7 milhões referente a 1ª Serie com vencimento em 15 de abril de 2029 com remuneração de IPCA mais 6,1566% a.a.; e (ii) R\$ 34,3 milhões referente a 2ª Série com vencimento em 15 de abril de 2032 com remuneração de IPCA mais 6,2770% a.a. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 10 de maio de 2022, e serão destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da controlada.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Energisa S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras trimestrais para o
período findo em 31 de março de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objeto social principal é a participação no capital de outras empresas, a prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, como também para as demais controladas diretas e indiretas.

Atividades:

Distribuição de energia elétrica:

A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorização de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Controladas	Localidades	Data da concessão	Data de vencimento
Controladas diretas:			
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”)	Cataguases (MG)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”)	Nova Friburgo (RJ)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	Aracaju (SE)	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“EBO”)	Campina Grande (PB)	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“EPB”)	João Pessoa (PB)	21/03/2001	21/03/2031
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (“ERO”)	Porto Velho (RO)	30/10/2018	29/10/2048
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (“EAC”)	Rio Brando (AC)	07/12/2018	06/12/2048
Controladas indiretas:			
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”) ^(*)	Cuiabá (MT)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049

^(*) A controlada indireta EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 1 usina termelétrica, com subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027, para atendimento de sistemas isolados, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal.

As distribuidoras controladas diretas e indiretas são companhias de capital aberto e fechado, sem ações negociadas em bolsa, exceto pela Energisa Mato Grosso, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através do uso de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

As informações referentes à reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, outros créditos, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção, e receita de construção da infraestrutura estão apresentados nas notas explicativas nº 8, 9, 10, 13.1, 14 e 28, respectivamente.

Notas Explicativas

Transmissão de energia elétrica:

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ("EGO I")	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	14/03/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ("EPA I")	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. A obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ("EPA II")	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. A obra foi concluída em 39 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 12 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	21/09/2018	21/09/2048	21/12/2021
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ("ETT")	Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	Em construção
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ("EAM")	LT 230 kV Lechuga - Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo - capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km. Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4.	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	Em construção ^(a)
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ("ETT II")	Ampliação da SE 230/138kV Gurupi - 200MVA	Tocantins	30/09/2021	30/09/2051	Em construção ^(b)
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A ("EAP")	LT 230kV Macapá - Macapá III C1 SE 230/69kV Macapá III SE Macapá 3: Implementação de 2 circuitos simples em 69 kV, com extensão aproximada de 2 km cada, entre os pontos de seccionamento da Linha de Distribuição 69 kV Santana - Macapá C1 e a subestação Macapá III, no setor de 69 kV.	Amapá	31/03/2022	31/03/2052	Em construção ^(c)

Notas Explicativas

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
	SE Macapá: Novo trecho de Linha em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 500 metros para permitir a conexão da linha 230kV Ferreira Gomes - Macapá C1.				
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A	SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA	Mato Grosso	27/06/2016	27/06/2046	27/06/2019

- (a) **Leilão de Transmissão nº 001/2020** - em 17 de dezembro de 2020, a Energisa S.A., através de sua controladora da ETE sagrou-se vencedora do leilão do lote 11, de ativos de transmissão, conforme informações abaixo:

Lote	Local (UF)	Extensão	Investimento Estimado Aneel (R\$ Mil)	RAP ¹ Máxima (R\$ Mil)	RAP Proposta (R\$ Mil)	Deságio	Benefício Fiscal Aplicável
11	AM	33 Km novos e 385 km existentes	882.240	119.713	63.000	47,37%	SUDAM

O lote contratado representa incorporação de ativos em serviço designado da empresa Amazonas Geração e Transmissão (AmGT) pela Portaria MME no. 776 de 15 de dezembro de 2016 e a revitalização e continuidade da prestação do serviço público de transmissão das instalações existentes e a expansão e reforço do sistema para atendimento à região metropolitana de Manaus e à região de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, como segue:

- (i) **Novos Empreendimentos:** - LT 230 kV Lechuga - Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo - capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km.; e
- (ii) **Empreendimento existentes incorporados e que serão revitalizados:** - Incorporação dos ativos em serviço designado à AmGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016; - Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4.

Em 31 de março de 2021 o contrato de concessão foi celebrado pela EAM (concessionária de transmissão) e a ETE (acionista controladora) junto ao Poder Concedente onde os empreendimentos existentes incorporados e que serão revitalizados entraram em operação e os novos empreendimentos, conforme destacados nos itens i e ii acima, serão construídos conforme prazos estabelecidos no contrato de concessão. A controlada EAM já faz jus a recebimento da RAP por possuir parte de sua infraestrutura de transmissão já construída. A RAP recebida é proporcional ao investimento total previsto para a construção da linha de transmissão. Em 31 de março de 2022, o percentual de RAP recebida é de 30%.

- (b) **Leilão de Transmissão nº 001/2021** - em 30 de junho de 2021, a controlada direta ETE sagrou-se vencedora do lote 4 do leilão 001/2021 promovido pela ANEEL. A Receita Anual Permitida (RAP) definida no projeto é de R\$4.095. Em 30 de setembro de 2021 o contrato de concessão foi celebrado pela Energisa Tocantins Transmissora de Energia II - ETT II (concessionária de transmissão) e a ETE (acionista controladora) junto ao Poder Concedente. O referido lote está localizado no Estado do Tocantins e compreende na ampliação de 01 subestação 230/138kV 200MVA.. O prazo para construção das obras é de 36 meses contados a partir da assinatura do contrato de concessão.
- (c) **Leilão de Transmissão nº 002/2021** - em 17 de dezembro de 2021, a controlada direta ETE sagrou-se vencedora do lote 5 do leilão 02/2021 promovido pela ANEEL. A Receita Anual Permitida (RAP) definida no projeto é de R\$11.300. O contrato de concessão foi celebrado em 31 de março de 2022 pela EAP (concessionária de transmissão) e a ETE (acionista controladora) junto ao Poder Concedente. O referido lote está localizado no Estado do Amapá e compreende a construção da LT230kV Macapá III - Macapá I, em circuito simples, com extensão aproximada de 10 Km, na construção da nova SE Macapá III 230/69kV 300MVA. O prazo para construção das obras é de 42 meses contados a partir da assinatura do contrato de concessão.

Aquisição de Ativos de Transmissão

Em 17 de fevereiro de 2022, a controlada Energisa Transmissão de Energia S/A, celebrou, com Energisa S/A na qualidade de Interviente Garantidora, um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com os vendedores Power Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura e Perfin Apollo 14 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, tendo, ainda, como Intervientes Anuentes as sociedades alvo do Contrato de Compra e Venda, para regular a aquisição de 2.330.106 ações ordinárias de propriedade dos Vendedores, de emissão da Gemini Energy S/A..

A Gemini é detentora de 85,04% e 83,33%, respectivamente, de 2 (duas) concessionárias operacionais de transmissão na região Norte que interligam importantes sistemas de geração como Tucuruí e Xingu a centros de consumo do Pará e Amapá, e de 100% de 1 (uma) concessionária operacional de transmissão na região Sudeste que faz a ligação entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo que, em conjunto, possuem uma capacidade de transmissão instalada de 6700 MVA e 1.451 km de extensão, além de 100% de outras duas sociedades não operacionais. Os ativos

Notas Explicativas

consolidados divulgados em 31 de dezembro de 2021 pela Gemini totalizaram em R\$4.923.447 e contratos de concessão válidos até 16 de outubro de 2038 e 09 de dezembro de 2041, respectivamente.

O Valor da Transação será de R\$0,353037 por ação, considerando a assunção do endividamento líquido de R\$1.734.245 detido pela Gemini. O valor por ação estará sujeito a ajustes no fechamento e pós fechamento decorrentes, dentre outros, de variação do endividamento líquido e do capital de giro entre a data base de 31 de dezembro de 2021 e a data de fechamento, bem como outros ajustes, nos termos do Contrato de Compra e Venda.

Em 28 de março de 2022 e 26 de abril de 2022 ocorrerem as aprovações da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Aneel, respectivamente. O fechamento da operação de compra e venda ainda está sujeito ao cumprimento de outras determinadas condições precedentes como é praxe em operações da mesma natureza.

As transmissoras de energia elétrica, controladas indiretas, são empresas de capital fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.

Geração de energia elétrica:

Controladas	Descrição	Atividade	Localidade
Geração Hidráulica:			
Energisa Geração Usina Mauricio S/A			
CGH Usina Hans	A CGH possui 298 KW de potência instalada e 0,264 MW médios de garantia física.	Geração hidráulica	Nova Friburgo (RJ)
PCH Rio Vermelho	A PCH possui 2.560 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Vilhena (RO)
Usina Mauricio	A Usina possui 1.280 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Leopoldina (MG)
Geração Distribuída:			
Alsol Energias Renováveis S.A. ("Alsol")	A controlada possui cerca de 57,1 MWp de sistemas fotovoltaicos em operação conectados à rede e outros 46,5 MWp em fase de implementação, somando um portfólio total de 104,5 MWp, dos quais 77 MWp são de usinas próprias ALSOL.	Geração distribuída	Uberlândia (MG)
Projeto Geração Eólica:			
Complexo Parque Eólico Sobradinho:			
EOL Alecrim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Umbuzeiro Muquim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Mandacaru	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Boa Esperança	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
Parque Solar:			
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I	A subsidiária tem como objeto social o desenvolvimento e exploração do parque solar, bem como a comercialização de energia proveniente do Empreendimento.	Parque Solar	Paraíba (PB)
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II	A subsidiária tem como objeto social o desenvolvimento e exploração do parque solar, bem como a comercialização de energia proveniente do Empreendimento.	Parque Solar	Paraíba (PB)

Notas Explicativas

Aquisição de Empresa de Geração Distribuída Fotovoltaica

Em 28 de janeiro de 2022 a controlada Alsol celebrou com a Vision Sistemas Ltda, contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e outras Avenças, por meio do qual a Alsol se tornará titular de quotas ou ações, conforme o caso, equivalentes a 100% do capital social das seguintes sociedades: SPE Vision Solar I Ltda., Vision Francisco Sá SPE S.A., Vision Itaobim SPE S.A., UFV Vision IV Curvelo S.A., SPE Vision V Almenara Ltda., UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda., SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda., Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda., Renesolar Engenharia Elétrica Ltda., Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda. e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda. (“Sociedades”).

As Sociedades atuam no ramo de geração distribuída fotovoltaica no Estado de Minas Gerais, detendo, conforme o caso, unidades de geração fotovoltaica em operação, em construção e em desenvolvimento. Com a efetivação da Operação, por meio da Alsol, o Grupo Energisa passará a ser responsável pela operação de até 41 unidades de geração distribuída por fonte solar, que, ao final dos aportes e obras de reforço necessários à implementação dos projetos, poderão adicionar até 136 MWp ao portfólio da Alsol.

O preço de aquisição a ser pago pela controlada Alsol em contrapartida das participações societárias das Sociedades por ela adquiridas será de até R\$75.608, na data base de 30 de setembro de 2021, sujeito à correção pela variação do CDI e a ajustes positivos ou negativos decorrentes, dentre outros, de variação do endividamento líquido e do capital de giro entre a data base e a data de fechamento, bem como outros ajustes, nos termos do Contrato.

Em 30 de março de 2022 ocorreu a aprovação da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O fechamento da operação de compra e venda ainda está sujeito ao cumprimento de outras determinadas condições precedentes como é praxe em operações da mesma natureza.

Em 8 de abril de 2022 foi finalizado aquisição do grupo das sociedades que detêm projetos de unidades de geração fotovoltaica em desenvolvimento, quais sejam, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda., Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda. e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda e em 06 de maio de 2022, foi concluída a aquisição de mais duas unidades de geração fotovoltaica operacionais, quais sejam, SPE Vision Solar I Ltda. e Vision Francisco Sá SPE S.A. Assim, o Grupo Energisa acrescenta ao seu portfólio 2 unidades, já em operação, de geração distribuída por fonte solar, com potência de 5,0 MWp, tendo sido pago R\$6.943.

As geradoras controladas diretas são companhias de capital fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica e de implantar e manter empreendimentos e equipamentos associados à eficientização energética e à geração distribuída via sistemas fotovoltaicos e armazenamento de energia.

Comercialização de energia elétrica:

Controlada	Descrição	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda. (“ECOM”)	Subsidiária integral que tem por objetivo o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação e intermediação de negócios relacionados à energia.	Rio de Janeiro (RJ)	21/03/2006

Serviços:

Controladas	Natureza
Energisa Soluções S/A (“ESOL”)	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”)	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”)	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.
Voltz Capital S.A.	Oferecer produtos financeiros e otimizar os meios de pagamentos e serviços da área financeira, através de soluções tecnológicas.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 a controlada Denerge Desenvolvimento Energético S/A , Rede Energia Participações S/A (“REDE”), e as demais controladas, publicaram fato relevante informando que ajuizaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de

Notas Explicativas

Comercialização de Energia ("CTCE"), da QMRA Participações S/A. ("QMRA"), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. ("EEVP"), incorporada posteriormente pela Denerge em 22/11/2019 e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. ("Denerge").

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão "em recuperação judicial" da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29/07/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi interposto agravo em recurso especial pelo credor, o qual foi julgado prejudicado por perda do objeto em decisão proferida no dia 07/02/2022, sendo que contra esta decisão o credor não interpôs novo recurso. No momento aguarda-se o arquivamento definitivo da Recuperação Judicial.

A posição em 31 de março de 2022 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza em R\$666.197, dos quais R\$515.450 refere-se a empréstimos, R\$76.932 a debêntures e R\$73.815 a fornecedores e outras contas a pagar é como segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
Saldos em 31 de dezembro 2020	236.031	291.215	80.407	607.653
(+) Atualização (1)	4.457	29.492	961	34.910
Provisão (reversão) de ajuste a valor presente (2)	31.395	8.646	(4.033)	36.008
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(29.492)	(961)	(34.909)
Saldos em 31 de dezembro 2021	267.427	299.861	76.374	643.662
(+) Atualização (1)	2.820	7.273	859	10.952
Provisão (reversão) de ajuste a valor presente (2)	6.874	2.592	2.117	11.583
Saldos em 31 de março 2022	277.121	309.726	79.350	666.197

- (1) Atualização: ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do período/exercício.
- (2) Ajustes a Valor Presente: registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

Capital Circulante - controladora:

A Companhia apresentou, em 31 de março de 2022, capital circulante líquido negativo, no montante de R\$1.565.451 (R\$1.386.244 em 2021) na controladora, sendo positivo no consolidado em R\$2.031.656 (R\$2.811.675 em 2020). A Administração considera que os fluxos de dividendos futuros oriundos dos resultados das operações das controladas, associado ao processo de alongamento, liquidação da dívida de curto prazo e novas captações, deverão proporcionar os recursos financeiros necessários para fazer frente aos compromissos financeiros de curto prazo remanescentes da controladora.

2. Elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional

Notas Explicativas

IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021”), publicadas na imprensa oficial em 25 de março de 2022.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2022.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram impactos significativos em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

3. Informações financeiras intermediárias consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e suas controladas. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, o Grupo Energisa controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o

Notas Explicativas

mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Energisa, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energisa e das controladas.

	Ramo de atividade	% de participação	
		31/03/2022	31/12/2021
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO)	Distribuição de energia	96,19	95,50
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC)	Distribuição de energia	96,19	95,09
Energisa Soluções S/A (ESOL)	Serviços	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (2)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro - Muquim S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Participações Minoritárias S/A	Holding	82,72	82,72
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Holding	99,98	99,98
Energisa Transmissão de Energia S/A (1)	Holding	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	Geração eólica de energia	100	100
Alsol Energias Renováveis S/A	Geração de energia distribuída	89,61	89,48
Voltz Capital S.A (2)	Serviços	100	100
Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) (4)	Fundo de investimento	26	26

Notas Explicativas

	Ramo de atividade	% de participação	
		31/03/2022	31/12/2021
<u>Controladas indiretas</u>			
Rede Energia Participações S.A (1)	Holding	94,63	94,63
Rede Power do Brasil S/A	Holding	94,62	94,62
QMRA Participações S/A	Holding	94,62	94,62
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	73,41	73,41
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (1) (3)	Distribuição de energia	94,57	94,57
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	72,54	72,54
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	94,62	94,62
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	93,91	93,91
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	Serviços	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A II	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A (2)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A (nova denominação social de Energisa Transmissora de Energia III S/A (2)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S. A	Transmissão de energia	100	-
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	Geração de energia distribuída	99,90	99,90
URB - Energia Limpa Ltda	Geração de energia distribuída	100	100

(1) Companhias abertas.

(2) Em fase pré-operacional.

(3) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A., e possui 35,92% de participação na EMS.

(4) Fundo de Investimento e Cotas (FIC - FIDC).

A Companhia e suas controladas realizaram em janeiro de 2021, a cessão de determinados créditos inadimplidos para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) o qual conta com participação de 74,0% do Banco BTG Pactual e 26,0% da Companhia. A valoração dos créditos para a cessão aos FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs, conforme segue:

- (i) FIDC Títulos de precatórios - foram avaliados conforme as suas respectivas posições nas filas de precatórios, capacidade fiscal e de pagamento dos entes federativos (municípios), sendo considerada a data de pagamento limite de 31 de dezembro de 2024 ou 2028. A taxa de recuperação dos precatórios foi classificada conforme a qualidade do crédito do ente federativo: os precatórios de municípios que possuem boa capacidade financeira atribuem-se a taxa de recuperação estimada de 39,0%, já aqueles com baixa capacidade financeira tiveram a sua taxa de recuperação estimada em 19,0%;
- (ii) FIDC Títulos de empresas em recuperação judicial/falência: os créditos cedidos ao FIDC-NP consideraram os fluxos de pagamento e deságios previstos nos planos de recuperação judicial e, adicionalmente, taxas de recuperação estimadas, sendo de 50% para os créditos com planos de recuperação judicial homologados e 10% para os com planos de recuperação judicial não-homologados; já para os créditos das empresas em situação de falência, adotou-se a taxa de recuperação entre 5% a 8% do valor do crédito;
- (iii) FIDC Créditos de ações judiciais - Os créditos cedidos ao FIDC-NP foram separados em dois blocos: no primeiro bloco estão os processos relevantes, cujas premissas para avaliação foram embasadas em análises de consultoria especializada; no segundo bloco têm-se duas subcategorias de processos judiciais - na primeira subcategoria, a das ações contra a administração pública em fases anteriores a do trânsito em julgado, denominadas pré-precatórios, considerou-se a expectativa de pagamento do crédito ao final de 2030; na segunda subcategoria estão os demais processos judiciais, cuja expectativa média do trânsito em julgado de ações semelhantes é de 10 anos. A taxa de recuperação estimada para as ações judiciais deste FIDC-NP foi de 42,4%.

A Companhia passou a consolidar o fundo a partir de 31 de março de 2021, devido as atividades conduzidas pelo FIDC atenderem substancialmente as necessidades operacionais da Companhia, e também pelo fato de estar exposta a todos os riscos e benefícios atrelados ao fundo. O acordo de cotista prevê uma opção de venda contra a Energisa para a aquisição das cotas do banco BTG Pactual no montante inicial de R\$200.000 atualizadas anualmente a CDI + 2,35%, podendo ser exercida quando do descumprimento de certas obrigações contidas

Notas Explicativas

no regulamento do acordo de cotista ou a qualquer momento a partir do quarto exercício do acordo. A Companhia possui opção de compra para aquisição das cotas do banco BTG Pactual no FIDC nas mesmas condições da opção de venda, ou seja, com uma atualização de CDI + 2,35%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, geração, transmissão, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	31/03/2022					
	Distribuição	Transmissão	Geração Hidráulica e Distribuída	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	6.013.993	242.961	18.384	207.243	31.972	6.514.553
Receitas Intersegmentos	9.047	6.642	-	-	100.587	116.276
Total	6.023.040	249.603	18.384	207.243	132.559	6.630.829
Receitas Financeiras	255.782	2.828	13.465	1.807	242.053	515.935
Despesas Financeiras	(586.115)	(33.291)	(16.457)	(7.393)	(435.804)	(1.079.060)
Total	(330.333)	(30.463)	(2.992)	(5.586)	(193.751)	(563.125)
Amortização e depreciação	302.499	66	2.993	46	12.355	317.959
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	1.009.387	141.558	1.265	3.663	(262.196)	893.677

Notas Explicativas

	31/03/2021					
	Distribuição	Transmissão	Geração Hidráulica e Distribuída	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	5.092.229	172.826	8.725	194.579	(2.929)	5.465.430
Receitas Intersegmentos	6.103	2.944	1.163	-	103.087	113.297
Total	5.098.332	175.770	9.888	194.579	100.158	5.578.727
Receitas Financeiras	161.415	1.069	(6.056)	334	109.736	266.498
Despesas Financeiras	(294.881)	(12.277)	5.094	(985)	140.529	(162.520)
Total	(133.466)	(11.208)	(962)	(651)	250.265	103.978
Amortização e depreciação	288.997	12	46	36	12.370	301.461
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	900.667	52.676	1.752	(21.254)	175.718	1.109.559

	Distribuição	Transmissão	Geração Hidráulica e Distribuída	Comercialização	Serviços e outros	31/03/2022	31/12/2021
Ativos dos segmentos	43.536.529	3.224.080	1.410.019	299.539	7.580.067	56.050.234	57.273.703
Ativo circulante	10.747.577	350.140	719.985	182.055	2.777.420	14.777.177	16.301.285
Ativo não circulante	32.788.952	2.873.940	690.034	117.484	4.802.647	41.273.057	40.972.418
Passivos dos segmentos	33.277.043	2.360.724	1.097.096	291.577	8.906.126	45.932.566	47.742.462
Passivo circulante	9.285.826	353.608	251.476	124.025	2.730.582	12.745.517	13.489.615
Passivo não circulante	23.991.217	2.007.116	845.620	167.552	6.175.544	33.187.049	34.252.847

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	31/03/2022	31/03/2021
Receita		
Receita líquida total de segmentos	6.630.829	5.578.727
Eliminação de receitas intersegmentos	(116.276)	(113.297)
Receita líquida consolidada	6.514.553	5.465.430
Amortização e depreciação		
Amortização e depreciação total de segmentos	317.959	301.461
Amortização e depreciação consolidada	317.959	301.461
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos	515.935	266.498
Eliminação de receitas intersegmentos	(167.593)	(97.050)
Receita financeira consolidada	348.342	169.448
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos	(1.079.060)	(162.520)
Eliminação de despesa intersegmentos	167.593	97.050
Despesa financeira consolidada	(911.467)	(65.470)
Total do resultado dos segmentos	893.677	1.109.559
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	893.677	1.109.559

Notas Explicativas

	31/03/2022	31/12/2021
Ativo		
Ativo total dos segmentos	56.050.234	57.273.703
Outros valores não alocados	(2.660.674)	(2.505.299)
Total Ativo consolidado	53.389.560	54.768.404
Passivo		
Passivo total dos segmentos	45.932.566	47.742.462
Outros valores não alocados	(2.660.674)	(2.505.299)
Total passivo consolidado	43.271.892	45.237.163

5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2022 equivale a 87,8% do CDI (65,0% do CDI em 31 de dezembro de 2021) na controladora 87,8% do CDI (88,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários à vista	23.569	17.346	317.146	338.165
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	-	62	728.401	435.340
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	145.602	166.863
Operações compromissadas	-	62	582.799	268.477
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante ⁽¹⁾	23.569	17.408	1.045.547	773.505

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

Notas Explicativas

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, letra financeira do tesouro, CDB's, notas do tesouro nacional, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2022 equivale a 182,5% do CDI (217,2% do CDI em 31 de dezembro de 2021) na controladora e 113,2% do CDI (121,2% do CDI em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	12.291	12.006	60.567	66.567
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	-	-	8.464	9.833
Debêntures ⁽²⁾	2.440.657	2.357.865	-	-
Fundos de Investimentos ⁽³⁾	36.661	35.855	94.979	56.980
Fundos de investimentos exclusivos ⁽⁴⁾	1.472.634	2.260.234	4.667.747	5.021.396
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	339	8.340	15.948	46.523
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	76	1.151	3.576	3.453
Títulos públicos	5.956	-	63.971	-
Fundo Multimercado	8.997	12.521	26.626	25.611
Fundo de Renda Fixa	852.590	938.971	2.840.573	2.009.475
Letra financeira do Tesouro (LFT)	122.505	582.953	430.747	1.213.538
Letra financeira (LF)	82.145	146.652	384.629	385.608
Letra financeira (LFP)	-	1.508	-	3.084
Letra financeira (LTN)	16.619	23.713	49.180	48.507
Nota do tesouro nacional (NTNB)	375.006	531.971	827.635	1.260.121
Nota do tesouro nacional (NTNF)	8.401	12.454	24.862	25.476
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁵⁾	-	-	64.796	88.575
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁶⁾	3.962.243	4.665.960	4.896.553	5.243.351
Circulante	1.090.104	1.842.464	3.728.927	4.057.459
Não Circulante	2.872.139	2.823.496	1.167.626	1.185.892

⁽¹⁾ Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - refere-se a recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,5% a 100,5% (99,5% a 100,5% em 31 de dezembro de 2021) e média ponderada 99,7% (99,8% em 31 de dezembro de 2021) do CDI;

⁽²⁾ Debêntures - refere-se a debêntures privadas emitidas pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica;

⁽³⁾ Fundo de Investimento - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 78,5% a 130,1% (57,2% a 170,5% em 31 de dezembro de 2021) e média ponderada 105,2% (84,3% em 31 de dezembro de 2021) do CDI;

⁽⁴⁾ Fundos de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, Fundo Multimercado, LFT, LF, LFP, LTN, NTNB e NTNF e são remuneradas, 109,1% (107,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 106,6% do CDI Fundo BB Energisa, 125,2% (138,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 115,1% (127,8% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo Cataguases e 105,0% (117,3% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo Zona da Mata;

⁽⁵⁾ Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados: FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01 de outubro de 2034; e

Notas Explicativas

(6) Inclui na controladora R\$17.009 (R\$16.610 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$193.205 (R\$192.047 em 31 de dezembro de 2021) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Depósito judicial credores	16.981	16.583	16.981	16.583
Bloqueio Judicial	28	27	6.182	6.228
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	-	-	64.796	88.575
Programa Luz para todos	-	-	75.769	55.085
Garantia com comercialização de energia	-	-	11.450	12.607
Conselho do consumidor	-	-	4.570	2.623
Outros	-	-	13.457	10.346
Total	17.009	16.610	193.205	192.047

6. Clientes, consumidores, concessionárias e outros

Na controladora, inclui principalmente serviços especializados prestados as controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 11 - transações com partes relacionadas, enquanto no consolidado englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Controladora		Consolidado								
			Saldo a vencer		Saldo vencidos				PPECLD (7)	Total	
	31/03/2022	31/12/2021	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2022	31/12/2021
Valores correntes: (1)											
Residencial	-	-	586.383	-	550.291	117.660	58.883	168.481	(360.218)	1.121.480	1.131.004
Industrial	-	-	129.273	-	32.562	6.537	10.807	53.090	(53.090)	179.179	185.930
Comercial	-	-	297.176	-	112.119	19.339	16.057	74.003	(90.940)	427.754	433.291
Rural	-	-	141.353	-	80.327	26.924	30.926	27.066	(29.616)	276.980	287.118
Poder público	-	-	129.639	-	15.697	2.049	1.357	14.609	(14.674)	148.677	139.263
Iluminação pública	-	-	88.162	-	7.658	3.835	3.490	16.382	(17.682)	101.845	104.996
Serviço público	-	-	65.996	-	12.941	10.591	9.962	116.927	(148.357)	68.060	67.756
Fornecimento não faturado	-	-	2.095.797	-	-	-	-	-	-	2.095.797	1.920.009
Arrecadação Processo Classificação	-	-	34.093	-	-	-	-	-	-	34.093	23.999
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	69.896	199.241	47.388	22.988	25.293	87.973	(203.286)	249.493	263.876
Industrial	-	-	8.898	29.060	4.724	6.222	2.775	23.848	(44.623)	30.904	33.400
Comercial	-	-	19.631	122.883	11.278	5.386	7.470	33.964	(79.230)	121.382	124.233
Rural	-	-	10.898	34.843	6.927	3.261	4.176	8.382	(31.448)	37.039	37.323
Poder público (2)	-	-	17.489	288.793	3.035	112	211	2.565	(7.670)	304.535	306.495
Iluminação pública	-	-	4.440	41.229	1.452	25	510	147	(1.743)	46.060	48.221
Serviço público	-	-	2.970	8.207	348	67	208	3.615	(4.082)	11.333	10.770
(-) Ajuste valor Presente (2) e (3)	-	-	(2.460)	(141.875)	-	-	-	-	-	(144.335)	(131.742)
Subtotal-clientes	-	-	3.699.634	582.381	886.747	224.996	172.125	631.052	(1.086.659)	5.110.276	4.985.942

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado								Total	
			Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD (7)			
	31/03/2022	31/12/2021	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2022	31/12/2021	
Suprimento energia a concessionárias-moeda nacional (4)	-	-	34.315	-	-	-	-	34.589	(4.437)	64.467	257.477	
Serviços Especializados	39.575	32.681	70.474	-	3.103	-	-	-	(8.118)	65.459	40.194	
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	-	-	-	-	-	12.201	-	12.201	12.201	
Energia Comercializada com clientes livres	-	-	98.955	-	-	-	-	-	-	98.955	118.175	
Outros (6)	-	-	21.026	-	477.794	48.695	4.017	683.230	(105.320)	1.129.442	1.052.308	
Total	39.575	32.681	3.924.404	582.381	1.367.644	273.691	176.142	1.310.072	(1.204.534)	6.480.800	6.466.297	
Circulante	39.575	32.681								5.022.643	5.004.373	
Não circulante	-	-								1.458.157	1.461.924	

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;

(2) Poder Público - inclui valores de créditos a receber pelas controladas ESE e EMT, junto a clientes, conforme segue:

(i) controlada ESE possui créditos a receber, com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), referente às contas de energia elétrica do período de janeiro/1994 a novembro/1997. O débito da CODEVASF é objeto de ação judicial de cobrança perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Em 19/12/2017, foi negociado acordo de pagamento do crédito que previa que a dívida renegociada totalizava em R\$100.000, com vencimento em dezembro de 2019 e dezembro de 2020, com juros calculados de acordo com as variações da taxa Selic. O referido acordo não se concretizou, sendo mantida a ação judicial de cobrança.

Ainda que frustrado o acordo, a Administração da controlada tem seu entendimento de serem certas a liquidez e a exigibilidade do crédito, uma vez que, na referida ação de cobrança a CODEVASF foi condenada a pagar o valor devido em primeira e segunda instância, e não recorreu dessa condenação. A discussão nos autos persiste unicamente pelo índice de correção aplicável a determinado período do débito, sendo certo que o Tribunal Regional Federal, em sua última decisão, limitou-se a aplicar a jurisprudência do STF e STJ proferidos no âmbito da Repercussão Geral Tema 810 e Recurso Repetitivo, sendo altamente improvável qualquer alteração nos cálculos.

O pagamento do crédito se dará mediante a expedição de precatório federal, e o crédito deverá ser atualizado conforme os critérios estabelecidos no Julgamento do Tribunal. O crédito tem perspectiva de recebimento em até 8 anos, sendo o prazo de 7 anos, tempo estimado para a finalização do Processo, com a discussão exclusivamente do índice de correção, mais 1 ano para expedição do precatório e pagamento.

Por se tratar da União Federal, o risco de incapacidade de pagamento é muito baixo, por ser a CODEVASF empresa pública dependente, com controle societário da União Federal. De acordo com suas Demonstrações Financeiras, 90,66% de seus recursos financeiros são provenientes da União Federal.

Em 31 de março de 2022 o valor a receber referente a esse crédito, com juros e correção monetária fixados no acordão do TRF, monta em R\$125.982 (R\$124.163 em 31 de dezembro de 2021), que inclui R\$24.844 (R\$23.025 em 31 de dezembro de 2021) de atualização monetária. No período findo de 31 de março de 2022 foram contabilizados R\$1.819 (R\$1.500 em 31 de março de 2021) de atualização monetária reconhecidos na receita financeira - outros no consolidado. Sobre esses créditos a controlada ESE constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$24.438 (R\$24.251 em 31 de dezembro de 2021), contabilizados R\$187 na demonstração do resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI + 2,5% ao ano. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações; e

(ii) A controlada EMT realizou renegociação em 03 de agosto de 2016 em que assinou com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). Em 31 de março de 2022 o valor a receber referente a esse crédito monta em R\$84.864 (R\$85.349 em 31 de dezembro de 2021). Sobre esses créditos a controlada EMT constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$24.746 (R\$23.853 em 31 de dezembro de 2021), tendo sido contabilizado R\$893 (R\$2.590 em 31 de dezembro de 2021) na demonstração de resultado do período/exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela variação anual da taxa CDI. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

(3) Ajuste a valor presente - calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI de 11,15% a.a. (8,76% a.a. em 31 de dezembro de 2021);

Notas Explicativas

(4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que se apresenta como segue:

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Saldos a vencer	34.315	227.325
Créditos vinculados a liminares ^(a)	34.589	34.589
Sub-total créditos CCEE ^(*)	68.904	261.914
(-) Aquisição de energia na CCEE	(87.380)	(227.277)
(-) Encargos de serviços do sistema	(187.743)	(605.706)
Total débitos CCEE	(206.219)	(571.069)

(*) O subtotal de R\$68.904 (R\$261.914 em 31 de dezembro de 2021) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$4.437 (R\$4.437 em 31 de dezembro de 2021).

(a) Créditos vinculados a liminares - os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(5) Redução do uso do sistema de distribuição - os valores objetivaram recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2021), registrado no ativo não circulante, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor reconhecido em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado;

(6) Outros - inclui serviços taxados, outros valores a receber de consumidores e: (i) montante de R\$655.477 (R\$625.143 em 31 de dezembro de 2021) ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, contabilizado no ativo não circulante e suspenso por liminares. Em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado; (ii) recolhimento a menor dos tributos relacionados ao ICMS demanda e ICMS Geração Distribuída das controladas EMT, EPB, EBO, EMG, ENF, EAC e ERO foi realizado no montante de R\$217.868, conforme segue:

Controladas/Origem	ICMS
EMT - ICMS Demanda (*)	81.191
EMT - Geração Distribuída	101.810
EPB - Geração Distribuída	16.744
EBO - Geração Distribuída	1.324
EMG - Geração Distribuída	2.489
ENF - Geração Distribuída	132
EAC - Geração Distribuída	1.264
ERO - Geração Distribuída	12.914
TOTAL	217.868

(*) Processo referente ao ICMS Demanda movido pelo Estado de Mato Grosso contra a controlada EMT decorrentes de autuações sob o argumento de que a controlada cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS sobre a demanda. A controlada EMT firmou em 23 de setembro de 2021 o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, em 30 de setembro de 2021, do débito integral com a adesão ao Programa REFIS-MT. A controlada irá ingressar com medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos valores pagos, para regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração tem constituído provisão de perdas esperadas de R\$81.191 em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada.

As controladas EMT, EPB, EBO, EMG, EAC e ERO efetuaram pagamento no período de ICMS Geração Distribuída incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD), no valor de R\$135.692 tendo constituído provisão de perdas de R\$2.192, contabilizado em outras despesas financeiras no consolidado. As controladas realizarão cobranças dos respectivos montantes junto aos seus consumidores, e

Notas Explicativas

- (7) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração;

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

Movimentação das provisões	31/03/2022	31/12/2021
Saldo inicial - circulante 31/12/2021 e 31/12/2020	1.260.344	1.126.480
Provisões, deduzidas de reversões, constituídas no período/exercício	129.491	250.312
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(61.057)	(116.448)
Saldo final - circulante 31/03/2022 e 31/12/2021	1.328.778	1.260.344
Alocação:		
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	1.204.534	1.136.781
Títulos de créditos a receber	8.188	8.188
Outros créditos (nota explicativa nº 10)	116.056	115.375
Saldo final	1.328.778	1.260.344

7. Tributos a recuperar

Os demais itens referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	398.874	388.308
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	165.336	167.423	572.869	557.132
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	10.673	10.149	103.879	105.651
Contribuições ao PIS e a COFINS	7.036	7.091	199.282	248.664
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS ^(*)	-	-	3.594.707	3.584.548
Outros	5.208	351	56.313	63.849
	188.253	185.014	4.925.924	4.948.152
Circulante	87.389	54.450	1.113.859	1.229.269
Não circulante	100.864	130.564	3.812.065	3.718.883

Controladas	31/03/2022	31/12/2021
Ações judiciais com trânsito em julgado		
EPB	399.284	413.829
EBO	66.309	68.710
ETO	210.601	219.314
ESE	213.573	224.523
EMT ^(*)	1.276.399	1.254.231
EAC ^(*)	66.349	65.026
ENF ^(*)	57.847	57.596
ERO ^(*)	151.934	148.899
Subtotal	2.442.296	2.452.128
Ações judiciais não transitada em julgado		
EMS	540.872	531.498
ESS	398.961	392.033
EMG	212.578	208.889
Subtotal	1.152.411	1.132.420

Notas Explicativas

Controladas	31/03/2022	31/12/2021
Total	3.594.707	3.584.548
Total Circulante	210.669	294.961
Total Não Circulante	3.384.038	3.289.587

As controladas de distribuição de energia elétrica possuem créditos de PIS e COFINS a recuperar em 31 de março de 2022 de R\$3.594.707 (R\$3.584.548 em 31 de dezembro de 2021), referente a exclusão do ICMS na base de cálculo daquelas contribuições, referente ações judiciais com trânsito ou não em julgado.

Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS é fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de ser o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nas notas fiscais e não o recolhido, o que proporcionou o reconhecimento contábil no consolidado de novos créditos e de novas obrigações que no período findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$2.147.020 em contrapartida a demonstração do resultado do período/exercício no consolidado. Os respectivos valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$63.220 (R\$8.165 em 31 de março de 2021), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do período/exercício no consolidado..

As controladas EPB, EBO, ETO, ESE e ESS (Filial Paraná) tiveram seus créditos habilitados pela RFB e as compensações realizadas ao longo do período findo de 31 de março de 2022 totalizando em R\$278.079 (R\$225.018 em 31 de dezembro de 2021).

(*) As ações das controladas ESS (Parte oriunda da incorporada Energisa Bragantina), EMT, ERO, ENF e EAC transitaram julgado em 17 de agosto de 2021, em 21 de setembro de 2021, em 22 de outubro de 2021, em 12 de novembro de 2021 e em 06 de dezembro de 2021, respectivamente e estão aguardando o deferimento da habilitação pela RFB para dar início à utilização dos créditos.

8. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

8.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.722, de 07/07/2020	4,87%	12/07/2020
EMG	Resolução 2.696, de 17/06/2020	6,41%	22/06/2020
EBO	Resolução 3.008, de 01/02/2022	9,72%	04/02/2022
ENF	Resolução 2.698, de 17/06/2020	2,39%	22/06/2020
EPB	Resolução 2.763, de 27/08/2020	4,28%	28/08/2020
ETO	Resolução 2.889, de 29/06/2021	4,04%	04/07/2021
ESE	Resolução 2.860, de 22/04/2021	8,90%	22/04/2021
EMS	Resolução 2.855, de 22/04/2021	8,90%	22/04/2021
EMT	Resolução 2.856, de 22/04/2021	8,90%	22/04/2021
ERO	Resolução 2.990, de 07/12/2021	6,93%	13/12/2021
EAC	Resolução 2.989, de 07/12/2021	9,90%	13/12/2021

8.2 Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e, (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ESS, ETO, ERO e EAC.

Notas Explicativas

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.893, de 06/07/2021	9,84%	12/07/2021
EBO	Resolução 2.832, de 02/02/2021	5,21%	04/02/2021
EMG	Resolução 2.884, de 21/06/2021	9,10%	22/06/2021
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ENF	Resolução 2.885, de 22/06/2021	4,95%	22/06/2021
EPB	Resolução 2.929, de 24/08/2021	7,08%	28/08/2021
ESE	Resolução 2.387, de 17/04/2018	11,30%	22/04/2018
ETO	Resolução 2.720, de 03/07/2020	7,17%	04/07/2020
ERO (*)	Resolução 2.819 de 08/12/2020	-11,29%	13/12/2020
EAC (*)	Resolução 2.820 de 08/12/2020	2,95%	13/12/2020

(*) Em 08 de dezembro de 2020, a ANEEL aprovou por meio das Resoluções 2.819 e 2.820, respectivamente a Revisão Tarifária Extraordinária das controladas diretas ERO, EAC, conforme estabelecido nos Contratos de Concessão 02/2018 e 03/2018.

8.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;
Bandeira Tarifária Amarela;
Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh (1)	Atual R\$/Kwh (2) REH 2.888/2021 (*)	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3	Variação total (2) / (1)
Verde	-	-	-	0%
Amarela	1,34	1,87	-	40%
Vermelha 1	4,17	3,97	-	-5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	52
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

(*) A ANEEL aprovou, em 30 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, que estarão em vigor desde 01 de julho de 2021.

Notas Explicativas

No período as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	31/03/2022	31/03/2021
Janeiro	Escassez Hídrica	Amarela
Fevereiro	Escassez Hídrica	Amarela
Março	Escassez Hídrica	Amarela

Bandeira Escassez Hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

A aplicação da Bandeira de Escassez Hídrica foi finalizada em 16 de abril de 2022, conforme posição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Ofício Circular nº 6/2022 -DR/ANEEL, de 11 de abril de 2022.

8.3.1 Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica:

Foi instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigorará por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram apurados pelas controladas distribuidoras de energia elétrica R\$236.620 em bônus de redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores. Os valores foram repassados aos consumidores durante o período de 01 de janeiro a 31 de março de 2022. Em 31 de março de 2022, as controladas possuíam R\$2.893 a receber registrado em outros créditos no ativo circulante no consolidado e R\$10.583 como obrigação de repasse aos consumidores registrado em outros passivos no passivo circulante no consolidado.

Notas Explicativas

8.4 Outros assuntos regulatórios

8.4.1 Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, o Grupo Energisa encontra-se bem posicionado.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

- 1) Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;
- 2) Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência.

Analisando esta última proposta, o Grupo Energia entendeu haver maior aderência entre os resultados esperados e aqueles obtidos pelo novo entendimento da ANEEL, sem prejuízo de novos pleitos junto à agência para adequação de pontos ainda divergentes. Desta forma, com base na metodologia trazida pela área técnica da ANEEL por meio da Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL a Administração revisitou as suas estimativas e premissas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2021, proporcionalizando um efeito no resultado consolidado.

Dos valores reconhecidos no resultado do período consolidado, o montante de R\$12.937, foi contabilizado na receita operacional bruta - constituição e amortização CVA ativa e passiva e R\$2.833 referente a atualização financeira devedora, registrado em despesas financeiras na rubrica de atualização financeira - Passivos financeiros setoriais.

		Receita operacional bruta - constituição e amortização CVA ativa e passiva ^(*)			
Controladas	Saldos em 31/12/2021	31/03/2022	Atualização Financeira	Saldos em 31/03/2022	
EMT	(75.600)	(10.541)	(2.529)	(88.670)	
EMS	3.100	(197)	777	3.680	
ESS	22.900	1.771	618	25.289	
ETO	(31.600)	(17)	(624)	(32.241)	
EPB	27.200	(892)	870	27.178	
EBO	16.400	(49)	307	16.658	
ESE	13.200	(54)	297	13.443	
ERO	5.000	(1.355)	(612)	3.033	
EAC	85.400	(298)	3.781	88.883	
EMG	(7.000)	(1.305)	(52)	(8.357)	
Saldos - ativo não circulante	59.000	(12.937)	2.833	48.896	

(*) Ajustes de estimativas, calculados de acordo com a Nota Técnica Aneel nº 121/2021. Os dados estão apresentados na rubrica Ativos e Passivos Financeiros Setoriais - Sobrecontratação de Energia - Não Circulante.

Notas Explicativas

9. Ativos e Passivos financeiros setoriais - Consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldos em 31/12/2021	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldos em 31/03/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	229.585	(706.715)	11.135	(7.181)	(151.026)	(624.202)	6.918	(631.120)	(433.884)	(190.318)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	198.113	41.010	(8.765)	5.432	(9.803)	225.987	9.991	215.996	211.919	14.068
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	19.598	42.192	(3.130)	883	(11.251)	48.292	4.488	43.804	39.121	9.171
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.980	(1.499)	(596)	73	(404)	2.554	666	1.888	1.522	1.032
Conta de desenvolvimento energético - CDE	37.218	195.157	(7.916)	1.490	(60.328)	165.621	13.476	152.145	134.387	31.234
Encargo de serviços de sistema ESS	1.284.018	(39.187)	(20.064)	18.038	(150.090)	1.092.715	41.016	1.051.699	861.823	230.892
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	25.246	11.612	(1.761)	561	(8.362)	27.296	(160)	27.456	25.495	1.801
Sobrecontratação de energia (4)	291.663	91.993	5.395	(21.531)	(327.693)	39.827	(23.974)	63.801	(33.282)	73.109
CUSD	4.044	(640)	(1.474)	(87)	(4.447)	(2.604)	1.384	(3.988)	(2.394)	(210)
Exposição de submercados (6)	98.254	764	(15.646)	527	(39.875)	44.024	20.275	23.749	41.957	2.067
Garantias financeiras (7)	5.079	1.154	(661)	81	(958)	4.695	1.006	3.689	3.964	731
Saldo a compensar (8)	11.774	4.428	15	157	(7.635)	8.739	(738)	9.477	7.804	935
Outros itens financeiros (9)	431.041	227.916	13.945	33.058	(97.214)	608.746	(18.451)	627.197	459.999	148.747
Total Ativo	2.640.613	(131.815)	(29.523)	31.501	(869.086)	1.641.690	55.897	1.585.793	1.318.431	323.259

Notas Explicativas

Passivo financeiro setorial	Saldos em 31/12/2021	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldos em 31/03/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortiza ção	Remunera ção						
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	271.302	(4.743)	(91.681)	713	(151.026)	24.565	14.642	9.923	10.411	14.154
Transporte de energia elétrica - Rede básica	12.485	(457)	94	(15)	(9.803)	2.304	1.943	361	2.000	304
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	(386)	5.734	(5)	(11.251)	(5.908)	(5.877)	(31)	(5.882)	(26)
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	134	(1.629)	76.487	(138)	(150.090)	(75.236)	(69.144)	(6.092)	(69.934)	(5.302)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	53.778	(1.271)	(199)	(18)	(60.328)	(8.038)	(6.835)	(1.203)	(7.025)	(1.013)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	839	-	(539)	-	(404)	(104)	(104)	-	(104)	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	25.445	(62)	(11.841)	-	(8.362)	5.180	4.670	510	4.697	483
Sobrecontratação de energia (4)	571.764	(2.898)	(70.130)	(22.156)	(327.693)	148.887	159.306	(10.419)	157.381	(8.494)
Devoluções Tarifárias (5)	345.314	23.179	(1.132)	7.640	-	375.001	15.702	359.299	31.848	343.153
CUSD	5.577	-	(483)	-	(4.447)	647	641	6	642	5
Exposição de submercados (6)	5	(20)	22.411	-	(39.875)	(17.479)	(17.466)	(13)	(17.468)	(11)
Garantias financeiras (7)	-	(44)	480	(1)	(958)	(523)	(346)	(177)	(374)	(149)
Saldo a compensar (8)	6.466	(168)	2.140	1	(7635)	804	647	157	672	132
Outros itens financeiros (9)	190.881	(3.717)	(24.739)	-	(97.214)	65.211	51.870	13.341	65.211	-
Total Passivo	1.483.990	7.784	(93.398)	(13.979)	(869.086)	515.311	149.649	365.662	172.075	343.236
Saldo líquido	1.156.623	(139.599)	63.875	45.480	-	1.126.379	(93.752)	1.220.131	1.146.356	(19.977)

- (1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA)** - a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativo aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (2) **Encargo de serviço do sistema - ESS** - representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional.
- (3) **Neutralidade da Parcela A** - refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;
- (4) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)** - as distribuidoras de energia elétrica devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo;
- (5) **Devoluções tarifárias** - refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP);
- (6) **Exposição de submercados** - representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados;
- (7) **Garantias financeiras** - repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004;

Notas Explicativas

- (8) **Saldo a compensar da CVA do ciclo anterior** - conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada;
- (9) **Outros itens financeiros** - considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, diferimento do RTE 2018 da controlada ERO, cujo repasse tarifário foi aprovado para o RTE 2019, encontrando-se em amortização em 2020 e a compensação de créditos de ICMS, postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica.

Compensação de créditos referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - no processo tarifário de 2021 das controladas ETO, ESS e EPB foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente as ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. Durante o processo de cálculo das novas tarifas, do exercício de 2021, as controladas ETO, ESS e EPB efetuaram a compensação de R\$12.981, R\$29.180 e R\$22.795. Os montantes foram considerados como componente financeiro negativo extraordinário nos processos tarifários aprovados pelas Resoluções Homologatórias de nº 2.889 e de nº 2.893 de 29 de junho e de 06 de julho de 2021, respectivamente.

Repasse dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu - em 17 de fevereiro de 2022 as controladas indiretas EMT (R\$15.882), EMS (R\$1.907) e ESS (R\$675) receberam recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021. O montante recebido foi contabilizado reduzindo a parcela dos ativos financeiros setoriais constituídos.

Bandeiras Tarifárias - os valores recebidos pelas controladas referente às Bandeiras Tarifárias no período findo em 31 de março de 2022, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$23.659 (R\$13.944 em 31 de março de 2021).

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Subvenção créditos CCC				
Sub-rogação da CCC ⁽¹⁾	-	-	41.924	484.368
Aquisição de combustível p/ conta CCC ⁽²⁾	-	-	10.945	10.754
CCC custo total de geração - Lei nº 12.111/2009 ⁽³⁾	-	-	40.168	216.680
Créditos CCC - ICMS a receber EAC ⁽⁴⁾	-	-	55.817	55.817
Subtotal	-	-	148.855	767.619
Subvenção Baixa Renda ⁽⁵⁾	-	-	101.568	121.777
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	211.119	227.619
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	13.437	14.654
Ordens de desativação em curso	-	-	(937)	5.711
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	440	1.208
Adiantamentos a fornecedores e empregados	760	1.064	123.204	86.795
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽⁶⁾	-	-	150.709	251.341
Bônus - Reembolso do Fundo CDE ⁽⁷⁾	-	-	2.893	236.620
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁸⁾	-	-	57.216	58.099
Padrão de baixa renda	-	-	3.260	3.260
Adiantamento de benefícios pós-emprego	-	-	8.254	8.254
Despesas pagas antecipadamente	2.789	4.738	70.192	74.318
Créditos a receber de terceiros ⁽⁹⁾	-	-	76.183	83.054
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT ⁽¹⁰⁾	-	-	2.220	2.220
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais	-	-	10.843	10.843
Adiantamentos - Inergus ⁽¹¹⁾	-	-	72.369	69.455
Indenização à concessão - AIC indenizável ⁽¹²⁾	-	-	221.734	312.358
Indenização à concessão - sobras Físicas ⁽¹³⁾	-	-	65.187	89.597
Títulos de créditos cedidos ao FIDC ⁽¹⁴⁾	200.000	200.000	86.806	82.739
Outros ⁽¹⁵⁾	41.532	46.585	124.118	129.878
Total	245.081	252.387	1.549.669	2.637.419

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	41.953	52.387	1.032.876	2.047.563
Não circulante	203.128	200.000	516.793	589.856

(1) Sub rogação CCC

. A controlada direta EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						31/03/2022	31/12/2021
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	(25.863)	24.007	30.397	29.790
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	(2.463)	1.115	3.567	3.556
Total		42.922	37.169	(28.326)	25.122	33.964	33.346
Circulante						7.307	6.791
Não Circulante						26.657	26.555

. A controlada direta ERO registrou no exercício de 2021 o montante de R\$7.960 (R\$451.022 em 31 de dezembro de 2021) aprovado pela Aneel, através da Resolução Autorizativa nº 9.660 de 02 de fevereiro de 2021, alterada pela Resolução Autorizativa nº 10.064 de 08 de junho de 2021, do qual autorizou o enquadramento na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, relativo aos projetos de interligação de sistemas isolados no Estado de Rondônia, ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Em fevereiro de 2022 foram recebidos o montante de R\$443.061.

(2) **Aquisição de combustível da conta CCC** - a controlada indireta EMT possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, sendo que à ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018 e nº 36/2019-SFF de 12 de março de 2019 detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e efetuou o reprocessamento mensal dos benefícios referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de abril de 2017, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011. O saldo a receber em 31 de março de 2022 é de R\$10.945 (R\$10.754 em 31 de dezembro de 2021).

(3) **CCC custo total de geração - Lei nº 12.111/2009** - os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC estão apresentados no ativo circulante e não circulante. Estes são reconhecidos com base na Lei nº 12.111/2009, cujas informações são prestadas pelas controladas ERO e EAC junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é gestora da Conta CDE. Esses valores após aprovados pela gestora são repassados as controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. No período findo em 31 de março de 2022 foi contabilizada pela controlada EAC provisão de Fundo CDE e CCC no montante de R\$108.332 tendo sido recebido o montante de R\$109.123 referentes a dezembro de 2021 a março de 2022 e a controlada ERO contabilizou provisão de R\$18.121 de Reembolso CCC. Em fevereiro de 2022 a controlada ERO recebeu o montante de R\$157.601.

(4) **Créditos CCC - ICMS a receber EAC** - refere-se a créditos a receber de CDE-CCC reconhecidos pela controlada EAC de ICMS não recuperados incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre, referente ao período de 2014 a outubro de 2016. A administração tem expectativa de realizar o recebimento dos valores nos próximos exercícios.

(5) **Subvenção Baixa renda** - referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto são referentes as provisões de fevereiro e março de 2022. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Notas Explicativas

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção baixa renda	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2020	5.368	447	9.505	19.214	2.113	10.070	8.527	9.529	5.118	7.850	11.562	89.303
Subvenção baixa renda	26.097	3.030	59.638	117.920	13.115	64.516	52.316	61.956	26.445	25.571	19.399	470.003
Ressarcimento realizados pela CCEE	(25.409)	(2.927)	(58.729)	(116.306)	(12.973)	(63.384)	(51.885)	(60.683)	(25.707)	-	(19.526)	(437.529)
Saldos consolidados em 31/12/2021	6.056	550	10.414	20.828	2.255	11.202	8.958	10.802	5.856	33.421	11.435	121.777
Subvenção baixa renda	7.825	869	16.704	32.585	3.659	18.566	13.966	18.136	7.763	7.180	4.892	132.145
Ressarcimento realizados pela CCEE	(7.199)	(831)	(15.780)	(31.742)	(3.402)	(17.055)	(13.500)	(16.531)	(7.317)	(35.721)	(3.276)	(152.354)
Saldos consolidados em 31/03/2022	6.682	588	11.338	21.671	2.512	12.713	9.424	12.407	6.302	4.880	13.051	101.568

(6) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário** - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do trimestre seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção CDE	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2020	11.402	444	256	17.724	(1.172)	71.705	16.506	14.998	19.422	22.560	2.092	175.937
Desconto tarifário	54.125	3.955	42.903	94.552	7.259	323.294	84.115	160.649	95.988	61.307	13.011	941.158
subvenção Irrigante e Rural												
Ressarcimento realizados pela CCEE	(55.651)	(3.653)	(37.526)	(90.930)	(4.619)	(328.125)	(80.086)	(152.548)	(99.321)	41	(13.336)	(865.754)
Saldos consolidados em 31/12/2021	9.876	746	5.633	21.346	1.468	66.874	20.535	23.099	16.089	83.908	1.767	251.341
Desconto tarifário	13.893	1.033	12.886	21.910	1.875	70.562	19.910	40.282	21.997	12.824	2.775	219.947
subvenção Irrigante e Rural												
Ressarcimento realizados pela CCEE	(15.485)	(1.042)	(9.310)	(25.387)	(1.353)	(89.564)	(22.512)	(38.108)	(25.463)	(89.232)	(3.123)	(320.579)
Saldos consolidados em 31/03/2022	8.284	737	9.209	17.869	1.990	47.872	17.933	25.273	12.623	7.500	1.419	150.709

(7) Bônus - Reembolso do Fundo CDE

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Bônus - reembolso do Fundo CDE ^(*)	10.875	2.533	13.502	19.351	3.559	69.345	21.341	35.478	32.072	20.958	7.606	236.620
Saldos consolidados em 31/12/2021	10.875	2.533	13.502	19.351	3.559	69.345	21.341	35.478	32.072	20.958	7.606	236.620
Bônus - reembolso do Fundo CDE ^(*)	(10.756)	(2.464)	(13.385)	(19.110)	(3.528)	(68.475)	(21.093)	(34.976)	(31.805)	(20.624)	(7.511)	(233.727)
Saldos consolidados em 31/03/2022	119	69	117	241	31	870	248	502	267	334	95	2.893

^(*) Vide nota explicativa nº 8.4 - Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica.

(8) **Outros créditos a receber da Celpa** - são valores que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intragrupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante as Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.

Notas Explicativas

(9) **Créditos a receber de terceiros** - refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(10) **Créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras** - a controlada indireta EMT possui créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, em função do Contrato nº ECFS-348/2014, firmando em 07 de agosto de 2014. O montante diz respeito às liberações finais da 6ª Tranche da subvenção econômica prevista no citado instrumento, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa Luz Para Todos, tendo como contrapartida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

(11) **Adiantamento INERGUS** - refere-se de recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Sergipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD) no montante de R\$40.034 (R\$37.120 em 31 de dezembro de 2021). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS, Inclui também o montante de R\$32.335 (R\$32.335 em 31 de dezembro de 2021) referente ao programa de incentivo a migração de participantes do plano BD para o plano CD. O programa foi aprovado pela PREVIC sob Portaria nº 915 de 24/09/2018.

(12) **Indenização a concessão - Ativo Imobilizado em curso** - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Os recebimentos das parcelas serão em 36 parcelas cujas liberações já iniciaram no mês de maio de 2021. A composição dos recebíveis é como segue:

	ERO		EAC		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo inicial	245.717	240.908	66.641	87.837	312.358	328.745
Atualização financeira (*)	2.847	15.712	1.566	5.443	4.413	21.155
Recebimento (**)	(87.015)	-	(8.022)	(22.875)	(95.037)	(22.875)
Baixas (***)	-	(10.903)	-	(3.764)	-	(14.667)
Saldo final	161.549	245.717	60.185	66.641	221.734	312.358

(*) Valores atualizados pelo IPCA até novembro de 2021 e a partir desta data com aplicação da taxa Selic.

(**) A controlada ERO recebeu os valores correspondentes as liberações das parcelas de maio de 2021 a março de 2022 no montante R\$87.015, no 1º trimestre de 2022.

(***) Baixa de recebível pagos pelo consumidor na vigência do RT 2020, conforme Nota Técnica nº 250/2021-SGT/SFF/ANEEL.

(13) **Indenização a concessão - Sobras físicas** - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizado pela Portaria nº 438, de 07 de dezembro de 2020, do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica classificados como sobras físicas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL que aprovou a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Os recebimentos das parcelas serão em 36 parcelas cujas liberações já iniciaram no mês de abril de 2021. A composição dos recebíveis é como segue:

	ERO		EAC		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo inicial	56.422	54.349	33.175	43.705	89.597	98.054
Atualização financeira (*)	(9)	2.073	767	1.878	758	3.951
Recebimento (**)	(20.393)	-	(4.775)	(12.408)	(25.168)	(12.408)
Saldo final	36.020	56.422	29.167	33.175	65.187	89.597

(*) Valores atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic.

(**) A controlada ERO recebeu os valores correspondentes as liberações das parcelas de abril 2021 a março de 2022 no montante de R\$20.333, no 1º trimestre de 2022.

(14) Refere-se a títulos de créditos cedidos ao FIDC - ações judiciais e títulos de recuperação líquido de perdas esperadas de R\$86.806 no consolidado.

(15) **Outros** - inclui, na controladora R\$630 (R\$829 em 31 de dezembro de 2021) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado e R\$12.091 (R\$29.620 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (30,58% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (98,44% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital total) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total).

Notas Explicativas

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	31/03/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Cientes, consumidores, concessionárias e outros - Serviços especializados	39.575	-	32.681	-
Outros Créditos - outros -Comissão de aval	630	-	829	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	2.440.657	-	2.358.705	-
Mútuos (1):				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	4.630	-	4.463	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (2)	45.902	-	43.954	-
. Rede Energia Participações S/A (2) e (3)	101.249	-	96.749	-
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (1)	7.441	-	151.306	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (1)	368.488	-	1.409.585	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (1)	110.740	-	108.336	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (1)	2.231	-	2.183	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (1)	95.563	-	73.602	-
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (1)	224.795	-	204.843	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda (1)	39.445	-	38.380	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (1)	299.986	-	292.388	-
. Energisa Participações Minoritárias S/A (1) (*)	-	(438.653)	-	(426.139)
. Voltz Capital S.A.	17.125	-	6.784	-
Total - não circulante	1.317.595	(438.653)	2.432.573	(426.139)
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (4):				
. Energia Geração Central Solar Coremas S/A	220	-	180	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	783	-	455	-
. Energia Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	62	-	38	-
. Energia Geração Central Eólica Mandacaru S/A	62	-	38	-
. Energia Geração Central Eólica Alecrim S/A	62	-	38	-
. Energia Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	62	-	38	-
. Energisa Transmissora de Energia S/A	152.978	-	27.123	-
. Energisa serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	1.519	-	1.519	-
. Voltz Capital S.A.	32.268	-	19.530	-
	188.016	-	48.959	-
Total	3.986.473	(438.653)	4.873.747	(426.139)

(*) Em 30 de abril de 2022 foi liquidado o saldo do mutuo mediante utilização do valor devido pela controlada referente aos dividendos do exercício de 2021.

- (1) **Mútuos** - os contratos de mútuos possuem prazo de 24 meses, exceto ERO e EAC, que possuem prazo de 36 meses e EPM, que possui prazo de 48 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,9479 a.a. (CDI + 0,5914 a.a. em 31 de dezembro de 2021), exceto para ECOM, remunerado pela taxa de juros CDI + 2,65 a.a., para ERO e EAC são remunerados a juros CDI + 2,5 a.a. e para EPM são remunerados a juros CDI + 2,30 a.a., respectivamente, e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia Participações e Rede Power;
- (2) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta;
- (3) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5%

Notas Explicativas

ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do exercício as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano; e

(4) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	12/09/2022
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	Juros CDI + 2,5 a.a.	04/05/2023
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	Juros CDI + 2,5 a.a.	04/05/2023
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	Juros CDI + 2,65 a.a.	25/06/2022
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/05/2024
. Energisa Participações Minoritárias S/A	Juros CDI + 2,30 a.a.	01/04/2025
. Voltz Capital S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos prestados ⁽¹⁾	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) ^(2 e 3)	Operação com FIDC - Receitas ⁽⁴⁾	Saldo a receber (Clientes, consumidores, concessionárias e outros)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures ⁽⁵⁾
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	3.805	3.773	-	3.011	85.536
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	9.424	11.291	-	8.047	253.261
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	5.068	7.917	-	2.621	167.046
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	1.597	775	-	1.385	17.725
. Energisa Soluções S/A	789	-	-	776	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	793	659	-	306	11.815
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	15.254	9.373	-	6.777	275.817
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	7.958	4.833	-	5.159	155.810
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	6.082	10.915	-	2.627	320.081
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A.	6.125	7.813	-	6.291	234.761
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A.	378	-	-	372	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	2.077	-	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A	568	-	-	220	-
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	2	-	-	6	-
. Energisa Serviços Aéreos e Aero Inspeção S/A	1	-	-	-	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	247	1.189	-	283	-
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	-	-	-	1	-
. Gipar S/A (2)	-	(1.158)	-	-	-
. Rede Energia Participações S/A	-	4.500	-	-	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	5.656	41.249	-	3.177	607.852
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	2.466	10.301	-	1.065	267.004

Notas Explicativas

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos prestados ⁽¹⁾	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) ^(2 e 3)	Operação com FIDC - Receitas ⁽⁴⁾	Saldo a receber (Clientes, consumidores, concessionárias e outros)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures ⁽⁵⁾
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	91	63	-	30	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	72	3.103	-	24	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	63	2.445	-	21	-
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	116	6.071	-	39	-
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	-	-	-	2	-
. Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	-	8.386	-	-	-
. Alsol Energias Renováveis S/A	20	-	-	31	-
. Voltz Capital S/A	89	330	-	37	-
. Energisa Participações Minoritárias S/A	-	(12.838)	-	-	-
. Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	110	1.643	-	37	44.579
31/03/2022	66.774	124.710	-	42.345	2.441.287
31/12/2021	-	-	-	35.445	2.359.533
31/03/2021	61.454	263.972	29.769	-	-

⁽¹⁾ **Serviços administrativos prestados** - refere-se a serviços de rotinas administrativas complementares aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses e foi prorrogado em 23 de março de 2022 por mais 6 meses, conforme Despacho nº 751, em 18 de março de 2022, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

⁽²⁾ Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a. para as companhias controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.;

Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2021, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R\$3.088, registrados na rubrica de "despesas pagas antecipadamente" e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No período findo em 31 de março de 2022 foram contabilizados R\$1.158 (R\$2.148 em 31 de março de 2021) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do período na controladora. O saldo a apropriar em 31 de março de 2022 é de R\$1.930 que será reconhecido até agosto de 2022;

⁽³⁾ Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao exercício findo em 31 de março de 2022 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato;

⁽⁴⁾ Fundo de Investimentos - FIDC - referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão dos créditos, e

Notas Explicativas

(5) A Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries incentivadas emitidas pelas controladas, conforme segue:

Descrição	Debêntures emitidas pelas controladas												Total
	EMT	EMS	ETO	ESS	EPB	ESE	EMG	EBO	ENF	ERO	EAC	AMT	
Taxa de remuneração média	IPCA + 5,60% a.a à IPCA + 5,6601% a.a IPCA + 4,4885% a.a à IPCA + 4,7110% a.a IPCA + 5,1074% a.a à IPCA + 4,2297% a.a IPCA + 5,1074% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 4,48857% a.a à IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,1074% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 5,60% a.a à IPCA + 5,6601% a.a à IPCA + 4,4885% a.a à IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,1074% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 5,60% a.a à IPCA + 5,6601% a.a à IPCA + 4,4885% a.a à IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,1074% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 5,60% a.a à IPCA + 5,6601% a.a à IPCA + 4,4885% a.a à IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,1074% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 5,60% a.a à IPCA + 5,6601% a.a à IPCA + 4,4885% a.a à IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,1074% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 5,60% a.a à IPCA + 5,6601% a.a à IPCA + 4,4885% a.a à IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,1074% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a e 107,75% do CDI			IPCA + 4,62497% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a e 6.0872% a.a	IPCA + 4,62497% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a	IPCA+6,0872% a.a	-
Vencimentos	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024 e 2027	Out/2022, 2024, 2027 e 2030	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027, 2030 e 2031	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027 e 2030	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027, 2030 e 2031	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027, 2030 e 2031	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027, 2030 e 2031	Out/2027 e 2030	Out/2027 e 2030	Abr/2026 e out/2027, 2030 e 2031	Abr/2026 e Out/2027 e 2030	Out/2031	-
Saldos em 31/03/2022	275.817	155.810	320.081	234.761	252.747	166.987	85.536	17.690	11.793	607.852	267.004	44.579	2.440.657
Saldos em 31/12/2021	266.444	150.977	309.167	226.944	244.405	161.376	82.754	17.103	11.401	587.147	258.051	42.935	2.358.704

Inclui, custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de março de 2022 monta em R\$630 (R\$829 em 31 de dezembro de 2021).

Contrato de compartilhamento

Em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Remuneração Anual ^(a)	11.873	8.139	84.815	72.116
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	331	1.392	1.239	5.194
Remuneração da Diretoria	485	3.883	6.149	25.123
Outros Benefícios ^(b)	440	3.695	4.104	27.771

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores do exercício de 2022 foi aprovado em AGO/E de 27 de abril de 2022, aprovado o novo limite global de remuneração de R\$84.815.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

Notas Explicativas

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de março de 2022, foram de R\$176 e R\$1 na controladora e R\$200 e R\$4 no consolidado (R\$101 e R\$2 na controladora e R\$166 e R\$2 no consolidado em 31 de março de 2021), respectivamente. A remuneração média no período findo em 31 de março de 2022 foi de R\$17 na controladora e R\$39 no consolidado (R\$23 na controladora e R\$36 no consolidado em 31 de março de 2021).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos um plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, ou seja 1.729.827 *units*, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e seu regulamento foi aprovado em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as controladas possuem um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	Controladora				Consolidado			
	1º programa ILP	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP	1º programa ILP	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	68.961	56.366	58.277	65.537	253.063	210.754	206.204	269.963
Data da aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021
Data de início vesting	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021
Opções de ações prescritas	6.377	5.452	2.600	2.895	18.360	15.500	11.556	2.895
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco ^(a)	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%
Volatilidade ^(b)	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$36,23	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$36,23
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em Operação	Em operação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

- (a) Para 1º programa taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021).
 Para 2º programa taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022).
 Para 3º programa taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023).
 Para 4º programa taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023).

Notas Explicativas

- (b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return* (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo conforme segue:

Companhia e controladas	Liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo	
	Valor - Units Tesouraria ^(*)	Número de Units
Energisa S/A	2.169	46.112
Energisa Minas	360	7.659
Energisa Nova Friburgo	106	2.252
Energisa Sergipe	284	6.032
Energisa Borborema	171	3.639
Energisa Paraíba	798	16.968
Energisa Mato Grosso	1.385	29.444
Energisa Mato Grosso Sul	665	14.119
Energisa Tocantins	800	17.011
Energisa Sul Sudeste	370	7.866
Energisa Rondônia	284	6.038
Energisa Acre	205	4.354
Energisa Soluções	282	5.982
Energisa Soluções Construções	129	2.737
Energisa Pará I	63	1.347
Energisa Goiás I	63	1.347
Energisa Comercializadora	91	1.934
Alsol	61	1.325
Total	8.286	176.166

(*) líquido de IRRF de responsabilidade do beneficiário.

A transferência ocorreu em 07 de junho de 2021 em que a Companhia transferiu a propriedade de 176.166 Units, mantidas em tesouraria para os beneficiários do 1º Programa da Companhia e de suas controladas diretas e/ ou indiretas.

Para os demais programas não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2022. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuraram o valor justo das ações (*units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pró rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No período findo em 31 de março de 2022, foram contabilizados R\$1.587 (R\$7.398 em 31 de dezembro de 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica custos e despesas operacionais - Programa de remuneração variável (ILP) no consolidado, sendo R\$1.073 (R\$2.857 em 31 de dezembro de 2021) e R\$514 (R\$4.541 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e nas controladas, respectivamente. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido ao final de 31 de março de 2022 foi de R\$23.576 (R\$21.989 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas informações financeiras intermediárias de R\$256.197 (R\$139.445 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R\$3.287.653 (R\$3.173.511 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Ativo		
Prejuízos fiscais	283.180	296.241
Base negativa da contribuição social	102.045	107.057
Diferenças temporárias	1.003.361	1.020.464
Total - ativo não circulante	1.388.586	1.423.762

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	350.652	354.424	3.474.361	3.550.038
Contribuição Social	126.235	127.592	1.250.770	1.278.014
Total - passivo não circulante	476.887	482.016	4.725.131	4.828.052
Total líquido - ativo e (passivo) não circulante	(476.887)	(482.016)	(3.336.545)	(3.404.290)

A diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Ganho auferido na combinação de negócios	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Marcação a mercado da dívida	-	-	(7.343)	(2.497)
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações	(441.938)	(150.259)	(448.344)	(152.437)
Outras exclusões/adições	(17.625)	(5.992)	(18.960)	(6.446)
Total - Passivo Não Circulante	(1.402.608)	(476.887)	(1.417.692)	(482.016)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Base de Cálculo	IRPJ + CSSL	Base de Cálculo ^(*)	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	1.132.720	283.180	1.184.963	296.241
Base negativa da contribuição social	1.133.834	102.045	1.189.523	107.057
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	935.745	318.154	889.930	302.576
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	882.107	299.916	888.701	302.158
Créditos fiscais - ágio ⁽¹⁾	184.979	62.893	191.078	64.967
Provisão ajuste atuarial	603.991	205.357	592.611	201.488
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	344.241	117.041	336.056	114.260
Marcação a mercado da dívida	-	-	8.446	2.872
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações	(463.869)	(157.715)	(448.344)	(152.437)
Outras adições temporárias	(5.916)	(2.010)	60.683	20.630
Intangível - mais valia ⁽²⁾	(6.934.418)	(2.357.702)	(7.007.464)	(2.382.538)
Resultado auferido na combinação de negócios ⁽³⁾	(1.007.100)	(342.414)	(1.007.100)	(342.414)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações ⁽³⁾	(2.166.823)	(736.720)	(1.974.150)	(671.211)
Ajustes a valor presente ⁽⁴⁾	(2.187.079)	(743.607)	(2.207.966)	(750.708)
Marcação a mercados - derivativos	(550.788)	(187.268)	(974.253)	(331.246)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(67.694)	(23.016)	(71.769)	(24.401)
Remuneração do ativo de contrato	(389.409)	(132.399)	(350.893)	(119.304)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Total	(8.679.831)	(3.336.545)	(8.824.300)	(3.404.290)
Total - Ativo Não Circulante	5.217.617	1.388.586	5.375.847	1.423.762
Total - Passivo Não Circulante	(13.897.448)	(4.725.131)	(14.200.147)	(4.828.052)

^(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

- (1) Os créditos fiscais - ágio - no montante de R\$62.893 (R\$64.967 em 31 de dezembro de 2021) está sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear.
- (2) Intangível mais valia - inclui R\$1.730.406 (R\$1.746.664 em 31 de dezembro de 2021) de tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o montante da mais valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios de ERO e EAC, deduzido de R\$16.258 (R\$16.256 em 31 de março de 2021) de amortização realizada no período.
- (3) Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações - refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMG, ENF e ESS que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, ERO e EAC que também assinaram os novos aditivos de contratos de concessão tiveram as suas concessões prorrogadas até 2048 e ETO para 2049, respectivamente e transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.
- (4) Ajuste a valor presente - refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções A e B.

Notas Explicativas

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Consolidado
2022	81.864
2023	93.778
2024	117.366
2025	112.255
2026	115.636
2027 a 2028	207.964
2029 a 2031	659.723
Total	1.388.586

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	31/03/2022	31/03/2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	506.872	845.748
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(172.337)	(287.554)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Equivalência patrimonial	241.579	199.475
Marcação a mercado - bônus de subscrição ^(*)	(54.270)	68.370
Créditos tributários não constituído	(17.066)	(6.276)
Outras exclusões	1.392	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(702)	(25.985)
Alíquota efetiva	0,14%%	3.07%

^(*) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 20.

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	893.677	1.109.559
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(303.850)	(377.250)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas e etc.)	(1.467)	(1.406)
Incentivos fiscais regionais - Redução IRPJ (SUDENE e SUDAM) ⁽¹⁾	116.548	82.605
Créditos tributários não constituídos	(70.397)	-
Marcação a mercado - bônus de subscrição ⁽²⁾	(54.270)	68.370
Efeito do regime tributário - lucro presumido	10.250	9.851
Outras adições permanentes ⁽³⁾	(9.807)	(18.392)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(312.993)	(236.222)
Alíquota efetiva	35,02%	21,29%

⁽¹⁾ Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE dos novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Notas Explicativas

Em 2018, as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novos pedidos para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de 10 anos, a contar do momento da sua aprovação.

As controladas ESE, EBO e EPB tiveram seus respectivos benefícios ampliados para 31/12/2027, 31/12/2028 e 31/12/2029, respectivamente junto a SUDENE, enquanto as controladas EMT e ETO, aguardam a análise de seus pedidos que foram formalizados junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas EMT e ETO, tenham os benefícios garantidos por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, ampliando o prazo de fruição em mais 7 anos.

Em dezembro de 2020 as controladas ERO e EAC protocolaram pedido junto a Superintendência de Desenvolvimento da Amazonas - SUDAM, solicitando a concessão de redução de até 75% do imposto de renda incidente sobre o lucro de exploração.

Em julho e outubro de 2021, as controladas tiveram seus pleitos deferidos na SUDAM. A controlada EAC obteve aprovação do seu pedido de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2021 a 31/12/2030. A controlada ERO protocolou pedido junto a Receita Federal do Brasil no mês de novembro de 2021 e aguarda posição daquele órgão para aplicar as reduções dos impostos.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R\$116.548 (R\$82.605 em 31 março de 2021). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício no consolidado na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados a Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda no patrimônio líquido das controladas (nota explicativa nº 27.3).

⁽²⁾ Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 20; e

⁽³⁾ Outras exclusões/adições permanentes - referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia e suas controladas em agosto de 2021 impetraram Mandados de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados nos Mandados de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionado à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

O Grupo Energisa avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade do valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de março de 2022 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato) - consolidado

13.1 Ativo financeiro indenizável da concessão (Distribuição de energia elétrica)

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel.

Notas Explicativas

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do período como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$200.876 (R\$131.380 em 31 de março de 2021).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldos em 31/12/2021	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 31/03/2022
Energisa Minas Gerais (EMG)	56.619	646	(172)	1.459	58.552
Energisa Paraíba (EPB)	935.527	22.707	(421)	24.491	982.304
Energisa Sergipe (ESE)	687.821	13.037	(973)	17.866	717.751
Energisa Nova Friburgo (ENF)	8.810	151	-	229	9.190
Energisa Borborema (EBO)	105.271	2.368	(73)	2.736	110.302
Energisa Mato Grosso (EMT)	3.884.108	101.354	(4.727)	102.299	4.083.034
Energisa Tocantins (ETO)	47.109	122	-	1.214	48.445
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.599.382	37.623	(1.911)	41.731	1.676.825
Energisa Sul Sudeste (ESS)	136.028	1.115	-	3.525	140.668
Energisa Rondônia (ERO)	118.509	34.955	-	4.309	157.773
Energisa Acre (EAC)	39.129	1.137	-	1.017	41.283
Saldo Não Circulante	7.618.313	215.215	(8.277)	200.876	8.026.127

⁽¹⁾ Adições: refere-se à transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura da construção.

⁽²⁾ Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

	Saldos em 31/12/2020	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 31/12/2021
Energisa Minas Gerais (EMG)	46.005	5.884	(102)	4.832	56.619
Energisa Paraíba (EPB)	762.906	94.369	(2.070)	80.322	935.527
Energisa Sergipe (ESE)	543.617	85.115	(1.323)	60.412	687.821
Energisa Nova Friburgo (ENF)	6.714	788	(5)	1.313	8.810
Energisa Borborema (EBO)	83.806	9.309	(294)	12.450	105.271
Energisa Mato Grosso (EMT)	3.183.825	376.748	(29.479)	353.014	3.884.108
Energisa Tocantins (ETO)	40.155	2.850	(3)	4.107	47.109
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.251.680	212.600	(4.879)	139.981	1.599.382
Energisa Sul Sudeste (ESS)	101.425	22.257	(166)	12.512	136.028
Energisa Rondônia (ERO)	31.546	71.991	(1)	14.973	118.509
Energisa Acre (EAC)	10.717	26.025	(3)	2.390	39.129
Saldo Não Circulante	6.062.396	907.936	(38.325)	686.306	7.618.313

⁽¹⁾ Adições: refere-se à transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura da construção.

⁽²⁾ Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

Notas Explicativas

13.2 Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no período/exercício:

Controladas indiretas									
Descrição	EGO I	EPA I	EPA II ^(*)	ETT	EAM ^(**)	ETT II	Paranaíta ^(***)	EAP	Consolidado
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia	LT 500 kV, Serra Pelada; LT 230 KV Sossego - Xinguara II	LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II; LT 230 KV Dianópolis - Gurupi; LT 230 KV Dianópolis - Palma	LT 230 kV Lechuga /Tarumã - SE 230/138 kV Tarumã-SE 230/69 kV Pres. Figueiredo -LT 230 kV SE Pres. Figueiredo-LT Balbina -SE 230 kV Manaus-SE Balbina 230kV- SE nova 230kV	Ampliação da SE 230/138kV Gurupi - 200MVA	SE Paranaíta- 500/138 kv 3 x 50 MVA	LT 230KV Macapá - Macapá III, C1 com 10 km de Extensão	
Margem de construção	67,38%	67,27%	22,31%	51,03%	46,09%	35,79%	0% a 5%	26,55%	-
Margem de operação e manutenção	11,39%	9,98%	10,23%	9,52%	16,16%	4,90%	10% a 18%	7,10%	-
Taxa de remuneração	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	6% a 10% a.a.	6% a 10% a.a.	-	-	-
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	-	-	-
Custos incorridos	255.912	318.257	421.155	498.035	43.564	2.376	-	2.944	1.542.243
RAP anual	44.438	43.781	33.515	62.854	63.000	4.095	10.909	11.300	251.683
Ativo de contrato em 31/12/2020	477.049	610.807	278.454	78.335	-	-	-	-	1.444.645
Aquisição de infraestrutura de transmissão	-	-	-	-	239.300	-	-	-	239.300
Receita de remuneração do ativo de contrato	49.044	62.861	36.015	26.028	11.475	4	-	-	185.427
Receita das margens da obrigação de performance de construção	-	-	61.805	197.373	31.669	959	-	-	291.806

Notas Explicativas

Controladas indiretas									
Descrição	EGO I	EPA I	EPA II (*)	ETT	EAM (**)	ETT II	Paranaíta (***)	EAP	Consolidado
Receita de operação e manutenção	5.532	6.031	360	-	15.309	-	-	-	27.232
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	-	-	(27.213)	(43.609)	(25.187)	(317)	-	-	(96.326)
Receita de construção da infraestrutura	-	-	193.882	414.937	17.292	2.080	-	-	628.191
Recebimento RAP	(43.595)	(55.702)	(2.884)	-	(16.345)	-	-	-	(118.526)
Ativo de contrato em 31/12/2021	488.03								
	0	623.997	540.419	673.064	273.513	2.726	-	-	2.601.749
Saldo de infraestrutura de transmissão adquirido (**)	-	-	-	-	-	-	113.340	-	113.340
Receita de remuneração do ativo de contrato	12.435	15.880	12.042	16.222	4.134	46	-	-	60.759
Receita das margens da obrigação de performance de construção	-	-	5.187	65.967	6.166	979	-	-	78.299
Receita de operação e manutenção	1.411	1.523	760	-	3.518	-	-	-	7.212
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	-	-	(2.978)	(36.439)	5.078	(860)	-	670	(34.529)
Receita de construção da infraestrutura	-	-	31.808	79.681	27.923	384	-	3.056	142.852
Recebimento RAP	(10.948)	(15.538)	(10.480)	-	(4.559)	-	-	-	(41.525)
Ativo de contrato em 31/03/2022	490.92								
	8	625.862	576.758	798.495	315.773	3.275	113.340	3.726	2.928.157
Circulante	39.899	51.318	36.029	-	7.889	-	9.485	-	144.620
Não Circulante	451.029	574.544	540.729	798.495	307.884	3.275	103.855	3.726	2.783.537

(*) Em 25/05/2021, por meio da Resolução Autorizativa Nº 10.088, de 25 de maio de 2021, foi autorizada que a controlada EPA II iniciasse um reforço da infraestrutura de transmissão (SE Integradora Sossego - instalação do 1º reator de barra 500kV (3+1) x 45,33 Mvar) onde a estimativa de custo é na ordem de R\$46.666 com previsão de término da obra em maio de 2023, cuja RAP prevista é de R\$3.923.

(**) Em 31/03/2021 a controlada indireta ETE pagou o montante de R\$239.300 pela assunção dos ativos já existentes e realizou a celebração do contrato de concessão junto ao Poder Concedente onde os empreendimentos incorporados entraram em operação, proporcionando o direito de recebimento de 30% da Receita Anual Permita (RAP) prevista, e construção de novos empreendimentos conforme destacado na nota explicativa nº 1.

(***) Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia e a controlada indireta ETE concluíram a operação de aquisição da Geogroup Paranaíta, conforme destacado na nota explicativa nº 15.

14. Ativo contratual - Infraestrutura em construção - Consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

Notas Explicativas

	Saldos em 31/12/2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 31/03/2022
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	2.160.879	940.061	(325.060)	(249.672)	-	2.526.208
Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	913.002	80.867	(141.171)	(34.457)	(485)	817.756
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	1.247.877	859.194	(183.889)	(215.215)	485	1.708.452

	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 31/12/2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	1.745.441	2.944.127	(1.542.908)	(985.781)	-	2.160.879
Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	811.517	657.497	(464.563)	(77.845)	(13.604)	913.002
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	933.924	2.286.630	(1.078.345)	(907.936)	(13.604)	1.247.877

⁽¹⁾ O montante de R\$183.889 (R\$1.078.345 em 31 de dezembro de 2021) foi para o intangível contrato de concessão;

⁽²⁾ As baixas no montante de R\$215.215 (R\$907.936 em 31 de dezembro de 2021) referem-se as bifurcações do ativo contratual líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão;

⁽³⁾ Refere-se a estimativa de Amortização - Indenização à concessão AIC das parcelas de obrigações vinculadas a concessão a receber a serem aplicadas as obras já construídas, das controladas direta ERO e EAC, no montante de R\$360 e R\$125 (R\$10.090 e R\$3.514 em 31 de dezembro de 2021) totalizando R\$485 (R\$13.604 em 31 de dezembro de 2021).

15. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Participação em controladas	11.200.382	9.761.932	-	-
Outros	115.032	119.325	60.456	64.755
Total	11.315.414	9.881.257	60.456	64.755

Participação em controladas:

31/03/2022									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								123.718	3.978.995
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	1.284.094	1.005.278	278.816	20.773	20.773	278.816
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	2.452.938	1.827.096	625.842	92.169	92.169	625.842
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	576.055	3.370.980	2.253.327	1.117.653	106.649	106.649	1.117.653
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.902	405.594	246.379	159.215	9.949	9.949	159.215
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	279.739	190.253	89.486	3.480	3.480	89.486
Energisa Acre (EAC)	96,19	290.942.872	865.395	3.716.568	2.276.699	1.439.869	12.782	12.239	1.384.987
Energisa Rondônia (ERO)	97,66	7.779.038	3.449.031	7.884.106	7.553.374	330.732	(126.269)	(121.541)	322.996
Geração de Energia Elétrica								(13.914)	283.765
Parque Eólico Sobradinho	100	10.241	10.241	5.005	44	4.961	(262)	(262)	4.961
Energisa Geração Usina Maurício	100	6.784	6.784	7.051	111	6.940	463	463	6.940
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.034	1.034	559	37	522	(3)	(3)	522
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	86	77	1	-	1	(23)	(23)	1

Notas Explicativas

31/03/2022									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	86	77	1	-	1	(23)	(23)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	86	77	1	-	1	(23)	(23)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	86	77	1	-	1	(23)	(23)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	18.000	18.000	144.361	134.399	9.962	(7.244)	(7.244)	9.962
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	18.000	18.000	144.908	135.124	9.784	(7.489)	(7.489)	9.784
Alsol Energias Renováveis S/A	89,61	96	282.634	1.108.131	827.382	280.749	798	713	251.592
Comercialização de Energia Elétrica								2.435	7.963
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	299.540	291.577	7.963	2.435	2.435	7.963
Prestação de Serviços								1.364	128.766
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	237.881	113.740	124.141	1.476	1.476	124.141
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	7.410	7.410	2.104	1.119	985	(486)	(486)	985
Energisa Planejamento	58	1.686	4.109	7.261	1.015	6.246	642	374	3.640
Holdings e demais Companhias								600.702	6.659.683
Dinâmica Direitos Creditórios	100	5.119	1.877	1.774	1	1.773	10	10	1.773
Denerge S/A	99,98	776	2.063.475	2.949.347	743.788	2.205.559	310.698	310.622	2.205.024
Rede Energia Participações S/A	0,18	3.789	3.223.219	5.249.182	1.109.594	4.139.588	468.454	841	7.436
Energisa Transmissora de Energia S/A ⁽²⁾	100	36.182	36.182	1.851.231	987.874	863.357	50.261	50.261	863.355
Energisa Participações Minoritárias S/A	82,72	427.958	5.209.167	4.444.607	15.893	4.428.714	299.711	247.931	3.663.599
Fundo de Investimento FIDC ⁽³⁾	26	68.365.960	270.226	264.869	68	264.801	-	-	-
Voltz Capital S.A	100	339.765	1.314	26.689	22.528	4.161	(8.963)	(8.963)	4.161
Resultado não realizado em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(85.681)
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	16
Ágio pago na aquisição de controladas								(3.780)	141.210
Total								710.525	11.200.382

31/12/2021									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								900.209	3.421.260
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	1.345.356	1.083.828	261.528	63.893	63.893	261.528
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	2.424.967	1.832.420	592.547	296.381	296.381	592.547
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	576.055	3.523.151	2.431.252	1.091.899	444.228	444.228	1.091.899
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.902	460.778	292.754	168.024	61.331	61.331	168.024
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	274.921	186.556	88.365	11.420	11.420	88.365
Energisa Acre (EAC)	95,09	230.096.300	863.943	3.900.687	2.618.854	1.281.833	277.177	263.568	1.218.897
Energisa Rondônia (ERO) ⁽¹⁾	95,50	4.004.678	3.440.348	8.673.781	9.085.204	(411.423)	(251.865)	(240.612)	-
Geração de Energia Elétrica								1.193	142.934
Parque Eólico Sobradinho	100	10.241	10.241	4.942	47	4.895	(480)	(480)	4.895
Energisa Geração Usina Maurício	100	6.784	6.784	6.604	127	6.477	184	184	6.477
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.034	1.034	522	37	485	(14)	(14)	485
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	86	77	1	1	-	(38)	(38)	-
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	86	77	1	1	-	(38)	(38)	-
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	86	77	1	1	-	(39)	(39)	-
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	86	77	1	1	-	(38)	(38)	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	18.000	18.000	147.850	130.644	17.206	(507)	(507)	17.206

Notas Explicativas

31/03/2022									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	18.000	18.000	147.832	130.559	17.273	(521)	(521)	17.273
Alsol Energias Renováveis S/A	89,48	38	110.634	473.302	365.352	107.950	3.003	2.684	96.598
Transmissão de Energia Elétrica								(5)	-
Energisa Transmissora de Energia I S/A ^(*)	100	11	-	-	-	-	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	11	-	-	-	-	-	(2)	-
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	11	-	-	-	-	-	(3)	-
Comercialização de Energia Elétrica								(21.472)	5.530
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	747.687	742.157	5.530	(21.472)	(21.472)	5.530
Prestação de Serviços								(12.422)	127.399
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	253.414	130.752	122.662	(12.954)	(12.954)	122.662
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	7.410	7.410	2.583	1.112	1.471	(645)	(645)	1.471
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	7.091	1.487	5.604	2.020	1.177	3.266
Holdings e demais Companhias								1.867.532	5.919.819
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.764	1	1.763	(96)	(96)	1.763
Denerge S/A	99,98	776	2.063.475	2.621.678	727.146	1.894.532	1.004.437	1.004.192	1.894.073
Rede Energia Participações S/A	0,18	3.789	3.223.219	4.763.644	1.092.980	3.670.664	1.516.357	1.883	6.594
Energisa Transmissora de Energia S/A ⁽²⁾	100	36.182	36.182	1.701.084	1.013.870	687.214	181.228	181.228	687.214
Energisa Participações Minoritárias S/A	82,72	427.958	5.209.167	4.138.028	9.266	4.128.762	941.222	784.339	3.415.468
Fundo de Investimento FIDC ⁽³⁾	26	68.365.960	270.226	264.869	68	264.801	-	-	-
Voltz Capital S.A	100	1.314	1.314	10.841	10.453	388	(18.336)	(18.333)	388
Resultado não realizado em controladas ^(**)								(85.681)	(85.681)
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	144.990
Total								2.719.917	9.761.932

^(*) Na ata da AGE realizada em 13 de janeiro 2021 da Energisa Transmissora de Energia I S/A, ocorreram deliberações, tais como: (i) consignar que a Energisa S.A. alienou a totalidade das ações de emissão da Companhia para a Energisa Transmissão de Energia S.A. ("ETE"), passando a Companhia a ser uma subsidiária integral da ETE e (ii) aprovou a alteração da denominação social da Companhia que passa a ser denominada como "Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.".

^(**) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados.

⁽¹⁾ A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto no montante de R\$392.896 em 31 de dezembro de 2021 da controlada Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S/A, registrados em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

⁽²⁾ **Aquisição controle acionário da transmissora SPE Paranaíta**

Em 11 de fevereiro de 2022, Companhia e sua controlada ETE, concluíram a operação de aquisição de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A., após o cumprimento das condições precedentes. O valor pago na aquisição foi de R\$102.086.

Com a aquisição, a Companhia passa a ter em seu portfólio 8 (oito) projetos em transmissão, ampliando ainda mais sua atuação no segmento e atestando seu compromisso de melhorar a infraestrutura do setor elétrico no país.

A Administração acredita que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos na transação será, substancialmente, atribuído ao ativo de contrato de concessão de transmissão de energia elétrica e se aproxima ao valor da transação.

Dado a data de aquisição ter ocorrido em 11 de fevereiro de 2022 e a complexidade envolvida no processo de mensuração dos valores justos, estes valores serão confirmados após a conclusão de laudo de avaliação a ser preparado por avaliador independente.

⁽³⁾ Inclui o investimento da Energisa S.A. no Fundo de Investimento FIDC.

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos realizadas no período:

Controladas	Saldo em 31/12/2021	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	Ganho/Perda a aquisição de ações ⁽¹⁾	Transferência	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/03/2022
Distribuição de Energia Elétrica	3.421.260	1.014.169	(22.514)	(392.896)	(164.742)	123.718	3.978.995
Energisa Minas Gerais (EMG)	261.528	-	47	-	(3.532)	20.773	278.816
Energisa Sergipe (ESE)	592.547	-	78	-	(58.952)	92.169	625.842
Energisa Paraíba (EPB)	1.091.899	-	211	-	(81.106)	106.649	1.117.653
Energisa Borborema (EBO)	168.024	-	43	-	(18.801)	9.949	159.215
Energisa Nova Friburgo (ENF)	88.365	-	(8)	-	(2.351)	3.480	89.486
Energisa Acre (EAC)	1.218.897	145.792	8.059	-	-	12.239	1.384.987
Energisa Rondônia (ERO)	-	868.377	(30.944)	(392.896)	-	(121.541)	322.996
Geração de Energia Elétrica	142.934	154.748	(3)	-	-	(13.914)	283.765
Parque Eólico Sobradinho	4.895	328	-	-	-	(262)	4.961
Energisa Geração Usina Maurício	6.477	-	-	-	-	463	6.940
Energisa Geração Solar Coremas	485	40	-	-	-	(3)	522
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	-	24	-	-	-	(23)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	-	24	-	-	-	(23)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	-	24	-	-	-	(23)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	-	24	-	-	-	(23)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	17.206	-	-	-	-	(7.244)	9.962
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	17.273	-	-	-	-	(7.489)	9.784
Alsol Energias Renováveis S.A.	96.598	154.284	(3)	-	-	713	251.592
Comercialização de Energia Elétrica	5.530	-	(2)	-	-	2.435	7.963
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	5.530	-	(2)	-	-	2.435	7.963
Prestação de Serviços	127.399	-	3	-	-	1.364	128.766
Energisa Soluções S.A	122.662	-	3	-	-	1.476	124.141
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	1.471	-	-	-	-	(486)	985
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	3.266	-	-	-	-	374	3.640
Holdings e demais Companhias	5.919.819	138.606	556	-	-	600.702	6.659.683
Dinâmica Direitos Creditórios	1.763	-	-	-	-	10	1.773
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	1.894.073	-	329	-	-	310.622	2.205.024
Rede Energia Participações S/A.	6.594	-	1	-	-	841	7.436
Energisa Transmissora de Energia S/A	687.214	125.854	26	-	-	50.261	863.355
Energisa Participações Minoritárias S/A	3.415.468	-	200	-	-	247.931	3.663.599
Voltz Capital S.A	388	12.736	-	-	-	(8.963)	4.161
Resultado não realizado em controladas ^(**)	(85.681)	-	-	-	-	-	(85.681)
Outros investimentos	-	16	-	-	-	-	16
Ágio pago na aquisição de controladas	144.990	-	-	-	-	(3.780)	141.210
Total	9.761.932	1.307.523	(21.960)	(392.896)	(164.742)	710.525	11.200.382

⁽¹⁾ Na ata da AGE realizada em 13 de janeiro 2021 da Energisa Transmissora de Energia I S/A, ocorreram deliberações, tais como: (i) consignar que a Energisa S.A. alienou a totalidade das ações de emissão da Companhia para a Energisa Transmissão de Energia S.A. ("ETE"), passando a Companhia a ser uma subsidiária integral da ETE e (ii) aprovou a alteração da denominação social da Companhia que passa a ser denominada como "Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.".

^(**) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados operacionais.

⁽¹⁾ Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas Alsol Energisa Renováveis, ERO e EAC, reflexos de perda no montante de R\$23.033, referente a: (i) R\$5 perda da Alsol, refere-se perda por mudança de percentual de participação; (ii) R\$31.023 de perdas com a controlada ERO por conta da mudança de percentual e aumento de capital; (iii) R\$7.995, ganho apurado pela EAC por conta da mudança de percentual e aumento de capital.

Adicionalmente foram apurados por equivalência patrimonial, créditos de R\$1.073 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) reconhecidos diretamente no patrimônio líquido pelas controladas.

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos realizadas no exercício:

Controladas	Saldo em 31/12/2020	Aquisição /Adiantamento para futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações ⁽¹⁾	Outros Resultados Abrangentes	Transferência	Dividendos e Juros sobre capital próprio ⁽²⁾	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Distribuição de Energia Elétrica	3.099.432	345	1.467	47.204	-	(868.963)	900.209	3.421.260
Energisa Minas Gerais (EMG)	285.566	-	286	1.527	-	(89.744)	63.893	261.528
Energisa Sergipe (ESE)	485.639	-	368	20.837	-	(210.678)	296.381	592.547
Energisa Paraíba (EPB)	1.121.949	-	1.260	24.537	-	(500.075)	444.228	1.091.899
Energisa Borborema (EBO)	158.357	-	306	(102)	-	(51.868)	61.331	168.024
Energisa Nova Friburgo (ENF)	93.501	-	25	17	-	(16.598)	11.420	88.365
Energisa Acre (EAC)	954.420	-	323	586	-	-	263.568	1.218.897
Energisa Rondônia (ERO)	-	345	(1.101)	(198)	-	-	(240.612)	-
Geração de Energia Elétrica	52.979	88.655	71	36	-	-	1.193	142.934
Parque Eólico Sobradinho	4.912	455	-	8	-	-	(480)	4.895
Energisa Geração Usina Maurício	6.293	-	-	-	-	-	184	6.477
Energisa Geração Solar Coremas	319	180	-	-	-	-	(14)	485
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	37	-	-	-	-	(38)	-
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	37	-	-	-	-	(38)	-
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	38	-	-	-	-	(39)	-
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	37	-	-	-	-	(38)	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	1.319	16.394	-	-	-	-	(507)	17.206
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	135	17.659	-	-	-	-	(521)	17.273
Alsol Energias Renováveis S.A.	39.997	53.818	71	28	-	-	2.684	96.598
Transmissora de Energia Elétrica	24	-	-	-	(19)	-	(5)	-
Energisa Transmissora de Energia I S/A ^(*)	8	-	-	-	(8)	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A	8	-	-	-	(6)	-	(2)	-
Energisa Transmissora de Energia III S/A	8	-	-	-	(5)	-	(3)	-
Comercialização de Energia Elétrica	27.020	-	(30)	12	-	-	(21.472)	5.530
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	27.020	-	(30)	12	-	-	(21.472)	5.530
Prestação de Serviços	138.668	1.519	(48)	888	-	(1.206)	(12.422)	127.399
Energisa Soluções S.A	134.841	-	(48)	823	-	-	(12.954)	122.662
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	529	1.519	-	68	-	-	(645)	1.471
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	3.298	-	-	(3)	-	(1.206)	1.177	3.266
Holdings e demais Companhias	5.661.292	77.436	(67.072)	68.240	(803)	(1.686.806)	1.867.532	5.919.819
Dinâmica Direitos Creditórios	1.859	-	-	-	-	-	(96)	1.763
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	2.234.053	-	(12.075)	42.878	-	(1.374.976)	1.004.192	1.894.073
Rede Energia Participações S/A.	-	30.783	(23.679)	110	-	(2.503)	1.883	6.594
Energisa Transmissora de Energia S/A	523.866	27.123	128	3	-	(45.134)	181.228	687.214
Energisa Participações Minoritárias S/A	2.901.514	-	(31.441)	25.250	-	(264.194)	784.339	3.415.468
Voltz Capital S.A	-	19.530	(5)	(1)	(803)	-	(18.333)	388
Resultado não realizado em controladas ^(**)	-	-	-	-	-	-	(85.681)	(85.681)
Ágio pago na aquisição de controladas	160.108	-	-	-	-	-	(15.118)	144.990
Total	9.139.523	167.955	(65.612)	116.380	(822)	(2.556.975)	2.719.917	9.761.932

^(*) Na ata da AGE realizada em 13 de janeiro 2021 da Energisa Transmissora de Energia I S/A, ocorreram deliberações, tais como: (i) consignar que a Energisa S.A. alienou a totalidade das ações de emissão da Companhia para a Energisa Transmissão de Energia S.A. ("ETE"), passando a Companhia a ser uma subsidiária integral da ETE e (ii) aprovou a alteração da denominação social da Companhia que passa a ser denominada como "Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.".

Notas Explicativas

(**) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados operacionais.

- (1) Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas Denerge, Energisa Participações Minoritárias, Alsol Energisa Renováveis, Rede Energia e Voltz Capital S.A., reflexos de perda no montante de R\$70.976, referente a: (i) R\$32.348 perda da Energisa Participações minoritárias, refere-se R\$255.851 perda na distribuição de dividendos para as ações preferenciais, R\$93.680 de perda por mudança de percentual de participação, R\$330.895 ganho por aumento de capital e R\$13.712 de perda de custos do aumento de capital; (ii) R\$2 de perdas com a controlada Alsol Energisa Renováveis por conta do reflexo da mudança de percentual; (iii) R\$13.475, perda apurado pela Denerge, referente a parcela de equivalência reflexa na controladora Rede Energia e a distribuição de dividendos para as ações preferenciais da EMT; (iv) R\$23.683 de perda nas compras de ações da Rede Energia e; (v) R\$1.463 na ERO de perda por mudança de percentual de participação; (vi) R\$5 de perda na Voltz por mudança de percentual de participação.

Adicionalmente foram apurados por equivalência patrimonial, créditos de R\$5.364 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) reconhecidos diretamente no patrimônio líquido pelas controladas.

- (2) Inclui o valor de R\$1.313 e R\$436 da Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo, respectivamente, referente a juros de capital de próprio.

• Outras informações das participações:

Mais valia dos ativos intangíveis e ágio

A Companhia reconheceu a amortização dos bens intangíveis no período findo em 31 de março 2022, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social, são originados, conforme segue:

	EMT	EMS	ERO	EAC	Total	
					31/03/2022	31/12/2021
Amortização no período/exercício	(15.967)	(17.852)	(32.099)	(15.714)	(81.632)	(326.531)
IR e CSSL	5.429	6.070	10.914	5.343	27.756	111.020
Amortização Líquida de tributos	(10.538)	(11.782)	(21.185)	(10.371)	(53.876)	(215.511)

Participações indiretas:

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e de serviços, controlada diretamente pela Rede Energia Participações S/A, conforme segue:

31/03/2022					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	72,54	3.216.563	2.153.875	1.062.688	72.510
Energisa Mato Grosso	73,41	11.853.189	8.576.752	3.276.437	325.870
Energisa Mato Grosso do Sul	94,56	5.787.442	4.537.745	1.249.697	172.919
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	93,91	2.906.660	2.277.607	629.053	61.645
Multi Energisa Serviços S/A	94,62	26.173	8.750	17.423	1.908
QMRA Participações S.A.	94,62	2.830	395	2.435	30
Rede Power do Brasil S.A.	94,62	559.776	32.197	527.579	63.012
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	94,62	5.827	211.022	(205.195)	(2.515)

Notas Explicativas

31/12/2021					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	72,54	3.227.111	2.222.169	1.004.942	246.462
Energisa Mato Grosso	73,41	11.717.676	8.558.436	3.159.240	1.101.093
Energisa Mato Grosso do Sul	94,55	5.639.039	4.388.641	1.250.398	554.177
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	93,91	2.981.499	2.366.397	615.102	165.623
Multi Energisa Serviços S/A	94,62	27.628	12.112	15.516	8.825
QMRA Participações S.A.	94,62	2.791	386	2.405	43
Rede Power do Brasil S.A.	94,62	496.461	31.942	464.519	201.027
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	94,62	5.714	208.394	(202.680)	154

16. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2021	Adição	Transferências (*)	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/03/2022
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,38%	28.065	-	-	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	15,26%	45.294	-	5.895	-	-	51.189
Veículos	14,29%	17.819	-	-	(6.769)	-	11.050
Móveis e utensílios	6,26%	16.697	-	251	-	-	16.948
Total do imobilizado em serviço		108.481	-	6.146	(6.769)	-	107.858
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(5.693)	-	-	-	(235)	(5.928)
Máquinas e equipamentos		(18.230)	-	-	-	(1.521)	(19.751)
Veículos		(13.722)	-	-	6.769	(349)	(7.302)
Móveis e utensílios		(13.985)	-	-	-	(56)	(14.041)
Total Depreciação acumulada		(51.630)	-	-	6.769	(2.161)	(47.022)
Subtotal Imobilizado		56.851	-	6.146	-	(2.161)	60.836
Imobilizado em curso		13.847	1.916	(3.500)	-	-	12.263
Total do Imobilizado		70.698	1.916	2.646	-	(2.161)	73.099

(*) O montante de R\$ 2.646 refere-se às reclassificações para Intangível - software e outros.

Notas Explicativas

	Controladora					
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	-	606	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,38%	28.065	-	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	14,96%	26.146	-	19.148	-	45.294
Veículos	14,29%	17.486	-	333	-	17.819
Móveis e utensílios	6,26%	16.483	-	214	-	16.697
Total do imobilizado em serviço		88.786	-	19.695	-	108.481
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(4.752)	-	-	(941)	(5.693)
Máquinas e equipamentos		(13.924)	-	-	(4.306)	(18.230)
Veículos		(12.336)	-	-	(1.386)	(13.722)
Móveis e utensílios		(13.730)	-	-	(255)	(13.985)
Total Depreciação acumulada		(44.742)	-	-	(6.888)	(51.630)
Subtotal Imobilizado		44.044	-	19.695	(6.888)	56.851
Imobilizado em curso		22.120	11.422	(19.695)	-	13.847
Total do Imobilizado		66.164	11.422	-	(6.888)	70.698

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2021	Adição ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Depreciação	Saldos em 31/03/2022
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	2.043	-	-	-	-	2.043
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,96%	4.552	-	-	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	3,69%	67.324	-	9.344	-	-	76.668
Máquinas e equipamentos	11,51%	609.697	336	30.483	(6.499)	-	634.017
Veículos	14,46%	80.149	-	-	(6.769)	-	73.380
Móveis e utensílios	6,29%	93.407	-	346	-	-	93.753
Total do Imobilizado em Serviço		857.172	336	40.173	(13.268)	-	884.413
Depreciação acumulada:							
Reservatório, Barragens e Adutoras		(1.031)	-	-	-	(19)	(1.050)
Edificações e benfeitorias		(11.578)	-	-	-	(537)	(12.115)
Máquinas e equipamentos		(243.868)	-	-	2	(9.888)	(253.754)
Veículos		(57.741)	-	-	6.769	(1.783)	(52.755)
Móveis e utensílios		(64.475)	-	-	-	(762)	(65.237)
Total Depreciação acumulada		(378.693)	-	-	6.771	(12.989)	(384.911)
Subtotal Imobilizado		478.479	336	40.173	(6.497)	(12.989)	499.502
Imobilizado em curso		239.039	307.850	(38.445)	-	-	508.444
Total do Imobilizado		717.518	308.186	1.728	(6.497)	(12.989)	1.007.946

Notas Explicativas

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	3.962	-	(1.919)	-	-	2.043
Reservatório, Barragens e Adutoras		4.552					
Edificações e benfeitorias	2,96%		-	-	-	-	4.552
Máquinas e equipamentos	3,71%	67.153	-	171	-	-	67.324
Veículos	11,83%	351.738	26.764	231.331	(136)	-	609.697
Móveis e utensílios	14,46%	81.114	-	2.375	(3.340)	-	80.149
	6,29%	91.021	33	2.353	-	-	93.407
Total do Imobilizado em Serviço		599.540	26.797	234.311	(3.476)	-	857.172
Depreciação acumulada:							
Reservatório, Barragens e Adutoras		(956)	-	-	-	(75)	(1.031)
Edificações e benfeitorias		(26.643)	-	16.637	7	(1.579)	(11.578)
Máquinas e equipamentos		(194.547)	(47)	(18.905)	56	(30.425)	(243.868)
Veículos		(54.963)	-	1.979	2.966	(7.723)	(57.741)
Móveis e utensílios		(61.800)	-	408	-	(3.083)	(64.475)
Total Depreciação acumulada		(338.909)	(47)	119	3.029	(42.885)	(378.693)
Subtotal Imobilizado		260.631	26.750	234.430	(447)	(42.885)	478.479
Imobilizado em curso		157.009	317.343	(235.313)	-	-	239.039
Total do Imobilizado		417.640	344.093	(883)	(447)	(42.885)	717.518

⁽¹⁾ Do montante de R\$344.093, R\$7.077 refere-se ao ativo adquirido pela controlada direta ALSOL em 31 de dezembro de 2021

⁽²⁾ O montante de R\$1.728 (R\$883 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às reclassificações para o ativo contratual - infraestrutura em construção e (R\$2.646) refere-se a transferência do intangível- software e outros.

⁽³⁾ O montante de R\$6.497 (R\$447 em 31 de dezembro de 2021), refere-se às baixas realizadas no exercício que inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

17. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Intangível - contrato de concessão	-	-	13.906.381	14.023.772
Direito de concessão	-	-	264.353	279.493
Direito de uso	377	396	45.953	49.393
Intangível - Software e Outros	66.787	71.499	284.290	290.821
Total	67.164	71.895	14.500.977	14.643.479

Notas Explicativas

17.1 Intangível - contrato de concessão - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2021	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 31/03/2022
Intangível						
Em serviço:	10,18%	30.487.524	325.060	(52.446)	-	30.760.138
Amortização Acumulada		(13.299.700)	-	39.028	(360.938)	(13.621.610)
Total Intangível		17.187.824	325.060	(13.418)	(360.938)	17.138.528
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,82%	6.308.853	141.171	-	-	6.450.024
Amortização Acumulada		(3.144.801)	-	-	(73.076)	(3.217.877)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		3.164.052	141.171	-	(73.076)	3.232.147
Total Intangível		14.023.772	183.889	(13.418)	(287.862)	13.906.381

(1) O montante de R\$183.889 (R\$1.078.345 em 31 de dezembro de 2021) são transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção;

(2) O montante de R\$13.418 (R\$84.472 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais;

(3) As controladas registraram no exercício créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$9.647 (R\$38.059 em 31 de dezembro de 2021), não inclui o montante de R\$52 (R\$5.387 em 31 de dezembro de 2021) referente a despesa de depreciação de provisão de incorporação de redes.

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 31/12/2021
Intangível						
Em serviço:	10,19%	29.190.203	1.550.141	(252.820)	-	30.487.524
Amortização Acumulada		(12.045.256)	(5.835)	168.154	(1.416.763)	(13.299.700)
Total Intangível		17.144.947	1.544.306	(84.666)	(1.416.763)	17.187.824
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,81%	5.844.484	464.563	(194)	-	6.308.853
Amortização Acumulada		(2.870.815)	(12)	-	(273.974)	(3.144.801)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		2.973.669	464.551	(194)	(273.974)	3.164.052
Total Intangível		14.171.278	1.079.755	(84.472)	(1.142.789)	14.023.772

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 10,18% (10,19% em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Obrigações vinculadas a concessão:

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2022	31/12/2021
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	2.546.110	2.509.124
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	5.259.673	5.215.602
Participação da União - recursos RGR ⁽³⁾	302.114	302.599
Reserva para reversão ⁽⁴⁾	6.722	6.913
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	338.858	338.858
(-) Amortização acumulada	(3.231.966)	(3.158.406)
Total	5.221.511	5.214.690
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.171.608	1.137.636
Infraestrutura - Intangível em serviço	3.232.147	3.164.052
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	817.756	913.002
Total	5.221.511	5.214.690

⁽¹⁾ As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.

⁽²⁾ A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos. O saldo contempla o efeito da devolução da 4ª Tranche de LPT da controlada EAC em dezembro/2019; recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que envolvem na sub-rogação do direito de uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

⁽³⁾ Indenização a concessão - ativo imobilizado em curso - parcela referente ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL (nota explicativa nº 13).

⁽⁴⁾ A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

17.2 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	96.843	102.046
Amortização acumulada	(669.091)	(659.154)
Subtotal	264.353	279.493

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Saldo inicial	279.493	314.013
Aquisição participação	(5.203)	5.221
Amortização no período/exercício	(9.937)	(39.741)
Saldo final	264.353	279.493

Notas Explicativas

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado desde abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica que ocorrerá em dezembro de 2027.

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de março de 2022, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$123.127 (R\$129.281 em 31 de dezembro de 2021).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$83.888 (R\$86.351 em 31 de dezembro de 2021). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2021). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Combinação de negócio - Aquisição de participação

- (i) O Grupo Rede - em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. No período findo em 31 de março de 2022 foram amortizados R\$46.527 (R\$45.203 em 31 de dezembro de 2021).

- (ii) Dinâmica Diretos Creditórios - em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Diretos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512 (R\$4.512 em 31 de dezembro de 2021) e;
- (iii) Alsol Energia Renováveis S.A. - em 17 de junho de 2019, formalizou a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, com apuração de ágio de R\$29.467 (R\$29.467 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2023 e 2024	64.504	14.652
2025 e 2026	74.289	16.745
2027 e 2028	55.484	10.466
2029 e 2030	24.145	-
2031 e 2032	13.572	-
2033 e 2034	5.259	-
2035 em diante	27.100	-
Total	264.353	41.863

17.3 Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Controladora						
	Taxa média de amortização (%)	Saldo em 31/12/2021	Adição	Transferências	Baixa	Amortização	Saldo em 31/03/2022
Direito de Uso - Imóveis							
Custo	9,23%	823	-	-	-	-	823
Amortização Acumulada		(427)	-	-	-	(19)	(446)
Total		396	-	-	-	(19)	377

	Controladora						
	Taxa média de amortização (%)	Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferências	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Direito de Uso - Imóveis							
Custo	8,26%	1.170	427	27	(801)	-	823
Amortização Acumulada		(332)	-	(27)	-	(68)	(427)
Total		838	427	-	(801)	(68)	396

	Consolidado						
	Taxa média de amortização (%)	Saldo em 31/12/2021	Adição	Transferência	Baixa	Amortização	Saldo em 31/03/2022
Direito de Uso - Imóveis							
Custo	14,02%	97.983	-	-	(7)	-	97.976
Amortização Acumulada		(48.590)	-	-	-	(3.433)	(52.023)
Total		49.393	-	-	(7)	(3.433)	45.953

Notas Explicativas

	Consolidado						
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferência	Baixa	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Direito de Uso - Imóveis							
Custo	17,07%	91.534	25.632	704	(19.887)	-	97.983
Amortização Acumulada		(31.162)	-	(704)	-	(16.724)	(48.590)
Total		60.372	25.632	-	(19.887)	(16.724)	49.393

17.4 Intangível - software e outros

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 31/03/2022
Custo dos softwares e outros						
Em serviço	20,00%	67.171	-	1.810	-	68.981
Amortização Acumulada		(34.855)	-	-	(2.491)	(37.346)
Em Curso		39.183	425	(4.456)	-	35.152
Total		71.499	425	(2.646)	(2.491)	66.787

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Custo dos softwares e outros						
Em serviço	20,00%	41.399	-	25.772	-	67.171
Amortização Acumulada		(24.484)	-	-	(10.371)	(34.855)
Em Curso		28.504	36.451	(25.772)	-	39.183
Total		45.419	36.451	-	(10.371)	71.499

	Consolidado						
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Amortização	Saldos em 31/03/2022
Custo dos Softwares e outros							
Em serviço	20,00%	561.153	36	21.092	(1)	-	582.280
Amortização Acumulada		(399.281)	-	-	-	(13.922)	(413.203)
Em curso		128.949	9.082	(22.820)	-	-	115.213
Total		290.821	9.118	(1.728)	(1)	(13.922)	284.290

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Custo dos Softwares e outros						
Em serviço	20,00%	487.482	133	73.538	-	561.153
Amortização Acumulada		(341.407)	-	23	(57.897)	(399.281)
Em curso		85.109	117.928	(74.088)	-	128.949
Total		231.184	118.061	(527)	(57.897)	290.821

⁽¹⁾ O montante de R\$1.728 (R\$527 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às reclassificações para o Intangível - Infraestrutura em construção e (R\$2.646) refere-se a transferência para o imobilizado.

18. Fornecedores

	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CCEE ⁽¹⁾	-	-	87.380	227.277
Contratos Bilaterais ⁽²⁾	-	-	1.130.149	1.305.241
Uso de rede básica ⁽²⁾	-	-	109.276	104.781
Conexão à rede ⁽²⁾	-	-	27.098	25.630
Encargo de serviços do sistema ⁽³⁾	-	-	187.743	605.706
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽²⁾	-	-	35.895	35.280
Ampla - CUSD	-	-	5.753	5.636
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	2.561	6.094	538.782	380.737
Total	2.561	6.094	2.122.076	2.690.288
Circulante	2.561	6.094	2.003.083	2.573.437
Não Circulante	-	-	118.993	116.851

⁽¹⁾ **CCEE** - a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que atingiu o piso, comparando fevereiro/22-março/21 com novembro-dezembro/21. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

⁽²⁾ **Contratos bilaterais** - corresponde as aquisições de energia elétrica ocorrida no exercício, firmados com geradores apresentando variação expressiva do dólar, impactando de forma direta na despesa dos contratos de Itaipu e devido aos reajustes de preços dos demais de contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC);

⁽³⁾ **Encargos do serviço do sistema** - a diminuição dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de redução do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão de Segurança Energética. As chuvas do período úmido elevaram o nível dos reservatórios e, com a melhoria das condições hidrológicas, não há necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.

⁽⁴⁾ **Materiais, serviços e outros** - referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração, distribuição, transmissão, comercialização e demais serviços de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 30 dias.

Notas Explicativas

19. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2021	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2022
Mensuradas ao custo				
Moeda nacional				
Pós Fixado				
CDI	1.501.823	43.611	-	1.545.434
Gastos com captação	(6.415)	621	-	(5.794)
Total do custo	1.495.408	44.232	-	1.539.640
Mensuradas ao valor justo				
Moeda estrangeira				
Dólar	279.063	(40.680)	-	238.383
Gastos com captação	(618)	62	-	(556)
Marcação a mercado	(7.343)	-	(5.620)	(12.963)
Total ao valor justo	271.102	(40.618)	(5.620)	224.864
Total	1.766.510	3.614	(5.620)	1.764.504
Circulante	123.417			168.483
Não Circulante	1.643.093			1.596.021

	Controladora							
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pós Fixado								
CDI	1.008.331	1.045.000	(581.812)	(48.969)	79.273	-	-	1.501.823
Gastos com captação	(1.938)	-	-	-	2.639	(7.116)	-	(6.415)
Total do custo	1.006.393	1.045.000	(581.812)	(48.969)	81.912	(7.116)	-	1.495.408
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	208.910	247.040	(212.108)	(8.634)	43.855	-	-	279.063
Gastos com captação	-	-	-	-	123	(741)	-	(618)
Marcação a mercado	2.178	-	-	-	-	-	(9.521)	(7.343)
Total ao valor justo	211.088	247.040	(212.108)	(8.634)	43.978	(741)	(9.521)	271.102
Total	1.217.481	1.292.040	(793.920)	(57.603)	125.890	(7.857)	(9.521)	1.766.510
Circulante	817.691							123.417
Não Circulante	399.790							1.643.093

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2022
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	234.994	-	(805)	(86)	3.533	-	-	237.636
Pós Fixado								
INPC	172.901	-	(3.105)	(2.268)	6.344	-	-	173.872
IPCA	2.172.223	66.480	(4.057)	(32.146)	75.476	-	-	2.277.976
CDI	4.266.993	-	(521.290)	(111.727)	115.583	-	-	3.749.559
TR	945.402	-	-	(11.582)	21.807	-	-	955.627
Gastos com captação	(16.351)	-	-	-	1.206	(830)	-	(15.975)
Outros	14.038	-	(81)	(185)	493	-	-	14.265
Total do custo	7.790.200	66.480	(529.338)	(157.994)	224.442	(830)	-	7.392.960
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	3.190.605	1.260.000	-	(6.883)	(564.510)	-	-	3.879.212
Euro	787.534	214.015	(102.409)	(2.362)	(144.758)	-	-	752.020
Gastos com captação	(958)	-	-	-	249	-	-	(709)
Marcação a mercado	(8.176)	-	-	-	-	-	(37.668)	(45.844)
Total ao valor justo	3.969.005	1.474.015	(102.409)	(9.245)	(709.019)	-	(37.668)	4.584.679
Total	11.759.205	1.540.495	(631.747)	(167.239)	(484.577)	(830)	(37.668)	11.977.639
Circulante	2.220.051							2.509.543
Não Circulante	9.539.154							9.468.096

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	960.315	12.500	(747.475)	(1.964)	11.618	-	-	234.994
Pós Fixado								
TJLP e TLP	1.255	-	(1.251)	(43)	39	-	-	-
INPC	3.143	176.803	(19.021)	(5.493)	17.469	-	-	172.901
IPCA	337.230	1.744.590	(15.644)	(84.214)	190.261	-	-	2.172.223
Selic	486	-	(487)	(9)	10	-	-	-
CDI	3.939.460	2.066.000	(1.762.745)	(212.629)	236.907	-	-	4.266.993
TR	936.284	-	-	(72.099)	81.217	-	-	945.402
Cesta de moedas	26	-	(30)	-	4	-	-	-
Gastos com captação	(6.172)	-	-	-	4.961	(15.140)	-	(16.351)
Outros	12.163	856	(62)	(867)	1.948	-	-	14.038
Total do custo	6.184.190	4.000.749	(2.546.715)	(377.318)	544.434	(15.140)	-	7.790.200
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	2.754.291	1.907.138	(1.679.962)	(59.406)	268.544	-	-	3.190.605
Euro	999.402	-	(204.551)	(11.841)	4.524	-	-	787.534
Gastos com captação	(1.096)	-	-	-	879	(741)	-	(958)
Marcação a mercado	26.365	-	-	-	-	-	(34.541)	(8.176)
Total ao valor justo	3.778.962	1.907.138	(1.884.513)	(71.247)	273.947	(741)	(34.541)	3.969.005
Total	9.963.152	5.907.887	(4.431.228)	(448.565)	818.381	(15.881)	(34.541)	11.759.205
Circulante	4.049.956							2.220.051
Não Circulante	5.913.196							9.539.154

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	31/03/2022	31/12/2021					
Energisa S/A							
FRN Santander - 4130335 (1)	48.553	47.295	CDI +0,8948% a.a	nov/22	Final	2,65%	-
FRN Santander - 4132130 (1)	70.762	68.942	CDI +0,90% a.a	nov/24	Semestral a partir de nov/21	2,65%	-
ESA X BRADESCO - NP 6ª Emissão 1ª Série (1)	73.900	71.748	CDI +2,30% a.a	dez/23	Final	3,00%	-
ESA X BRADESCO - NP 6ª Emissão 2ª Série (1)	146.696	142.425	CDI +2,30% a.a	dez/24	Final	3,00%	-
ESA X BANCO DA CHINA BRASIL -CCB - L0036- 2020 (1)	87.738	85.221	CDI +2,15% a.a	dez/23	Final	3,01%	-
ESA X SANTANDER - CCB - 1035848	151.782	147.454	CDI +1,70% a.a	abr/23	Final	2,85%	-
ESA X BTG - FIDC (6)	219.839	213.428	CDI +2,35% a.a	jan/25	Final	3,01%	-
Nota Promissória 4ª Emissão (1)	746.164	725.310	CDI +1,80% a.a	jul/24	Final	2,88%	-
Custo de captação incorrido na contratação	(5.794)	(6.415)					
Total em Moeda Nacional	1.539.640	1.495.408					
ESA X ICBC - CCB - ICBCBRPANAMAWK2021001 (1)	238.383	279.063	1,85% a.a.	jun/24	Final	-14,64%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(556)	(618)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(12.963)	(7.343)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	224.864	271.102					
Total Energisa S/A	1.764.504	1.766.510					
Energisa Sergipe							
Parcelamento INERGUS	14.265	14.038	IPC +5,41% a.a	jul/44	Mensal	4,28%	A
Parcelamento INERGUS - Migração	80.052	82.549	IPCA +5,78% a.a	jun/26	Mensal	4,61%	A
Parcelamento INERGUS - Plano BD x DEFICIT 2018	56.103	55.289	INPC +5,78% a.a	dez/36	Mensal	4,83%	A
Nota Promissória 6ª Emissão (1)	-	160.268	CDI + 0,80% a.a	mar/22	Final	3,84%	A
ESE X BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO A (1)	48.295	47.224	IPCA +4,83% a.a	out/27	Mensal a partir de abr/22	4,39%	A
ESE X BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO B (1)	62.438	61.074	IPCA +4,83% a.a	dez/34	Mensal a partir de nov/27	4,39%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(423)	(479)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	260.730	419.963					
Resolução 4131 - Citibank Loan 60874(1)	158.515	-	SOFR + 1,00% a.a.	set/23	Final	0,30%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(8.395)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	150.120	-					
Total Energisa Sergipe	410.850	419.963					
Energisa Paraíba							
Parcelamento FUNASA	2.429	2.437	INPC + 5,28% CDI + 1,6698% a.a	dez/29	Mensal	4,71%	A
CCB Bradesco 24032020 (1)	132.833	135.416		mar/23	Final	2,84%	A
EPB X BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO A (1)	116.034	113.461	IPCA + 5,03%	abr/31	Mensal a partir de abr/22	4,43%	A + R
EPB X BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO B (1)	52.846	51.692	IPCA + 5,03%	dez/34	Mensal a partir de fev/31	4,43%	A + R
EPB X ENERGISA PREV - Migração 2020 (7)	17.234	17.117	INPC + 5,28%	jun/33	Mensal	4,71%	A
EPB X ENERGISA PREV - Déficit 2020 (7)	77.880	77.291	INPC + 5,28%	nov/33	Mensal	4,71%	A
EPBXENERGISA PREV- Déficit 2015 2018 2019 (7)	1.694	1.682	INPC + 5,28%	nov/33	Mensal	4,71%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(20)	(21)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	400.930	399.075					
Total Energisa Paraíba	400.930	399.075					
Energisa Minas Gerais							
EMG X BTG PACTUAL - BNDES 2/20 (1)	75.680	74.001	IPCA + 5,03%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	4,43%	A + R
EMG X SANTANDER - CCB -1035866	26.169	25.423	CDI + 1,70%	abr/23	Final	2,85%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(10)	(10)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	101.839	99.414					
EMG X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 17062021 (1)	37.628	44.123	1,5173%a.a. (Pré)	jun/24	Final	-14,72%	A
EMG X BAML - LOAN 4131 - 28012021(1)	86.791	102.234	1,83%a.a. (Pré)	fev/24	Final	-14,65%	A
EMG X BAML - LOAN 4131 - 09122021(1)	33.428	39.373	2,19%a.a. (Pré)	jun/24	Final	-14,56%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(4.981)	(1.116)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	152.866	184.614					
Total Energisa Minas Gerais	254.705	284.028					
Energisa Nova Friburgo							
FRN 4131519 (1)	10.352	10.087	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	2,63%	A
CCB Safra 001660057	20.634	20.058	CDI + 1,80% a.a.	jun/23	Final	2,88%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	31/03/2022	31/12/2021					
Custo de captação incorrido na contratação	(64)	(77)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	30.922	30.068					
Total Energisa Nova Friburgo	30.922	30.068					
Energisa Borborema							
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	10.352	10.088	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	2,63%	A
Safrá CCB 001660031	20.634	20.059	CDI + 1,80% a.a.	jun/23	Final	2,88%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(64)	(77)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	30.922	30.070					
EBO X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 17062021 (1)	37.628	44.123	1,5173%a.a. (Pré)	jun/24	Final	-14,72%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.789)	(915)					
Total em Moeda Estrangeira	35.839	43.208					
Total Energisa Borborema	66.761	73.278					
Energisa Mato Grosso							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.953	353.756	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	1,87%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	425.725	443.566	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	2,60%	R
Nota Promissória 2ª Emissão (1)	-	320.270	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	2,63%	A
Santander FRN 4133870 (1)	128.564	194.743	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	2,67%	A
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A (1)	148.885	145.584	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	4,39%	A + R
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B (1)	192.486	188.279	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	4,39%	A + R
EMT X ENERGISA PREV - Migração 2020 (7)	2.011	2.019	INPC + 5,460% a.a.	dez/31	Mensal	4,76%	A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit de 2017 (7)	6.803	6.779	INPC + 5,45% a.a.	nov/33	Mensal	4,76%	A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit 2015 A 2019 (7)	172	170	INPC + 5,47% a.a.	out/39	Mensal	4,76%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.280)	(1.417)					
Total em Moeda Nacional	1.257.319	1.653.749					
Merryl Lynch Loan 09022022(1)	131.034	-	1,4840% a.a. Libor + 1,70% a.a.	fev/25	Final	-16,48%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	34.025	40.068	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	-14,21%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	34.022	40.065	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	-14,18%	A
EMT X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021 (1)	111.476	130.840	1,2070% a.a.	jun/24	Final	-14,80%	A
J P MORGAN Loan (1)	277.977	-	3,04% a.a.	mar/25	Final	-14,35%	A
Merryl Lynch Loan (1)	56.134	67.509	0,6870% a.a.	dez/22	Final	-16,68%	A
Scotiabank Loan (1)	234.625	274.583	2,1964% a.a.	dez/22	Final	-14,55%	A
Citibank Loan 56416 (1)	55.034	64.793	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	-14,48%	A
Citibank Loan 60976 (1)	97.711	-	SOFR +1,00% a.a.	mar/24	Final	0,30%	A
Santander Loan ccb1044407 (1)	84.022	-	2,6775% a.a.	fev/23	Final	-14,44%	A
Merryl Lynch Loan 25082021 (1)	217.803	256.476	Libor + 1,70% a.a.	set/23	Final	-14,21%	A
Citibank Loan 59606 (1)	94.883	111.759	Libor + 1,18% a.a.	ago/23	Final	-14,34%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(55)	(109)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(7.352)	1.071					
Total em Moeda Estrangeira	1.421.339	987.055					
Total Energisa Mato Grosso	2.678.658	2.640.804					
Energisa Mato Grosso do Sul							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.948	291.785	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	1,87%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	194.263	202.403	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	2,60%	R
Nota Promissória (1)	77.753	75.735	CDI + 0,95% a.a.	mar/23	Final	2,67%	A
CCB Safrá 001660014	82.537	80.230	CDI + 1,80% a.a.	jun/23	Final	2,88%	A
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A (1)	121.545	118.850	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	4,39%	A + R
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B (1)	157.139	153.706	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	4,39%	A + R
EMS X ENERGISA PREV - Migração 2020 (7)	-	547	INPC + 5,00% a.a.	abr/29	Mensal	4,65%	A
Nota Promissória 3ª emissão (1)	53.292	51.809	CDI + 1,75% a.a.	jul/24	Final	2,86%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	31/03/2022	31/12/2021					
EMS X SANTANDER CCB 1038715	152.994	155.185	CDI + 1,70% a.a.	jul/23	Final	2,85%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.374)	(1.496)					
Total em Moeda Nacional	1.130.097	1.128.754					
Loan Citi - 4131 (1)	34.264	40.346	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	-14,21%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	34.255	40.337	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	-14,18%	A
EMS X BAML - LOAN 4131 - 16032022 (1)	59.478	-	1,5970% a.a.	mar/25	Final	-16,45%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	-	71.635	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	-16,60%	A
EMS X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (1)	73.077	86.080	1,83% a.a. Pré	fev/24	Final	-14,65%	A
Loan Citi - 59382 (1)	128.557	151.383	Libor + 1,16% a.a.	jul/24	Final	-14,34%	A
Loan Citi - 59382 (1)	146.567	-	SOFR+1,00% a.a.	mar/24	Final	0,30%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(37)	(92)	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.610)	(1.508)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	473.551	388.181					
Total Energisa Mato Grosso do Sul	1.603.648	1.516.935					
Energisa Tocantins							
Luz para Todos I - Eletrobrás	268	1.073	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	1,47%	R
ETO X BNDES - 20.2.0496-1	184.163	180.080	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	4,39%	A + R
ETO X ENERGISA PREV - Migração 2020 (7)	1.294	1.297	INPC + 4,964% a.a.	jun/30	Mensal	4,64%	A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017 (7)	16	16	INPC + 5,45% a.a.	nov/33	Mensal	4,76%	A
ETO X ENERGISA PREV- Déficit 2017 2018 2019 (7)	53	53	INPC + 4,75% a.a.	ago/23	Mensal	4,59%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(761)	(791)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	185.033	181.728					
Loan Citi - 4131 (1)	26.605	31.326	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	-14,21%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	26.596	31.317	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	-14,18%	A
ETO X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (1)	73.077	86.080	1,83% a.a. Pré	fev/24	Final	-14,65%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(35)	(87)	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.528)	(16)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	124.715	148.620					
Total Energisa Tocantins	309.748	330.348					
Energisa Sul Sudeste							
ESS X BNDES - 20.2.0497-1 (1)	141.779	138.636	IPCA + 5,10%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	4,45%	A + R
ESS X ENERGISA PREV - Migração 2020 (7)	7.712	7.731	INPC + 4,906%	abr/31	Mensal	4,63%	A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit 2017 (7)	74	73	INPC + 5,45%	nov/33	Mensal	4,76%	A
ESS X ENERGISA PREV- Déficit 2017 2018 2019 (7)	397	400	INPC + 4,75%	ago/29	Mensal	4,59%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 1ª SERIE (1)	9.514	9.255	CDI + 1,50%	ago/22	Final	2,80%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SERIE (1)	10.075	9.801	CDI + 1,50%	ago/23	Final	2,80%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE (1)	96.714	94.079	CDI + 1,50%	ago/24	Final	2,80%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(932)	(997)					
Total em Moeda Nacional	265.333	258.978					
Loan Citi - 4131 (1)	16.256	19.143	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	-14,21%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	16.259	19.147	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	-14,18%	A
Merrill Lynch Loan (1)	128.515	154.544	0,87% Pré a.a	jun/22	Final	-16,63%	A
Scotiabank Loan (1)	58.656	68.646	2,1964% Pré a.a	dez/22	Final	-14,55%	A
Merrill Lynch Loan (1)	140.449	168.909	0,7257% Pré a.a	jan/23	Final	-14,92%	A
Scotiabank Loan - 14122021 (1)	117.501	137.599	1,9805% Pré a.a	dez/24	Final	-14,61%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(26)	(52)	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.543)	200	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	475.067	568.136					
Total Energisa Sul Sudeste	740.400	827.114					
Energisa Rondônia							
CCEE - Eletrobrás (5)	132.953	131.366	5,00% a.a	out/48	Mensal a partir de 2024	1,23%	R
FRN 4131614 (1)	44.019	42.887	CDI + 0,90% a.a.	nov/24	Semestral a partir de dez/21	2,65%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	31/03/2022	31/12/2021					
ERO X BTG PACTUAL - BNDES 4/200 (1)	214.890	210.125	IPCA + 5,03%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	4,43%	A + R
ERO X SANTANDER - CCB - 1035862	47.105	45.762	CDI + 1,70% a.a.	abr/23	Semestral a partir de dez/21	2,85%	A
ERO X SANTANDER - CCB -	106.784	108.033	CDI + 1,70% a.a.	jul/23	Final	2,85%	A
ERO X SANTANER - FRN - CCB1043148 (1)	141.098	137.171	CDI + 1,70% a.a.	jun/23	Final	2,85%	A
Total em Moeda Nacional	686.849	675.344					
Scotiabank Loan (1)	58.656	68.646	2,1964% a.a.	dez/22	Final	14,55%	A
Citibank Loan 56545 (1)	64.908	76.420	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	14,48%	A
Citibank Loan 56737 (1)	137.458	161.875	Libor + 0,75% a.a.	mar/23	Final	14,44%	A
Citibank Loan 59105 (1)	179.505	210.515	Libor + 1,24% a.a.	mai/24	Final	14,32%	A
BBM Loan 57177 (1)	46.565	-	2,51% a.a.	mar/23	Final	14,48%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	5.897	2.757					
Total em Moeda Estrangeira	492.989	520.213					
Total Energisa Rondônia	1.179.838	1.195.557					
Energisa Acre							
CCEE - Eletrobrás (5)	63.217	62.463	5,00% a.a.	dez/48	Mensal a partir de 2024	1,23%	R
EAC X BTG PACTUAL - BNDES 1/20	107.361	104.980	IPCA + 5,03%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	4,43%	A + R
EAC X SANTANDER - CCB 1035864	104.677	101.691	CDI + 1,70% a.a.	abr/23	Final	2,85%	R
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 2ª SÉRIE (1)	13.632	13.251	CDI + 1,80% a.a.	jul/22	Final	2,88%	A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 4ª SÉRIE (1)	13.819	13.433	CDI + 1,81% a.a.	jul/23	Final	2,88%	A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 1ª SÉRIE (1)	-	11.729	CDI + 1,81% a.a.	jan/22	Final	2,88%	A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 3ª SÉRIE (1)	13.915	13.526	CDI + 1,81% a.a.	jan/23	Final	2,88%	A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 5ª SÉRIE (1)	13.355	12.981	CDI + 1,81% a.a.	jan/24	Final	2,88%	A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 6ª SÉRIE (1)	253.316	246.231	CDI + 1,81% a.a.	jul/24	Final	2,88%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(560)	(635)					
Total em Moeda Nacional	582.732	579.650					
Merrill Lynch Loan (1)	236.410	324.937	1,40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de 2020	16,50%	R + A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.086	1.038					
Total em Moeda Estrangeira	237.496	325.975					
Total Energisa Acre	820.228	905.625					
Energisa Soluções							
ESOL X BBM - LOAN AGREEMENT Nº 56735	16.744	19.724	1,74% a.a.	fev/24	Final	14,67%	A
ESOL X BBM - LOAN AGREEMENT Nº 56890	23.491	27.670	1,77% a.a.	jun/24	Final	14,66%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.474)	(952)					
Total em Moeda Estrangeira	38.761	46.442					
Total Energisa Soluções	38.761	46.442					
Energisa Transmissão							
ETE X CITIBANK LOAN 56417 (1)	148.591	174.942	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	-14,48%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	482	(626)					
Total em Moeda Estrangeira	149.073	174.316					
Total Energisa Transmissão	149.073	174.316					
Energisa Pará I							
BASA - CCB 048-19/0002-0 (4)	196.229	196.132	IPCA + 1,8854% a.a.	jul/39	Mensal a partir de 2023	3,67%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.201)	(1.233)					
Total em Moeda Nacional	195.028	194.899					
Total Energisa Pará I	195.028	194.899					
Energisa Pará II							
BASA - CCB 128-20/0050-8 (4)	187.870	187.777	IPCA + 1,6834% a.a.	jul/40	Mensal a partir de 08/24	3,62%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.463)	(1.483)					

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	31/03/2022	31/12/2021					
Total em Moeda Nacional	186.407	186.294					
Total Energia Pará II	186.407	186.294					
Energisa Comercializadora							
XP Comercializadora LP01-2024	54.407	50.004	IPCA	dez/24	Final	3,20%	S
Total em Moeda Nacional	54.407	50.004					
ECOM X BBM - LOAN AGREEMENT N° 56889	37.571	44.254	1,76% a.a. (Pré)	jun/24	Anual a partir de 06/23	-14,66%	A
ECOM X BBM LOAN AGREEMENT N° 56339	28.827	33.945	Libor + 0,56% a.a.	set/22	Final	-14,49%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.315)	(1.026)					
Total em Moeda Estrangeira	65.083	77.173					
Total Energia Comercializadora	119.490	127.177					
Energisa Rio Peixe I							
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 20102021 (1)	99.638	116.855	1,4748% a.a. (Pré)	abr/23	Final	-14,73%	A + R + S
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(863)	130					
Total em Moeda Estrangeira	98.775	116.985					
Total Energia Rio Peixe I	98.775	116.985					
Energisa Rio Peixe II							
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 20102021 (1)	99.638	116.855	1,4748% a.a. (Pré)	abr/23	Final	-14,73%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(863)	130					
Total em Moeda Estrangeira	98.775	116.985					
Total Energia Rio Peixe II	98.775	116.985					
Energisa Tocantins Transmissora							
BASA - CCB 128-21/0008-1 (4)	55.698	55.348	IPCA + 2,4569% a.a.	mai/41	Mensal a partir de 10/24	3,81%	A + R + F
BNDES - 21.02.0247-1	67.077	-	IPCA + 4,84% a.a.	mai/41	Mensal a partir de 10/24	4,39%	A + R + F
Custo de captação incorrido na contratação	(1.862)	(1.048)					
Total em Moeda Nacional	120.913	54.300					
Total Energia Tocantins Transmissora	120.913	54.300					
Alsol							
BNDES - 21.9.0069 -2 SUBCREDITO A	12.613	12.550	4,55% a.a. (Pré)	out/37	Mensal a partir de 11/22	1,12%	A + R
BNDES - 21.9.0069 -2 SUBCREDITO B	13.102	12.721	IPCA + 6,79% a.a.	out/37	Mensal a partir de 11/22	4,86%	A + R
Custo de captação incorrido na contratação	(167)	(172)					
Total em Moeda Nacional	25.548	25.099					
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 02022022 (1)	351.999	-	1,8870% a.a. (Pré)	fev/24	Final	-14,63%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(6.633)	-					
Total em Moeda Estrangeira	345.366	-					
Total Energia Tocantins Transmissora	370.914	25.099					
Rede Energia S.A.							
Credores "RJ" - Bicbanco	7.195	6.932	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,25%	R
Credores "RJ" - BNB	15.855	15.277	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,25%	R
Total em Moeda Nacional	23.050	22.209					
Total Rede Energia S.A.	23.050	22.209					
Denerge							
FI-FGTS (Reestruturado)	309.726	299.861	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	1,15%	-
Total em Moeda Nacional	309.726	299.861					
Total Denerge	309.726	299.861					
Cia Téc.de Comercialização de Energia							
Credores "RJ" - BMG	5.535	5.333	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,25%	-
Total em Moeda Nacional	5.535	5.333					
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	5.535	5.333					
Em Moeda Nacional	7.392.960	7.790.200					
Em Moeda Estrangeira	4.584.679	3.969.005					
Energisa Consolidada	11.977.639	11.759.205					

(*) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Recebíveis, S= Seguro

Notas Explicativas

Condições restritivas financeiras (Covenants):

- (1) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x até o vencimento Para o empréstimo via FRN entre a Energisa S.A. e o Santander, com vencimento em nov/22 e para o empréstimo via FRN entre Energisa S.A. e Santander com vencimento em nov/24.	Trimestral e Anual
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento Para 6ª emissão de Notas Promissórias da Energisa S/A com vencimento em dez/24, 7ª emissão de Notas Promissórias da Energisa S/A com vencimento em jul/24, empréstimo via CCB entre o Bank of China e a Energisa S/A, com vencimento em Dez/23 e o empréstimo via CCB entre o ICBC e a Energisa S/A com vencimento em Jun/24.	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de março de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.
- (4) Em julho de 2019, em junho de 2020 e em Junho de 2021 as controladas Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (EPA I) e a Energisa Pará Transmissora II S/A (EPA II), Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (ETT) contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de *covenants*:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3%, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato.

- (5) De acordo com a Lei nº 14.120 de 1ª de março de 2021 foi efetuado baixa no saldo dos financiamentos junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no valor de R\$728.404, sendo R\$560.949 para Energisa Rondônia e R\$167.455 para Energisa Acre.
- (6) O valor do empréstimo com o Banco BTG Pactual, refere-se ao acordo de cotista que prevê uma opção de venda contra a Energisa para a aquisição das cotas do banco no montante inicial de R\$200.000 atualizadas anualmente a CDI + 2,35%, podendo ser exercida quando do descumprimento de certas obrigações contidas no regulamento do acordo de cotista ou a qualquer momento a partir do quarto exercício do acordo.
- (7) Contrato firmado com a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2021 e 2020; e

Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívidas.

Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$64.796 (R\$88.575 em 31 de dezembro de 2021), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2022	31/12/2021
US\$ x R\$	-15,10%	7,39%
CDI	2,43%	4,42%
IPCA	3,20%	10,06%
LIBOR	0,47%	0,16%
TR	0,16%	0,05%
IPC-FIPE	2,95%	9,74%
Euro	-16,85%	-0,89%
INPC	3,42%	-0,89%
SOFR	0,05%	0,00%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2023	317.810	2.001.246
2024	1.078.210	3.272.517
2025	200.001	942.052
2026	-	261.581
Após 2026	-	2.990.700
Total	1.596.021	9.468.096

20. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2021	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Saldos em 31/03/2022
Mensuradas ao custo - pós fixado				
CDI	1.867.295	(29.391)	53.144	1.891.048
IPCA	2.587.665	(22.129)	97.114	2.662.650
Gastos com captação	(12.557)	-	717	(11.840)
Total ao custo	4.442.403	(51.520)	150.975	4.541.858
Circulante	1.144.143			1.202.625
Não Circulante	3.298.260			3.339.233

	Controladora						
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo - pós fixado							
CDI	1.309.695	1.000.000	(472.314)	(48.168)	78.082	-	1.867.295
IPCA	2.466.139	330.000	(447.716)	(157.925)	397.167	-	2.587.665
Gastos com captação	(3.996)	-	-	-	1.894	(10.455)	(12.557)
Total ao custo	3.771.838	1.330.000	(920.030)	(206.093)	477.143	(10.455)	4.442.403
Circulante	968.050						1.144.143
Não Circulante	2.803.788						3.298.260

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2021	Captação (*)	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2022
Mensuradas ao custo - pós fixado								
Pré Fixado	66.469	-	-	-	2.511	-	-	68.980
Pós Fixado								
CDI	6.389.312	-	(147.912)	(143.696)	177.260	-	-	6.274.961
IPCA	5.226.470	212.000	-	(55.313)	197.478	-	-	5.580.637
Gastos com captação	(92.069)	-	-	-	5.512	(6.952)	-	(93.508)
Marcação a mercado	3.986	-	-	-	-	-	(5.631)	(1.645)
Total ao custo	11.594.168	212.000	(147.912)	(199.009)	382.761	(6.952)	(5.631)	11.829.425
Circulante	1.863.714							2.477.390
Não Circulante	9.730.454							9.352.035

(*) Emissão de debêntures realizadas pelas controladas no período, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ESE	68.000	15/01/2022	Única	11ª	4,61%
EPB	63.000	15/01/2022	Única	11ª	4,67%
ESS	81.000	15/01/2022	Única	7ª	4,69%
Total	212.000				

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2020	Captação (*)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo - pós fixados								
Pré Fixado	60.606	-	-	(3.339)	9.202	-	-	66.469
Pós Fixado								
CDI	5.839.183	1.730.000	(1.261.496)	(264.753)	346.378	-	-	6.389.312
IPCA	4.224.232	1.000.000	(447.716)	(246.665)	696.619	-	-	5.226.470
Gastos com captação	(70.649)	-	-	-	18.745	(40.165)	-	(92.069)
Marcação a mercado	323.445	-	-	-	-	-	(319.459)	3.986
Total ao custo	10.376.817	2.730.000	(1.709.212)	(514.757)	1.070.944	(40.165)	(319.459)	11.594.168
Circulante	1.780.414							1.863.714
Não Circulante	8.596.403							9.730.454

(*) A Companhia e suas controladas ao longo do ano de 2021 efetuaram emissão de debêntures, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ESA	330.000	29/10/21	1ª	15ª	16,15%
ESA	700.000	29/10/21	2ª	15ª	6,06%
ESA	300.000	29/10/21	3ª	15ª	6,22%
ETE	300.000	05/03/21	Única	3ª	6,22%
ALSOL	130.000	15/03/21	Única	2ª	6,67%
ERO	300.000	18/06/21	Única	5ª	6,32%
EMS	320.000	29/10/21	Única	16ª	16,15%
EMT	350.000	29/10/21	Única	14ª	16,15%
Total	2.730.000				

Notas Explicativas

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (**)
	31/03/2022	31/12/2021							
ENERGISA S/A									
Debêntures 7ª Emissão/3ª Série (*)	242.505	242.170	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	5,32%	F
Debêntures 7ª Emissão/6ª Série	242.900	243.424	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	5,67%	F
Debêntures 8ª Emissão/1ª Série	266.773	257.231	15/06/17	197.598 / 197.598	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	4,57%	R
Debêntures 8ª Emissão/2ª Série	239.543	230.942	15/06/17	177.348 / 177.348	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	4,59%	R
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	80.878	78.187	15/10/17	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	4,30%	R
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	15.089	14.578	15/10/17	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	4,36%	R
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	28.128	27.153	15/10/17	2.472 / 2.472	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	4,45%	R
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	262.786	256.090	15/10/17	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,62%	R
Debêntures 11ª Emissão	628.004	606.925	15/04/19	500.000 / 500.000	IPCA+4,6249% a.a	abr / 26	Final	4,34%	SG
Debêntures 13ª Emissão	582.875	594.758	25/08/20	576.396 / 573.396	CDI+2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	3,00%	SG
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	64.738	62.623	15/10/20	55.000 / 55.000	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	4,24%	SG
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	500.786	484.149	15/10/20	425.000 / 425.000	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	4,30%	SG
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	353.306	340.283	15/10/21	330.000 / 330.000	IPCA+6,0872% a.a	out / 31	Anual após out/29	4,69%	SG
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	731.627	711.456	15/10/21	700.000 / 700.000	CDI+1,64% a.a	out / 26	Final	2,84%	SG
Debêntures 15ª Emissão 3ª Série	313.760	304.991	15/10/21	300.000 / 300.000	CDI+1,80% a.a	out / 28	Final	2,88%	SG
Custos de captação	(11.840)	(12.557)	-	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA S A	4.541.858	4.442.403							
ENERGISA SERGIPE									
6ª Emissão	80.056	79.192	15/09/18	65.000 / 65.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,45%	A
7ª Emissão	51.595	50.283	10/06/19	50.000 / 50.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	2,61%	A
Debêntures 8ª Emissão	278.747	282.916	15/02/20	275.000 / 275.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	2,67%	A
Debêntures 11ª Emissão	69.574	-	15/01/22	68.000 / 68.000	IPCA+5,7360% a.a	15/07/27	Final	4,61%	SG
Custos de captação	(888)	(1.014)							
Total ENERGISA SERGIPE	479.084	411.377							
ENERGISA PARAÍBA									
Debêntures 5ª Emissão	166.267	164.476	15/09/18	135.000 / 135.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,45%	A
Debêntures 6ª Emissão 1º Série	74.296	72.408	10/06/19	72.000 / 72.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	2,61%	A
Debêntures 6ª Emissão 2º Série	49.546	48.275	10/06/19	48.000 / 48.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	2,64%	A
Debêntures 7ª Emissão	60.817	61.727	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	2,67%	A
Debêntures 8ª Emissão	148.584	151.614	25/08/20	146.933 / 146.933	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	3,00%	A
Debêntures 11ª Emissão	64.480	-	15/01/22	63.000 / 63.000	IPCA+6,0123% a.a	jan / 30	Anual após jan/29	4,67%	SG
Custos de captação	(1.276)	(1.386)							
Total ENERGISA PARAÍBA	562.714	497.114							
REDE ENERGIA									
4ª Emissão	68.980	66.469	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov / 35	Final	1,00%	SG
Total REDE ENERGIA	68.980	66.469							
ENERGISA MATO GROSSO DO SUL									
Debêntures 8ª Emissão	100.578	102.263	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	2,61%	A
Debêntures 11ª Emissão	190.899	188.843	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,45%	A
Debêntures 12ª Emissão	113.508	110.623	10/06/19	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	2,61%	A
Debêntures 13ª Emissão	-	19.339	22/01/20	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a	jan / 22	Semestral	2,61%	A
Debêntures 14ª Emissão	141.039	143.914	25/08/20	139.471 / 139.471	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	3,00%	A
Debêntures 16ª Emissão	342.599	329.970	15/10/21	320.000 / 320.000	IPCA+6,0872% a.a	out / 31	Anual após out/29	4,69%	A
Custos de captação	(1.433)	(1.567)	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (**)
	31/03/2022	31/12/2021							
Total ENERGISA MATO GROSSO DO SUL	887.190	893.385							
ENERGISA MATO GROSSO									
Debêntures 9ª Emissão	474.166	469.059	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,45%	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	121.246	118.164	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	2,61%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	33.568	32.689	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	2,69%	A
Debêntures 11ª Emissão	131.771	133.742	15/02/20	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	2,67%	A
Debêntures 12ª Emissão	385.640	393.503	25/08/20	381.354 / 381.354	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	3,00%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	70.741	68.431	15/10/20	60.100 / 60.100	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	4,24%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	82.365	79.628	15/10/20	69.900 / 69.900	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	4,30%	A
Debêntures 14ª Emissão	374.718	360.906	15/10/21	350.000 / 350.000	IPCA+6,0872% a.a	out / 31	Anual após out/29	4,69%	A
Custos de captação	(16.540)	(17.310)							
Total EMTENERGISA MATO GROSSO	1.657.675	1.638.812							
ENERGISA MINAS GERAIS									
Debêntures 10ª Emissão	61.581	60.917	15/09/18	50.000 / 50.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,45%	A
Debêntures 11ª Emissão 1º Série	35.085	34.192	10/06/19	34.000 / 34.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	2,61%	A
Debêntures 11ª Emissão 2º Série	37.159	36.206	10/06/19	36.000 / 36.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	2,64%	A
Debêntures 12ª Emissão	60.817	61.727	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	2,67%	A
Custos de captação	(702)	(761)							
Total ENERGISA MINAS GERAIS	193.940	192.281							
ENERGISA TOCANTINS									
Debêntures 4ª Emissão	295.586	292.403	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,45%	A
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	245.336	238.972	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a	jun / 24	Final	2,67%	A
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	167.796	163.364	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a	jun / 26	Final	2,72%	A
Custos de captação	(3.143)	(3.413)							
Total ENERGISA TOCANTINS	705.575	691.326							
ENERGISA SUL SUDESTE									
Debêntures 4ª Emissão	86.211	85.285	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,45%	A
Debêntures 5ª Emissão	60.832	61.773	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a	fev / 25	Final	2,72%	A
Debêntures 7ª Emissão	82.911	-	15/01/22	81.000 / 81.000	IPCA+6,0996% a.a	jan / 32	Anual após jan/30	4,69%	SG
Custos de captação	(751)	(816)							
Total ENERGISA SUL SUDESTE	229.203	146.242							
ENERGISA TRANSMISSÃO									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	93.885	90.671	15/12/18	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238% a.a	dez / 25	Final	4,41%	A
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	64.033	61.809	15/12/18	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410% a.a	dez / 28	Anual após dez/26	4,46%	A
Debêntures 1ª Emissão 3ª Série	153.023	147.764	15/12/18	123.038 / 123.038	IPCA+4,9761% a.a	dez / 25	Final	4,42%	A
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	67.563	65.356	15/10/20	57.400 / 57.400	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	4,24%	A
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	97.329	94.095	15/10/20	82.600 / 82.600	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	4,30%	A
Debêntures 3ª Emissão	302.670	308.361	05/03/21	300.000 / 300.000	CDI + 1,80% a.a	mar / 24	Final	2,88%	A
Custos de captação	(6.154)	(6.500)							
Total ENERGISA TRANSMISSÃO	772.349	761.556							
ENERGISA NOVA FRIBURGO									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	15.204	15.432	15/02/20	15.000 / 15.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	2,67%	A
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	26.665	27.077	15/02/20	26.300 / 26.300	CDI + 1,15% a.a	fev / 25	Final	2,72%	A
Custos de captação	(94)	(106)							
Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	41.775	42.403							
ENERGISA BORBOREMA									
Debêntures 4ª Emissão	20.272	20.575	15/02/20	20.000 / 20.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	2,67%	A
Custos de captação	(26)	(33)							
Total ENERGISA BORBOREMA	20.246	20.542							

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (**)
	31/03/2022	31/12/2021							
ENERGISA RONDÔNIA									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	862.427	991.927	26/11/18	155.000 / 155.000	CDI+1,65% a.a	nov / 23	Final	2,84%	A
Debêntures 4ª Emissão	104.284	101.269	18/11/20	100.000 / 100.000	CDI+2,20% a.a	nov / 23	Final	2,98%	A
Debêntures 5ª Emissão	310.267	301.523	18/06/21	300.000 / 300.000	CDI+1,90% a.a	jun / 24	Final	2,90%	A
Custos de captação	(1.082)	(1.245)							
Total ENERGISA RONDÔNIA	1.275.896	1.393.474							
ENERGISA ACRE									
Debêntures 3ª Emissão	208.564	202.540	18/11/20	200.000 / 200.000	CDI+2,20% a.a	nov / 23	Final	2,98%	A
Custos de captação	(575)	(661)							
Total ENERGISA ACRE	207.989	201.879							
ALSOL									
Debêntures 1ª Emissão	104.781	102.001	23/10/19	100.000 / 100.000	CDI+1,20% a.a	out / 24	Final	2,73%	A
Debêntures 2ª Emissão	130.819	133.618	15/03/21	130.000 / 130.000	CDI+2,25% a.a	mar / 25	Anual após fev/23	2,99%	A
Custos de captação	(788)	(856)							
Total ALSOL	234.812	234.763							
TOTAL	11.924.578	11.682.251							
Custos de captação	(48.216)	(43.844)							
Custos de captação	(45.292)	(48.225)							
Total dos custos de captação	(93.508)	(92.069)							
Marcação à Mercado de Dívida	(1.645)	3.986							
Total em moeda nacional	11.829.425	11.594.168							
CONSOLIDADO	11.829.425	11.594.168							

(*) O montante de R\$78.303 (R\$74.191 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao valor de mercado das debêntures conjugadas com bônus de subscrição.

(**) F= Fiança Gipar, R = Recebíveis, A = Aval Energisa S/A. e SG = Sem Garantia

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa 1ª, 2ª e 3ª) o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, os somatórios dessas três séries correspondiam a R\$500.001. A 1ª e 2ª séries finalizaram em agosto de 2020 e agosto de 2021, respectivamente, o valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IFRS9/CPC48 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira. No período findo em 31 de março de 2022 foram reconhecidos perda com os títulos da ordem de R\$159.617 (perda R\$201.087 em 31 de março de 2021) registrados na demonstração do resultado do período em despesa financeira - Marcação a mercado derivativo, totalizando o saldo do instrumento financeiro em R\$1.372.125 (R\$1.212.508 em 31 de dezembro de 2021).

O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R\$16.15, enquanto teve preço de fechamento de R\$48,49/unit em 30 de março de 2022. Trata-se de uma opção "dentro do dinheiro", o que reflete elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de exercício de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo. Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de distribuição de energia elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Condições de covenants:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	Menor ou igual a: 4,0x de março de 2021 a fevereiro de 2022 e 3,5 de março de 2022 em diante. Para a 7ª emissão de debêntures da Energisa S/A.	Trimestral e Anual
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,0x de março de 2021 até o vencimento. Para a 8ª, a 9ª e a 11ª emissões de debêntures da Energisa S/A.	Trimestral e Anual
	Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento Para a 13ª e a 14ª emissões de debêntures da Energisa S/A.	Trimestral e Anual

Notas Explicativas

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de março de 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2023	190.270	1.495.909
2024	433.675	2.417.895
2025	189.839	1.309.564
2026	1.299.653	1.544.441
Após 2026	1.225.796	2.584.226
Total	3.339.233	9.352.035

21. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ^(*)	18	17	1.158.604	1.183.272
Encargos Sociais	7.353	7.628	68.339	82.004
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	136.620	63.927
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL	205	-	73.299	36.569
Contribuições ao PIS e a COFINS	4.947	4.436	389.369	337.104
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.213	1.096	24.214	24.377
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	1.567	5.903	2.824	7.576
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.163	2.943	20.532	27.201
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	694	1.085
Outros	1.216	1.666	28.146	31.284
Total	18.682	23.689	1.902.641	1.794.399
Circulante	14.396	19.602	994.822	934.900
Não Circulante	4.286	4.087	907.819	859.499

^(*) Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - a controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R\$42.935 (R\$41.691 em 31 de dezembro de 2021), com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ESS, ETO, EMS, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$655.477 (R\$625.143 em 31 de dezembro de 2021), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 6, item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante com contrapartida na rubrica fornecimento no ativo não circulante.

Notas Explicativas

22. Parcelamento de impostos - consolidado

Os parcelamentos em andamento são como seguem:

Companhia/Tributo	Consolidado						
	Principal	Multa	Juros	Total Parcelado	Forma de Adesão	Índice de Atualização	Vigência do Parcelamento
ERO							
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	8.999	1.620	25.063	35.682	Ordinário	UPF/SELIC	03/2020 a 04/2025
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	2.572	772	5.888	9.232	Ordinário	UPF/SELIC	03/2020 a 04/2025
Estorno de Créditos CIAP	270	243	227	740	Ordinário	SELIC	03/2021 a 02/2026
Estorno de Créditos CIAP	376	339	290	1.005	Ordinário	SELIC	03/2021 a 02/2026
Estorno de Créditos CIAP	227	204	155	586	Ordinário	SELIC	03/2021 a 02/2026
Estorno de Créditos CIAP	130	117	64	311	Ordinário	SELIC	03/2021 a 02/2026
Estorno de Créditos CIAP	141	127	82	350	Ordinário	SELIC	03/2021 a 02/2026
ESS							
ICMS	91.786	4.589	6.869	103.244	Ordinário	SELIC	04/2013 a 05/2023
DENERGE							
COFINS	394	79	526	999	Ordinário (não previdenciário)	SELIC	(*)
Total-Consolidado	104.895	8.090	39.164	152.149			

Segue as movimentações ocorridas no período:

Companhia/Tributo	Consolidado							
	31/12/2021	Atualização	Adição	Pagamentos	31/03/2022	Circulante	Não Circulante	Nº Parcelas a Vencer
ERO								
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	10.279	-	-	-	10.279	3.801	6.477	38
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	9.003	538	-	(2.860)	6.681	5.436	1.245	35
Estorno de Créditos CIAP	637	1	-	(39)	599	172	427	35
Estorno de Créditos CIAP	865	2	-	(54)	813	233	580	35
Estorno de Créditos CIAP	504	1	-	(32)	474	136	338	35
Estorno de Créditos CIAP	268	1	-	(17)	252	72	180	35
Estorno de Créditos CIAP	301	2	-	(19)	283	81	201	35
ESS								
ICMS	22.365	613	-	(4.614)	18.364	17.315	1.051	14
DENERGE								
COFINS (*)	135	-	-	-	135	135	-	-
Total	44.357	1.158	-	(7.635)	37.880	27.381	10.499	

(*) Valor em operação de liquidação junto a Receita Federal do Brasil.

Notas Explicativas

Companhia/Tributo	Consolidado							
	31/12/2020	Atualização	Adição	Pagamentos	31/12/2021	Circulante	Não Circulante	Nº Parcelas a Vencer
ERO								
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	8.923	1.356	-	-	10.279	3.246	7.033	38
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	29.640	7.523	-	(28.160)	9.003	7.490	1.513	38
Estorno de Créditos CIAP	-	513	253	(129)	637	153	484	50
Estorno de Créditos CIAP	-	715	325	(175)	865	208	657	50
Estorno de Créditos CIAP	-	431	174	(101)	504	121	383	50
Estorno de Créditos CIAP	-	247	75	(54)	268	64	204	50
Estorno de Créditos CIAP	-	268	94	(61)	301	72	229	50
ESS								
ICMS	37.278	3.542	-	(18.455)	22.365	17.314	5.051	17
DENERGE								
COFINS	359	99	-	(323)	135	135	-	1
Total	76.200	14.694	921	(47.458)	44.357	28.803	15.554	364

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	Consolidado
	31/03/2022
2023	22.326
2024	9.613
2025	4.562
Após 2026	1.379
Total	37.880

23. Encargos setoriais - consolidado

	31/03/2022	31/12/2021
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	48.535	48.523
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	6.929	8.121
Ministério de Minas e Energia - MME	3.465	4.062
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	36.378	31.268
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽¹⁾	148.447	155.383
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽¹⁾	204.419	210.144
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.479	1.479
Total	449.652	458.980
Circulante	315.186	329.102
Não circulante	134.466	129.878

Notas Explicativas

⁽¹⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, que vem determinar os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras e transmissoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de ordem de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações vinculadas as concessões.

24. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas prováveis:

Controladora	Trabalhistas	
	31/03/2022	31/12/2021
Saldos iniciais - não circulante - 31/12/2021 e 31/12/2020	5.405	108
Constituições de provisões	474	6.139
Reversões de provisões	(47)	(446)
Pagamentos realizados	(9)	(522)
Atualização monetária	120	126
Saldos finais - não circulante - 31/03/2022 e 31/12/2021	5.943	5.405
Depósitos e cauções vinculados ^(*)	(11)	(316)

^(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$1.197 (R\$1.177 em 31 de dezembro de 2021). Deste total, R\$1.186 (R\$861 em 31 de dezembro de 2021) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	31/03/2022	31/12/2021
Saldos iniciais - não circulante - 31/12/2021 e 31/12/2020	144.603	485.792	1.129.243	110.481	1.870.119	2.138.587
Constituições de provisões	9.202	29.731	2.887	6.867	48.687	371.895
Reversões de provisões	(3.023)	(21.290)	(20.465)	(7.560)	(52.338)	(519.691)
Pagamentos realizados	(10.808)	(22.469)	(14)	-	(33.291)	(201.422)
Atualização monetária	2.293	4.958	20.920	(2.889)	25.282	80.750
Saldos finais - não circulante - 31/03/2022 e 31/12/2021	142.267	476.722	1.132.571	106.899	1.858.459	1.870.119
Depósitos e cauções vinculados ^(*)					(173.274)	(172.187)

Notas Explicativas

(*) A Companhia e as controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$1.295.985 (R\$1.003.852 em 31 de dezembro 2021). Deste total, a controlada indireta ESS possui depósitos de ICMS incidentes sobre a subvenção econômica do baixa renda que se encontra em discussões judiciais de R\$52.201 (R\$51.384 em 31 de dezembro de 2021), enquanto no exercício as controladas EPB e EBO possuem depósitos de ICMS Geração Distribuída de R\$16.183 e R\$1.277 (R\$16.183 e R\$1.277 em 31 de dezembro de 2021) respectivamente, e cerca de R\$1.053.050 (R\$762.821 em 31 de dezembro 2021) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii). Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa luz no campo/programa luz para todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; e (ix) acidentes com terceiros.

• Fiscais

Referem-se às discussões relacionadas ao Pis, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

Inclui no consolidado, a contingência fiscal constituída pela controlada ERO, no montante de R\$622.423 (R\$580.699 em 2020), em conformidade com os termos e condições de negociações com o Estado de Rondônia para quitação de processos relacionados ao ICMS dos períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2016.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações decorrentes de divergências de interpretações da legislação tributária, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

Os prognósticos de perdas adotados pela Companhia e suas controladas são baseados na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

• Regulatórias

As controladas EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos juntos à ANEEL, referente a possível descumprimento de preceito regulatório.

Notas Explicativas

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. Abaixo demonstrativo das movimentações das provisões classificados com prognóstico de perdas possíveis:

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31/03/2022	31/12/2021
Saldos iniciais - 31/12/2021 e 31/12/2020	200	6.369	82.698	89.267	127.362
Novos processos	-	-	-	-	63
Mudança de prognóstico e valor do pedido	-	2.797	-	2.797	(41.178)
Encerramento	(68)	-	-	(68)	(1.037)
Atualização monetária	4	154	1.917	2.075	4.056
Saldos finais 31/03/2022 e 31/12/2021	136	9.320	84.615	94.071	89.267

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	31/03/2022	31/12/2021
Saldos iniciais - 31/12/2021 e 31/12/2020	249.555	2.027.084	2.819.424	44.590	5.140.653	6.142.606
Novos processos	12.911	3.135	51.137	-	67.183	502.163
Mudança de prognóstico e valor do pedido	(5.980)	(2.231)	(11.787)	(3.242)	(23.240)	(985.241)
Encerramento	(9.899)	(33.217)	(7.488)	-	(50.604)	(912.125)
Atualização monetária	5.866	47.397	65.601	1.008	119.872	393.250
Saldos finais 31/03/2022 e 31/12/2021	252.453	2.042.168	2.916.887	42.356	5.253.864	5.140.653

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis.

• Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

• Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia, além de processos envolvendo discussão sobre incorporação de rede.

Principais processos:

Controladas

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$207.511 (R\$202.610 em 31 de dezembro de 2021), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores

Notas Explicativas

supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$77.075 (R\$75.225 em 31 de dezembro de 2021), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$371.391 (R\$362.619 em 31 de dezembro de 2021) onde autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO para a implantação de redes de distribuição de energia elétrica, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041 no montante de R\$85.956 (R\$83.926 em 31 de dezembro de 2021), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041 no montante de R\$48.711 (R\$47.560 em 31 de dezembro de 2021), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$42.071 (R\$41.078 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

Ação de indenização 1005691-76.2017.8.11.0041, no montante de R\$34.972 (R\$34.146 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.

ETO

. Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R\$40.974 (R\$40.006 em 31 de dezembro de 2021) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

ERO

. Ação de indenização 0013664-30.2015.401.4100 no montante de R\$55.730 (R\$54.414 em 31 de dezembro de 2021) objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos. Em dezembro de 2021, o processo teve seu valor pedido alterado baseado na reavaliação dos assessores jurídicos.

. Ação de indenização 7040117-63.2016.8.22.0001 no montante de R\$130.071 (R\$126.999 em 31 de dezembro de 2021) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel.

Rede Energia Participações

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$57.745 (R\$56.381 em 31 de dezembro de 2021), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

Notas Explicativas

CTCE

. Processo de arbitragem 07/2021 recebido em novembro de 2021 com valor envolvido de R\$43.986 (R\$42.990 em 31 de dezembro de 2021), movido pela Tocantins Energética para o pagamento de multa pela suposta rescisão injustificada de contrato mantido entre as partes. Ainda que venha a ser condenada no valor pleiteado, a Companhia entende que o pagamento se submete aos termos do Plano de Recuperação Judicial da CTCE.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente às discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (iv) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (v) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, (vi) escrituração de documento fiscal, (vii) multa não escrituração CIAP; (viii) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; (ix) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL; e (xi) exigência de IOF em decorrência de operações de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC.

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração 18471.000772.2008-26, no montante de R\$66.195 (R\$64.696 em 31 de dezembro de 2021), objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE.

Controladas:

ETO

Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$211.498 (R\$206.707 em 31 de dezembro de 2021). Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado de Tocantins.

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$200.054 (R\$195.523 em 31 de dezembro de 2021), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social. A redução do valor decorre do desmembramento do processo após vitória parcial no Conselho Administrativo e Recursos Fiscais (CARF). Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional.

. Auto de Infração 0801303-84.2019.4.05.8500, com montante envolvido de R\$84.763 (R\$82.843 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute a base de cálculo IRPJ/CSLL envolvendo valor da receita oriunda de recomposição tarifária extraordinária-RTE. O processo teve seu valor pedido corrigido, baseado na reavaliação de assessores jurídicos.

. Auto de Infração 201942403, com montante envolvido de R\$38.093 (R\$37.230 em 31 de dezembro de 2021), no qual o Estado de Sergipe sustenta a suposta falta de recolhimento de ICMS incidente sobre operações de vendas de energia elétrica aos órgão da administração pública direta e suas fundações e autarquias.

Notas Explicativas

EMS

. Ação Ordinária 5009015-61.2019.4.03.6000, com montante envolvido de R\$76.085 (R\$74.361 em 31 de dezembro de 2021), na qual se discute a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$123.801 (R\$120.997 em 31 de dezembro de 2021), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos.

Processo administrativo nº 14094.720008/2018-36 no montante de R\$89.033 (R\$87.017 em 31 de dezembro de 2021) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.

. Ação Administrativa 59994/2012, no montante de R\$89.877 (R\$87.841 em 31 de dezembro de 2021), relacionado à concessão de benefício fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços-ICMS do Estado do Mato Grosso.

ERO

. Auto de Infração nº 10240-722.819/2020-12 com valor envolvido de R\$361.730 (R\$353.536 em 31 de dezembro de 2021) que reduziu o valor de prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa de CSLL, referente à glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017.

. Auto de Infração nº 10240-721.054/2020-95 com valor envolvido de R\$253.960 (R\$248.208 em 31 de dezembro de 2021) referente à cobrança de supostos débitos da contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social ("COFINS") decorrentes da glosa de créditos das contribuições relacionadas às perdas não técnicas e da incidência das contribuições sobre os valores recebidos à título de reembolso da CCC (Conta de Consumo de Combustível).

. Auto de Infração 20202700100096, com valor envolvido de R\$164.040 (R\$160.324 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015.

. Auto de Infração 201922700100392, com valor envolvido de R\$154.265 (R\$150.771 em 31 de dezembro de 2021) onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2014.

. Auto de Infração 20202700100099, com valor envolvido de R\$83.035 (R\$81.154 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2016.

. Ação anulatória nº 0012763-90.2013.8.22.0001, com valor envolvido de R\$35.937 (R\$35.123 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute a tributação pelo ICMS dos valores de decorrentes das perdas de energia no exercício de 2001.

. Auto de Infração 20192700100393, com valor envolvido de R\$34.350 (R\$33.572 em 31 de dezembro de 2021) onde se discute questões relacionadas a suposto erro na escrituração contábil do ano de 2014.

EAC

. Auto de Infração nº 39910/2020, no montante de R\$62.669 (R\$61.250 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute questões relacionadas à ICMS (imposto não pago/ recolhido) apurado no ano de 2016, tendo por fundamento incorreções no cálculo de ICMS e utilização de créditos fiscais em valores superiores ao que efetivamente a empresa teria direito à apropriar-se em sua escrita fiscal no tocante à: i) apuração dos estornos referentes à aquisição de óleo diesel para fins de produção de energia elétrica, parcela isenta, perda de energia e diferença de valor de venda; ii) incongruência dos valores correspondentes a provisão e compensação do diferencial de alíquota

Notas Explicativas

mensalmente apurado; iii) não homologação pela administração fazendária da totalidade dos cancelamentos realizados pelo contribuinte; iv) diferença da base de cálculo em relação à energia produzida e efetivamente vendida ao consumidor final.

. Auto de Infração nº 11.314/2018 (2018/81/46743), no montante de R\$47.604 (R\$46.525 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel.

. Auto de Infração 2019/81/33314 (AI 12.097) lavrado pelo Estado do Acre, no montante de R\$35.444 (R\$34.641 em 31 de dezembro de 2021) que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por “recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao devido”. De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: (i) estornos de créditos de ICMS do Óleo Diesel; (ii) parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997); (iii) perda de energia (inc. IV do art. 35 da LCE 55/1997); (iv) valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997); (v) valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; (vi) não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no inc. VIII da Cláusula Primeira do Conv. ICMS 30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 5/1997), situações que impem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; (vii) diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e (viii) diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. Empresa apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019.

Regulatórias

As controladas EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos junto à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações.

25. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

No caso da controlada ERO, mensalmente, dentro do Plano de Acompanhamento da ANEEL para a distribuidora privatizada, são encaminhadas as informações sobre a evolução dos ressarcimentos aos consumidores que anteciparam recursos no passado para a construção da rede elétrica.

Mediante comunicação prévia à ANEEL, a partir de setembro de 2020, foi iniciada uma segunda fase do Projeto de Incorporação de Redes no estado, com o objetivo de atender a totalidade dos processos em análise.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos de atualização e mora de acordo com o estabelecido nas resoluções aplicáveis a cada caso.

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Saldo em 31/12/2021 e 31/12/2020	349.863	222.733
Adição no período/exercício	40.276	57.326
Atualização monetária e juros	35.640	219.165
Pagamentos/Baixas	(63.570)	(149.361)
Saldo Circulante em 31/03/2022 e 31/12/2021	362.209	349.863

Notas Explicativas

26. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Participações Empregados	20.394	20.394	128.398	128.408
Salários a pagar	7.406	7.372	52.500	47.493
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros Benefícios a empregados	4.035	4.079	37.164	34.960
Prêmio de seguros	52	100	8.866	10.220
Adiantamentos de clientes	5.743	5.743	91.185	67.256
Retenção de caução contratual empreiteiras	227	227	51.664	61.559
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	6.217	6.675
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	5.087	2.298
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.170	18.388
Reembolso Eletrobrás - aquisição de combinação de negócios ⁽¹⁾	-	-	165.121	171.345
Ressarcimento EPB - Salto Paraíso ⁽²⁾	-	-	63.709	44.759
Bônus de redução voluntaria do consumo ⁽³⁾	-	-	10.538	236.565
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS ⁽⁴⁾	-	-	3.768.748	3.708.305
Obrigações de ressarcimento - CCC ⁽⁵⁾	-	-	6.437	6.437
Outras contas a pagar ⁽⁶⁾	23.169	24.137	194.955	200.772
Total	111.719	112.745	4.671.653	4.808.334
Circulante	87.332	88.356	644.866	775.557
Não Circulante	24.387	24.389	4.026.787	4.032.777

⁽¹⁾ Refere-se a parcela a ser ressarcida a Eletrobrás a serem realizadas pelas controladas ERO e EAC, previstos no contrato de compra e venda das aquisições do controle acionário, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020, é como segue:

	ERO		EAC		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo inicial	128.552	119.895	42.793	43.715	171.345	163.610
Adição	-	1.312	-	-	-	1.312
Pagamento	(6.886)	-	(2.131)	(2.281)	(9.017)	(2.281)
Constituição - reembolso Eletrobrás	-	-	-	-	-	-
Atualização financeira	2.091	7.345	702	1.359	2.793	8.704
Saldo final	123.757	128.552	41.364	42.793	165.121	171.345

A controlada EAC iniciou em outubro de 2021 a liquidação do saldo junto a Eletrobras. Durante o exercício de 2021 a Eletrobrás contextou os valores homologados na Nota Técnica nº 219/2020 conforme carta CTA-DF-1049/2021. Por consequência foram adicionados R\$1.422, sendo R\$1.312 de principal e R\$110 de atualização monetária, de novas adições a serem ressarcidos a Eletrobrás. O montante foi homologado por ambas as partes e será reembolsado à Eletrobras em 60 parcelas, a ser pago em 30 dias após a aprovação pelas partes do resultado da apuração. Em fevereiro de 2022 foram iniciados os pagamentos das parcelas. A atualização financeira dos contratos corresponde à 111% da taxa Selic.

Notas Explicativas

- (2) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela controlada EMT a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.
- (3) Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia, deduzidos R\$55 em 31 de dezembro de 2021), vide nota explicativa nº8.4.
- (4) **Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - consolidado.**

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido no ano de 2019 nos meses de maio, junho e julho referente à EPB, EBO e ETO e, no ano de 2020, nos meses de maio e junho, referente à Companhia Força e Luz do Oeste (empresa incorporada pela ESS em 2017) e ESE. Em 21 de setembro de 2021, 22 de outubro de 2021, 12 de novembro de 2021 e 06 de dezembro de 2021, respectivamente, transitaram em julgado as ações judiciais propostas pelas controladas EMT, ERO, ENF e EAC. Os demais processos nos quais são discutidos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, as controladas EPB, EBO, ETO, ESS, ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ERO e EAC constituíram no ativo de PIS e de COFINS a recuperar o montante de R\$3.594.707 (R\$3.584.548 em 31 de dezembro de 2021) e no passivo não circulante de R\$3.768.748 (R\$3.708.305 em 31 de dezembro de 2021), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recuperados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas controladas e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ainda pendentes de edição. O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS ^(a)	3.594.707	-	3.584.548	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS ^(b)	-	(3.833.704)	-	(3.773.261)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores ^(c)	-	64.956	-	64.956
Total	3.594.707	(3.768.748)	3.584.548	(3.708.305)
Total Circulante	210.669	-	294.961	-
Total Não Circulante	3.384.038	(3.768.748)	3.289.587	(3.708.305)

Notas Explicativas

Demonstração do resultado do exercício	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	-	(15.545)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS - tributos a recuperar	-	15.545
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	63.220	8.165
Outras Despesas financeiras		
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(60.387)	(8.165)
Resultado apurado no período	2.833	-

- (a) As controladas que já tiveram suas ações transitadas em julgado iniciaram a compensação dos créditos em maio de 2021. No exercício findo em 31 de março de 2022, foram compensados com tributos a recolher o montante de R\$278.079 dos créditos habilitados.
- (b) Deduzidos de R\$101.205 (R\$40.859 em 31 de dezembro de 2021) referente aos custos incorridos com advogados, consultores e tributos.
- (c) A ANEEL, através das Notas Técnicas nº 143/2021-SGT/ANEEL de 28 de junho de 2021 e nº 150/2021-SGT/ANEEL de 05 de julho de 2021, e nº 185/2021-SGT/ANEEL, homologaram a revisão tarifária e reajustes tarifários das controladas indiretas ETO, ESS e EPB respectivamente, que incorporaram em suas tarifas de energia elétrica os montantes de créditos da exclusão do ICMS na base cálculo do PIS e COFINS, tendo em vista o trânsito em julgado de suas ações judiciais, nos montante de R\$12.981, R\$29.180 e de R\$22.795, resultando nas reduções de (ETO - 0,95%), (ESS -1,56%) e (EPB -1,02%) a serem repassados aos consumidores. Os valores foram reclassificados para a rubrica de passivo financeiro setorial - repasse aos consumidores em consonância ao OCPC08.
- (5) Obrigações de ressarcimento - CCC - a controlada ERO possuía registrado o montante de R\$146.241 relativo aos custos de tributos e encargos incidentes na aquisição de combustível, diferenças de preço de óleo Diesel entre a nota fiscal e tabela ANP e consumo específico de óleo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após a finalização da primeira etapa da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, em que foram ajustados os direitos e obrigações de ressarcimento junto à CCC até abril de 2017, a controlada ERO reverteu o montante de R\$40.488, em contrapartida ao direito de ressarcimento Reembolso CCC- Custo total de Geração, R\$46.177 como redução de outras despesas financeiras e R\$53.139, que por se tratar de valores originais, foram levados à créditos da rubrica de custos e despesas operacionais-energia elétrica comprada para revenda no resultado do exercício. Com relação ao consumo específico de óleo Diesel, em face de ainda não ter sido finalizada a segunda etapa da fiscalização da ANEEL foi mantido o montante de R\$6.437 (R\$6.437 em 31 de dezembro de 2021), no passivo não circulante.
- (6) Na controladora e no consolidado incluem, R\$17.671 referente a parcela de valor de aquisição da combinação de negócios de aquisição da ALSOL a serem pagos nos próximos 4 anos aos vendedores; e o montante de R\$11.000 referente acordo judicial firmado entre a controlada ETO e a Prefeitura Municipal de Palmas e terceiros. A ETO ficou responsável pelo repasse em parcela única aos terceiros, sub-rogando-se do direitos de receber o referido montante junto a Prefeitura Municipal de Palmas. O direito a receber foi registrado em contrapartida da rubrica de Outros créditos, tendo reconhecido provisão de perdas esperadas de mesmo montante, contabilizada em Outros resultados, na demonstração de resultado do exercício no consolidado, vide nota explicativa nº 32.

27. Patrimônio líquido

27.1 Capital Social

O capital social em 31 de março de 2022 é de R\$3.363.944 (R\$3.363.685 em 31 de dezembro de 2021), representando 1.814.642.740 (1.814.561.910 em 31 de dezembro de 2021) ações nominativas, sendo 756.010.104 (755.993.938 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias e 1.058.632.636 (1.058.567.972 em 31 de dezembro de 2021) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 262.221.139 (262.237.689 em 31 de dezembro de 2021).

Em Reunião do Conselho de Administração de 24 de março de 2022 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$259, passando o capital social da Companhia para R\$3.363.944, com emissão de 80.830

Notas Explicativas

novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 16.166 ações ordinárias e 64.664 ações preferenciais pelo preço de emissão de R\$3,2009312 por ação, independentemente de sua espécie.

Todas as novas ações foram integralmente subscritas e integralizado mediante o exercício de bônus de subscrição, a exclusivo critério do seu titular.

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$65.723 (R\$65.723 em 31 de dezembro de 2021), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.000.000.000 em ações ordinárias e até 2.000.000.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de abril de 2021 foi aprovado: (i) o novo programa de recompra de ações da Companhia, o qual tem como objetivo, primordialmente, fazer frente aos compromissos assumidos pela Companhia no âmbito dos Programas de Concessão de Ações aprovados; e (ii) que as ações de emissão da Companhia que não forem transferidas para os beneficiários do 1º Programa de Concessão de Ações -ILP, sejam destinadas para manutenção em tesouraria para, preferencialmente, serem concedidas aos beneficiários dos demais Programas de Concessão de Ações - ILP já em vigor, posterior alienação ou cancelamento, sem redução de capital da Companhia.

Entre os dias 16 e 23 de abril de 2021 foram adquiridas ações em tesouraria, a quantidade de 1.100.000 (um milhão e cem mil) Units representativas de 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações ordinárias e 4.400.000 (quatro milhões e quatrocentos mil) ações preferenciais. O valor despendido nessas compras foi de R\$48.141.

Em 07 de junho de 2021 foram utilizadas cerca de 176.163 Units para liquidação do 1º Programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia de suas controladas no montante de R\$8.286, realizadas em contrapartida outras reservas de capital.

O saldo das ações mantido em tesouraria em 31 de março de 2022 é de R\$40.431, correspondentes a 923.837 Units. O valor de mercado em 31 de março de 2022 que corresponde as ações em tesouraria é de R\$45.092.

27.2 Reserva de Capital

	31/03/2022	31/12/2021
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios ⁽¹⁾	165.746	188.779
Custo de captação - aumento de capital	(65.723)	(65.723)
Incentivos fiscais de reinvestimentos ⁽²⁾	8.042	8.042
Investimento PUT ⁽³⁾	38.814	43.175
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽⁴⁾	23.576	21.989
Saldos em 31/03/2022 e 31/12/2021	172.304	198.111

⁽¹⁾ Transações entre sócios - inclui desde 2019 o montante R\$42.280 de dedução de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre parcela de mais valia de ações próprias.

⁽²⁾ Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - refere-se a benefícios destinados as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene e SUDAM, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido até 2018 e 50% a partir de 2019, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19,

Notas Explicativas

parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

- (3) Investimento PUT - refere-se a diferença da opção de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC de R\$7.765 que, correspondente a 191.679.293 ações ERO e 14.374.919.056 ações EAC, com registro de R\$1.438 no valor patrimonial das ações contabilizadas no ativo não circulante, Investimentos - outras participações societárias e R\$40.252 na rubrica Instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante.
- (4) Programa de remuneração variável - ILP - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 11).

Transações entre sócios	31/03/2022	31/12/2021
Saldo inicial - 31/12/2021 e 31/12/2020	188.779	307.896
Ganho/perda apurado com transações de investimentos na distribuição de dividendos em controladas diretas e indiretas e ações em tesouraria (*)	(23.033)	(119.117)
Saldo final -31/03/2022 e 31/12/2021	165.746	188.779

(*) O montante de R\$23.033 (R\$119.117 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a (i)46.421 perda nas transações de investimento por aumento de capital nas controladas; (ii)23.388 ganho de investimentos em controladas diretas e indiretas (R\$70.976 em 31 de dezembro de 2021 com transações de investimentos na distribuição de dividendos) e de ações em tesouraria R\$48.141 em 31 de dezembro de 2021, contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido, nota explicativa nº 15.

27.3 Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT, ETO e EAC por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou aumento de capital capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda	
			31/03/2022	31/12/2021
EPB	SUDENE	197/2012	18.006	82.573
ESE	SUDENE	205/2012	16.915	55.072
EBO	SUDENE	206/2012	1.721	11.350
EMT	SUDAM	114/2014	59.664	215.844
ETO	SUDAM	113/2014	15.681	57.493
EAC	SUDAM	018/2021	4.561	23.695
Total			116.548	446.027

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

Notas Explicativas

27.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

28. Receita operacional

28.1 Receita operacional bruta - controladora

	31/03/2022	31/03/2021
Receita operacional		
Serviços especializados ^(*)	66.811	61.482
Outras receitas operacionais		
Deduções a receita operacional		
PIS	(1.102)	(1.014)
COFINS	(5.078)	(4.673)
ISS	(1.509)	(1.334)
Receita operacional líquida	59.122	54.461

(*) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

28.2 Receita operacional- consolidada

	31/03/2022			31/03/2021		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	6.888.586	3.711.853	3.445.974	6.623.785	3.596.097	2.827.747
Industrial	41.332	454.622	413.195	41.003	479.809	344.720
Comercial	550.275	1.435.982	1.414.587	539.670	1.410.764	1.136.480
Rural	682.266	810.740	681.470	797.455	867.059	555.402
Poder público	70.881	400.599	362.891	70.459	345.730	253.578
Iluminação pública	8.393	408.311	252.755	7.507	479.750	220.964
Serviço público	10.435	245.923	187.090	8.619	276.265	150.776
Consumo próprio	1.793	10.706	-	1.765	10.841	-
Subtotal	8.253.961	7.478.736	6.757.962	8.090.263	7.466.315	5.489.667
Suprimento de energia a concessionárias	2	686.546	96.481	2	683.345	157.811
Fornecimento não faturado líquido	-	4.776	175.788	-	(59.380)	130.931
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	1.763	-	525.541	1.103	-	408.530
Energia comercializada com clientes livres	-	1.034.192	227.981	-	1.133.536	214.107
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	876.559	-	-	494.828
Receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão	-	-	7.212	-	-	2.913

Notas Explicativas

	31/03/2022			31/03/2021		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	-	43.770	-	-	27.175
Remuneração do ativo de contrato - transmissão de energia elétrica	-	-	60.759	-	-	36.153
Serviços especializados	-	-	52.868	-	-	22.844
Penalidades Regulatórias	-	-	(44.632)	-	-	(38.850)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	-	-	-	-	-	(15.545)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - tributos a recuperar	-	-	-	-	-	15.545
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	200.876	-	-	131.380
Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva ⁽²⁾	-	-	(33.601)	-	-	453.893
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (CDE e baixa -renda)	-	-	352.092	-	-	326.327
Outras receitas operacionais	-	-	88.420	-	-	53.744
Total - receita operacional bruta	8.255.726	9.204.250	9.388.076	8.091.368	9.223.816	7.911.453
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	1.457.538	-	-	1.319.535
PIS	-	-	115.883	-	-	117.092
COFINS	-	-	533.768	-	-	539.348
CPRB	-	-	2.049	-	-	1.555
ISS	-	-	6.439	-	-	4.642
Deduções Bandeiras Tarifárias ⁽²⁾	-	-	9.326	-	-	(13.944)
Programa de Eficiência Energética - PEE -	-	-	20.421	-	-	18.345
Encargos de consumidor - Procel	-	-	5.105	-	-	4.586
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	688.823	-	-	424.885
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	10.740	-	-	9.409
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	10.210	-	-	9.173
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	5.105	-	-	4.586
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	8.116	-	-	6.811
Total - deduções da receita operacional	-	-	2.873.523	-	-	2.446.023

Notas Explicativas

	31/03/2022			31/03/2021		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Total - receita operacional líquida	8.255.726	9.204.250	6.514.553	8.091.368	9.223.816	5.465.430

(1) Do total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R\$733.707 (R\$380.686 em 31 de março de 2021) refere-se a receita de construção das distribuidoras e R\$142.852 (R\$114.142 em 31 de março de 2021) refere-se a receita de construção das transmissoras. Adicionalmente, do total do custo de construção apresentado na Demonstração de Resultado de R\$876.559 (R\$494.828 em 31 de março de 2021) o montante de R\$866.882 (R\$488.676 em 31 de março de 2021) refere-se ao custo de construção das distribuidoras e R\$133.175 (R\$107.990 em 31 de março de 2021) refere-se ao custo de construção das transmissoras.

(2) **Bandeiras Tarifárias** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição das distribuidoras aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela Aneel.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias para período findo em 31 de março de 2022, foram de R\$9.326 (R\$154.556 em 31 de março de 2021), tendo recebido da CCRBT o montante de R\$9.326 (R\$13.944 em 31 de março de 2021). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das controladas distribuidoras de energia elétrica no consolidado até 31 de março de 2022 foi de R\$0 (R\$168.500 em 31 de março de 2021).

29. Energia Elétrica comprada para revenda

Consolidado				
	MWH ⁽¹⁾		Energia elétrica comprada p/revenda (Reais mil)	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Energia de Itaipú - Binacional	839.889	844.120	237.035	309.465
Energia de leilão	4.999.579	4.545.775	1.084.898	1.049.375
Energia bilateral e outros suprimentos	1.385.734	1.659.451	839.781	824.200
Reembolso CCC	-	-	(143.709)	(150.650)
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 ⁽²⁾	282.772	288.747	95.593	61.758
Energia de curto prazo - CCEE	40.181	189.968	295.805	452.244
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	2.091.486	2.100.724	262.631	288.582
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	157.770	157.177	121.188	78.083
Energia de Reserva - ERR	-	-	98.820	16.267
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(256.407)	(261.200)
Total	9.797.411	9.785.962	2.635.635	2.668.124

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

(2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

Notas Explicativas

30. Outros Resultados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Outras Receitas:				
Ganhos na desativação	-	-	19.071	34.507
Valor recuperável dos títulos cedidos	-	-	-	99.389
Outras	81	65	-	-
Total	81	65	19.071	133.896
Outras Despesas:				
Perdas na desativação	(598)	(19)	(31.052)	(24.337)
Marcação a mercado dos contratos ⁽¹⁾	-	-	16.305	(13.900)
Outras	-	-	(15.575)	(74.599)
Total	(598)	(19)	(30.322)	(112.836)

Descrição das operações ⁽¹⁾	31/03/2021
Valor recebido pelos títulos cedidos	254.707
Reversão por revisão da estimativa com a provisão de devedores duvidosos	91.028
Custo dos títulos cedidos	(246.346)
Efeitos - outros resultados - valor recuperável dos títulos cedidos	99.389
(+) Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos - Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	69.632
(+) Receitas Financeiras - outros	9.660
(-) Despesas Financeiras - Ajuste a valor presente	7
Efeitos apurados antes dos tributos	178.688

⁽¹⁾ Comercialização de energia no consolidado, inclui, marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia, tendo sido apurado ganho em 31 de março de 2022 no montante de R\$17.967 (perda de R\$13.900 em 31 de março de 2021). A controlada ECOM opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia foi reconhecida no consolidado, conforme segue:

	31/03/2022	31/03/2021
Marcação a mercado dos contratos de vendas comercialização de energia	(83.513)	270.280
Marcação a mercado dos contratos de compras comercialização de energia	101.479	(284.180)
	17.967	(13.900)
(-) Tributação Pis e Cofins	(1.662)	-
Efeito líquido de tributos	16.305	-

31. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

As principais coberturas são:

Ramos de seguros	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Total Prêmio - Controladora	
			31/03/2022	31/12/2021
Riscos Operacionais	22/11/2022	90.000	85	85
Auto - Frota	23/10/2022	Até 360/ veículo	16	16
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	460.631	476	465
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	2	3
Total			579	569

Ramos de seguros	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Total Prêmio - Consolidado	
			31/03/2022	31/12/2021
Riscos Operacionais	13/03/2024	90.000	7.318	7.256
Responsabilidade Civil Geral	24/01/2023	90.000	3.355	3.355
Auto - Frota	23/10/2022	Até 1.110/ veículo	700	700
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2022	10.000	97	97
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2022	1.467	3	3
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2022	137.781	472	472
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	460.631	3.601	3.532
Transporte Nacional	04/04/2023	Até 2.000/ viagem	171	173
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	331	331
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2023	941/drone	23	23
Risco de engenharia + Responsabilidade Civil Obras	15/10/2022	16.585	281	175
Total			16.352	16.117

(*) Importância Segurada relativa ao mês de fevereiro/2022 e projeção de prêmio anualizado.

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição de energia elétrica terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R\$200.876 (R\$131.380 em 31 de março de 2021), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 13.1.

Notas Explicativas

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	31/03/2022		31/12/2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		23.569	23.569	17.408	17.408
Clientes		39.575	39.575	32.681	32.681
Títulos e créditos a receber		25	25	25	25
Créditos com partes relacionadas		1.317.595	1.317.595	2.432.573	2.432.573
		1.380.764	1.380.764	2.482.687	2.482.687
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	3.962.243	3.962.243	4.665.960	4.665.960
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	47.504	47.504
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações (1)	3	428.975	428.975	448.344	448.344
		4.391.218	4.391.218	5.161.808	5.161.808
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		2.561	2.561	6.094	6.094
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		6.306.362	6.309.943	6.208.913	6.211.315
Arrendamentos operacionais		-	-	412	412
		6.308.923	6.312.504	6.215.419	6.217.821
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.401.728	1.401.728	1.236.824	1.236.824
		1.401.728	1.401.728	1.236.824	1.236.824

Notas Explicativas

Consolidado					
	Nível	31/03/2022		31/12/2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		1.045.547	1.045.547	773.505	773.505
Clientes, consumidores, concessionárias e outros		6.480.800	6.480.800	6.466.297	6.466.297
Títulos de créditos a receber		104.409	104.409	103.747	103.747
Ativos financeiros setoriais		1.641.690	1.641.690	2.640.613	2.640.613
		9.272.446	9.272.446	9.984.162	9.984.162
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	4.896.553	4.896.553	5.243.351	5.243.351
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	8.026.127	8.026.127	7.618.313	7.618.313
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.220.818	1.220.818	2.051.113	2.051.113
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações (1)	3	428.975	428.975	448.344	448.344
		14.572.473	14.572.473	15.361.121	15.361.121
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		2.122.076	2.122.076	2.690.288	2.690.288
Empréstimos e financiamentos, debêntures encargos de dívidas		23.807.064	23.852.839	23.353.373	23.357.189
Arrendamentos operacionais		-	-	52.547	52.547
Passivos financeiros setoriais		515.311	515.311	1.483.990	1.483.990
Parcelamento de impostos				44.357	44.357
Taxas regulamentares (2)		48.535	48.535	48.523	48.523
				27.673.078	27.676.894
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (3)	2	2.112.646	2.112.646	2.082.222	2.082.222
		2.112.646	2.112.646	2.082.222	2.082.222

- (1) O Conselho de Administração aprovou, em 27 de dezembro de 2018, a celebração de acordo de investimento e outras avenças firmado, com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") regulando os termos e condições gerais para o ingresso da instituição financeira como acionista minoritário no quadro acionário da controlada Energisa Participações Minoritárias S.A.

Com a efetivação da operação, o Itaú Unibanco S.A., passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais e a Energisa S.A., por sua vez, de 100,0% das ações ordinárias de emissão da controlada. Com o resultado da operação, a Energisa passou a deter, direta e indiretamente, 95,21% do capital social total da Rede Energia Participações e 88,9% da Energisa Mato Grosso. Em 31 de dezembro de 2021 as participações são de 94,63% e 87,53%, respectivamente, após os novos aportes realizados pelo Banco Itaú Unibanco na controlada Energisa Participações Minoritárias S.A.

Destaca-se que os direitos e obrigações da Energisa S.A. e do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de acionistas da Energisa Participações Minoritárias, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes. A Companhia mantém uma opção de compra da totalidade das ações preferencias adquirida pelo acionista minoritário. A mensuração do valor justo deste instrumento é baseada em dados não observáveis uma vez que o preço da compra caso incorrido pela Companhia, é calculado sobre o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pelo valor de variação 100% da taxa DI + 0,75% a.a., sendo que até abril de 2021 essa correção era realizada por 101% da taxa DI, reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários. O acionista minoritário não detém a opção de

Notas Explicativas

venda cabendo o equity risk do investimento do minoritário estando no controle da controladora o exercício ou não da sua opção de compra.

Em 31 de março de 2022 o montante da posição favorável do valor justo da opção de compra, contabilizados na demonstração do resultado do período em receitas financeiras na controladora e no consolidado é de R\$19.369, reconhecidos como instrumentos financeiros de nível 3, é conforme segue:

Técnicas de valorização	Valor justo - opção de compra de ações em 31/03/2022	Dados não observáveis	Sensibilidade dos inputs ao valor justo
Método de fluxo de caixa descontado	R\$428.975	Dividendos (*)	+10% (aumento no valor justo de R\$75.310) -10% (redução no valor justo de R\$78.119)

(*) Projeção de dividendos a serem recebidos pelas ações PN da controlada Energisa Participações Minoritárias S.A até 01/04/2026.

Em 31 de dezembro de 2021 o instrumento financeiro de Nível 3 mensurado a valor justo demonstra o montante de R\$448.344, e corresponde ao valor justo apurado pela Administração, reconhecido no resultado financeiro da controladora e consolidado.

- (2) Inclui saldo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE no montante de R\$48.535 (R\$48.523 em 31 de dezembro de 2021), divulgada na nota explicativa 23 - encargos setoriais consolidado.
- (3) A Companhia emitiu debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11). Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 31 de março de 2021 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$5.631 (R\$142.251 em 31 de março de 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 31 de março de 2022, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período findo em 31 de março de 2022, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$37.668 (R\$40.439 em 31 de março de 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das informações financeiras trimestrais, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas tem como objetivo identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Notas Explicativas

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Dívida ^(a)	23.807.064	23.353.373
Caixa e equivalentes de caixa	(1.045.547)	(773.505)
Dívida líquida	22.761.517	22.579.868
Patrimônio líquido	8.915.062	8.434.440
Índice de endividamento líquido	2,55	2,68

^(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 19 e nº 20.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.561	-	-	-	-	2.561
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	15,17%	991.731	552.478	3.060.236	2.028.776	1.730.115	8.363.336
Instrumentos Financeiros Derivativos		12.118	13.304	2.743	-	-	28.165
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros ⁽¹⁾		-	1.372.125	1.438	-	(428.975)	944.588
Total		1.006.410	1.937.907	3.064.417	2.028.776	1.301.140	9.338.650

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.003.083	-	-	-	118.993	2.122.076
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	11,95%	2.936.133	3.916.435	12.894.859	5.262.245	10.669.692	35.679.364
Instrumentos Financeiros Derivativos		186.502	146.682	(33.057)	(401.441)	(287.669)	(388.983)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros ⁽¹⁾		-	1.366.715	1.438	-	(516.317)	851.836
Total		5.125.718	5.429.832	12.863.240	4.860.804	9.984.699	38.264.293

Notas Explicativas

(*) Inclui R\$1.438 (R\$1.371 em 31 de dezembro de 2021) de compromisso de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC.

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber de clientes, consumidores, concessionárias e outros, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber das suas controladas distribuidoras de energia elétrica. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Notas Explicativas

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	23.569	17.408	1.045.547	773.505
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	3.962.243	4.665.960	4.896.553	5.243.351
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	6	39.575	32.681	6.480.800	6.466.297
Títulos de créditos a receber	7	25	25	104.409	103.747
Ativos financeiros setoriais líquidos	11	-	-	1.126.379	1.156.623
Ativo financeiro indenizável da concessão	15	-	-	8.026.127	7.618.313
Instrumentos financeiros derivativos	35	-	47.504	1.220.818	2.051.113

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº19, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2022 com queda de 15,10% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$4,7378 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de março de 2022 era de 13,93%, enquanto em 31 de dezembro de 2021 foi de 10,79%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 31 de março de 2022 com queda de 16,85% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$6,3210/Euro. A volatilidade do Euro era de 14,46% em 31 de março de 2022.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2022, excluídos os efeitos dos custos a apropriar de R\$23.917.256 (R\$23.462.751 em 31 de dezembro de 2021), R\$4.585.388 (R\$3.969.963 em 31 de dezembro de 2021) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº 19 e 20. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moedas estrangeiras têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em dezembro de 2024) e custo máximo de 2,20% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial da controladora e consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativo circulante	-	-	298.734	473.525
Ativo não circulante	428.975	495.848	1.351.059	2.025.932
Total do ativo	428.975	495.848	1.649.793	2.499.457
Passivo circulante	(1.397.547)	(1.235.453)	(1.998.633)	(1.709.426)
Passivo não circulante	(4.181)	(1.371)	(114.013)	(372.796)
Total do passivo	(1.401.728)	(1.236.824)	(2.112.646)	(2.082.222)

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados à moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - XP	50.000	USD + 2,47%	CDI + 1,71%	28/06/2024	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Bank of America ML	18.257	USD + 2,153%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	7.901	USD + 1,785%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	7.048	USD + 2,576%	CDI + 1,50%	17/06/2024	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Citibank	7.175	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	7.175	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,81%	CDI + 0,85%	15/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	23.432	USD + 1,4200%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	45.875	USD + 2,00%	CDI + 1,50%	01/09/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.000	(Libor + 1,18%) x 117,65%	CDI + 1,63%	28/08/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.876	EUR + 1,75%	CDI + 1,60%	14/02/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - JP Morgan	58.525	USD + 3,57%	CDI + 1,55%	18/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.619	(SOFR + 1,00%) x 117,65%	CDI + 1,40%	25/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.682	USD + 3,20%	CDI + 1,60%	27/02/2023	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	7.214	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	7.214	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.372	USD + 2,153%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	27.053	(Libor + 1,16%) x 117,65%	CDI + 1,75%	29/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.310	EUR + 1,89%	CDI + 1,60%	21/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	30.928	(SOFR + 1,00%) x 117,65%	CDI + 1,40%	25/03/2024	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	5.598	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	5.598	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.372	USD + 2,153%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Citibank	3.428	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	3.428	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EUR + 0,853%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,584%	CDU + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EUR + 1,0235%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	24.635	USD + 2,33%	CDI + 1,60%	17/12/2024	Fair Value Option
EAC					
Resolução 4131 - Bofa	44.943	EUR + 1,651%	CDI + 1,65%	13/12/2023	Fair Value Option
ERO					

Notas Explicativas

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citi	13.683	(Libor + 0,60%) x 117,647%	CDI + 0,65%	27/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citi	29.000	(Libor + 0,60%) x 117,647%	CDI + 0,65%	23/03/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citi	37.665	(Libor + 1,24%) x 117,647%	CDI + 1,80%	28/05/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	9.820	USD + 3,35%	CDI + 1,16%	22/03/2023	Fair Value Option
EBO					
Resolução 4131 - Scotiabank	7.901	USD + 1,78%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
ETE					
Resolução 4131 - Citibank	31.314	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	27/02/2023	Fair Value Option
ESOL					
Resolução 4131 - Bocom BBM	3.521	VC + 2,33%	CDI + 1,34%	01/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	4.951	USD + 2,35%	CDI + 1,36%	10/06/2024	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Bocom BBM	6.081	(Libor + 0,56%) x 117,65%	CDI + 0,59%	19/09/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	7.919	USD + 2,34%	CDI + 1,36%	10/06/2024	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Citibank	33.432	(SOFR + 1,00%) x 117,65%	CDI + 1,15%	06/09/2023	Fair Value Option
Rio do Peixe I					
Resolução 4131 - Scotiabank	20.875	USD + 1,74%	CDI + 1,05%	27/04/2023	Fair Value Option
Rio do Peixe II					
Resolução 4131 - Scotiabank	20.875	USD + 1,74%	CDI + 1,05%	27/04/2023	Fair Value Option
Alsol					
Resolução 4131 - Scotiabank	74.036	USD + 2,22%	CDI + 1,34%	02/02/2024	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMT					
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2020	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	73.311	IPCA + 4,47%	CDI + 1,78%	15/04/2024	N.A
BofA x EMT	64.107	IPCA + 4,23%	CDI + 0,84%	15/10/2026	N.A
Itaú X EMT	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A
BR Partners X EMT	350.000	IPCA + 6,09%	CDI + 0,80%	15/10/2031	N.A
ETO					
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	55.648	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
BAML x ETO	7.339	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A
JP Morgan X ETO	82.000	IPCA + 6,09%	CDI + 0,93%	15/10/1931	N.A
ESS					
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	55.648	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
BAML x ESS	7.339	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A
Br Partners x ESS	81.000	IPCA + 6,09%	CDI + 0,81%	15/01/2032	N.A
EMS					
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	69.586	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
BAML x EMS	9.163	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A
Itaú BBA x EMS	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A
JP Morgan X EMS	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/1931	N.A
EMG					
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMG	50.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	32.383	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
BAML x EMG	4.277	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A
EPB					
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	64.870	IPCA + 4,45%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
BofA X EPB	8.555	IPCA + 4,43%	CDI + 0,84%	13/10/2026	N.A
Itaú X EPB	49.924	IPCA + 5,11%	CDI + 0,25%	15/10/2026	N.A
JP Morgan X EPB	54.634	IPCA + 6,09%	CDI + 0,93%	15/10/2031	N.A
Br Partners x ESS	63.000	IPCA + 6,01%	CDI + 0,75%	15/01/2030	N.A
ESE					
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x ESE	65.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	27.876	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
BAML x ESE	3.669	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A
Itaú BBA X ESE	59.006	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A
JP Morgan X ESE	58.928	IPCA + 6,09%	CDI + 0,93%	15/10/1931	N.A
Br Partners x ESS	68.000	IPCA + 5,73%	CDI + 0,51%	15/07/2027	N.A
ETE					
Santander x ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	N.A
Santander x ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	N.A
JP Morgan X ETE	86.631	IPCA + 4,47%	CDI + 1,78%	15/04/2024	N.A
BAML x ETE	61.227	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	15/10/2026	N.A
ERO					
Itaú BBA X ERO	195.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ERO	130.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
JP Morgan X ERO	78.913	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
Bofa X ERO	10.389	IPCA + 4,23%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
JP Morgan X ERO	92.800	IPCA + 6,09%	CDI + 0,93%	15/10/1931	N.A
EAC					
Itaú BBA X EAC	105.000	IPCA + 4,625%	104,00% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EAC	70.000	IPCA + 4,625%	104,00% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EAC	37.099	IPCA + 4,474%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
Bofa X EAC	4.885	IPCA + 4,229%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
EPA I					
Itaú - EPA I	196.058	IPCA + 1,88%	CDI - 0,44%	27/03/2024	N.A
EPA II					
ABC Brasil - EPA II	151.784	IPCA + 1,68%	CDI - 0,55%	15/04/2024	N.A
EBO					
JP Morgan X EBO	13.938	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	12/04/2024	N.A
BAML x EBO	1.835	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A

Notas Explicativas

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENF					
JP Morgan X ENF	9.327	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	13/04/2024	N.A
BAML x ENF	1.216	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A
EAM					
JP Morgan X EAM	41.638	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/1931	N.A

Adicionalmente, em 31 de março de 2022 a Companhia contratou *Non Deliverable Forward* (“NDFs”) para sua subsidiária Alsol Energias Renováveis, Rio do Peixe I e Rio do Peixe II. Os valores aparecem discriminados abaixo:

Operação	Contratação			Vencimento
	Ativo	Notional (USD)	Valor fixo da operação	
Alsol				
Safra	USD @ 5,6731	1.015	5.761	05/04/2022
Safra	USD @ 5,8820	4.415	25.972	10/05/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5187	349	1.924	12/04/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5279	349	1.927	19/04/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5371	349	1.930	26/04/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5487	349	1.934	03/05/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5605	349	1.938	10/05/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5844	349	1.947	24/05/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5964	349	1.951	31/05/2022
Bocom BBM	USD @ 5,6086	209	1.173	07/06/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5167	1.409	7.774	11/04/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5167	470	2.591	11/04/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5259	2.537	14.017	18/04/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5536	939	5.217	05/05/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5560	2.818	15.659	06/05/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5584	1.409	7.833	09/05/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5630	470	2.613	11/05/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5679	2.818	15.692	13/05/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5917	2.818	15.759	27/05/2022
Bocom BBM	USD @ 5,6039	2.818	15.794	03/06/2022
Bocom BBM	USD @ 5,6162	2.818	15.829	10/06/2022
Bocom BBM	USD @ 5,6259	2.818	15.856	17/06/2022
Bocom BBM	USD @ 5,6381	2.818	15.890	24/06/2022
Bocom BBM	USD @ 5,6616	2.818	15.956	08/07/2022
Bocom BBM	USD @ 5,6729	2.818	15.988	15/07/2022
Bocom BBM	USD @ 5,6843	1.691	9.612	22/07/2022
Bocom BBM	USD @ 5,5259	1.235	6.822	18/04/2022
Rio do Peixe II				
ABC x Rio do Peixe II	USD @ 5,2131	968,24	5.047,55	22/04/2022

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de março de 2022 e 2021.

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Controladora

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2022	31/12/2021		31/03/2022	31/12/2021
Dívida (Objeto de Hedge)	247.040	247.040	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(226.005)	(271.701)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	247.040	247.040	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	226.005	271.701
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(254.170)	(247.142)
			Posição Líquida Swap	(28.165)	24.559
			Posição Líquida Dívida + Swap	(254.170)	(247.142)

Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2022	31/12/2021		31/03/2022	31/12/2021
Dívida (Objeto de Hedge)	5.108.105	4.896.105	Taxa Pré-Fixada	(4.230.934)	(3.887.695)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	5.108.105	4.896.105	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	5.881.457	5.479.049
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(5.271.117)	(4.990.837)
			Posição Líquida Swap	610.340	488.212
			Posição Líquida Dívida + Swap	(3.620.594)	(3.399.483)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2022	31/12/2021		31/03/2022	31/12/2021
Dívida designada para “Fair Value Option”	4.974.680	3.449.289	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(4.615.484)	(3.970.084)
Swap Cambial (Derivativo)	4.974.680	3.449.289	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	4.827.741	4.094.157
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(5.049.098)	(3.474.385)
			Posição Líquida Swap	(221.357)	619.772
			Posição Líquida Dívida + Swap	(4.836.841)	(3.350.312)

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de março de 2022 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e 20 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do

Notas Explicativas

site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Controladora:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	247.040		267.763	216.442	165.121
Variação Dívida	-		20.723	(30.598)	(81.919)
Swap Cambial		Alta câmbio			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	226.005		205.282	256.603	307.924
Variação - USD e LIBOR	-		(20.723)	30.598	81.919
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(254.170)		(254.170)	(254.170)	(254.170)
Subtotal	(28.165)		(48.888)	2.433	53.754
Total Líquido	218.875		218.875	218.875	218.875

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março 2022, o que é refletido no valor presente positivo de R\$218.875, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$218.875, em ambos os casos.

Notas Explicativas

Consolidado

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	4.974.680		5.141.519	4.029.357	2.917.196
Varição Dívida	-		166.839	(945.323)	(2.057.484)
Swap Cambial					
		Alta câmbio			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	4.827.741		4.670.934	5.838.668	7.006.402
Varição - USD e LIBOR			(156.807)	1.010.927	2.178.661
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(5.049.098)		(5.049.098)	(5.049.098)	(5.049.098)
Subtotal	(221.357)		(378.164)	789.570	1.957.304
Total Líquido	4.753.323		4.763.355	4.818.927	4.874.500

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2022, o que é refletido no valor presente negativo de R\$4.763.355 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	5.108.105		5.108.105	5.108.105	5.108.105
Varição Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	5.881.457		5.771.203	5.771.203	5.771.203
Varição - Taxa de Juros	-		(110.254)	(110.254)	(110.254)
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(5.271.117)		(5.184.549)	(5.331.934)	(5.478.317)
Varição - CDI + TJLP	-		86.568	(60.817)	(207.200)
Subtotal	610.340		586.654	439.269	292.886
Total Líquido	5.718.445		5.694.759	5.547.374	5.400.991

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 2,43%, IPCA = 3,20%, TR = 0,16% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.600.834	Alta CDI	677.141	846.426	1.015.712
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(5.049.098)	Alta CDI	(610.436)	(763.045)	(915.654)
	(10.024.520)	Alta CDI	(1.211.964)	(1.514.955)	(1.817.946)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.856.968)	Alta IPCA	(251.423)	(314.279)	(377.135)
	(171.443)	Alta INPC	(5.863)	(7.329)	(8.795)
	(645.901)	Alta TR	(1.033)	(1.291)	(1.550)
Subtotal (2)	(23.747.930)		(2.080.719)	(2.600.899)	(3.121.080)
Total -perdas (2)	(18.147.096)	-	(1.403.578)	(1.754.473)	(2.105.368)

(1) Considera o CDI de 31 de março de 2023 (12,09% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2022, TR 0,16% ao ano, INPC 3,42% ao ano e IPCA 3,20% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$169.326.

c) Variação da curva de preço de energia

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira da controlada ECOM mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos	Margem Bruta (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Cenário 1					
Compra (contrato + exposição)	(10.460)	Alta PLD	(2.628)	(3.285)	(3.942)
Venda (contrato + exposição)	103.211		21.355	26.694	32.033
Total Cenário 1	92.751		18.727	23.409	28.091
Cenário 2					
Compra (contrato + exposição)	(10.460)	Baixa PLD	(10.793)	(13.491)	(16.190)
Venda (contrato + exposição)	103.211		(7.934)	(9.918)	(11.901)
Total Cenário 2	92.751		(18.727)	(23.409)	(28.091)
Total líquido				-	-

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, antecipando para futuras necessidades de caixa.

Notas Explicativas

33. Benefícios pós-emprego

33.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo de 31 de março de 2022, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$794 (R\$582 em 31 de março de 2021) na controladora e R\$12.112 (R\$10.938 em 31 de março de 2021), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado no consolidado.

33.2 Prêmio e Gratificação de aposentadoria:

A Companhia e suas controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, ETO, ESE, ECOM, Energisa Planejamento e Parque Eólico Sobradinho, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, prêmio/gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada indireta ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

Na Companhia e demais controladas o referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

No período findo de 31 de março de 2022, a despesa de manutenção do plano foi de R\$176 (R\$97 em 31 de março de 2021) na controladora e R\$654 (R\$398 em 31 de março de 2021) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

33.3 Plano de saúde:

A Companhia e suas controladas mantêm benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento e de autogestão:

Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

Notas Explicativas

Autogestão: auto gerenciamento de rede regional credenciada e modalidade de reembolso de despesas médicas aos empregados na razão de 60% do custo efetivo, conforme política interna definida. Abrange empregados ativos e seus dependentes legais.

No período findo de 31 de março de 2022, as despesas com esse benefício foram de R\$1.045 (R\$1.443 em 31 de março de 2021) na controladora e R\$22.158 (R\$20.014 em 31 de março de 2021) no consolidado. Inclui R\$38 (R\$90 em 31 de março de 2021) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego na controladora e R\$639 (R\$1.890 em 31 de março de 2021) no consolidado.

34. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo:

(1) Venda de energia elétrica

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2022 a 2039	821.924	446.960	329.404	255.359	1.452.778

(2) Compra de energia elétrica

	Contrato de compra de energia- reais mil ^(*)					
	Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2022 a 2032	83.786	85.934	87.972	89.727	664.077
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	390.022	380.579	384.606	363.756	4.369.933
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	619.406	582.153	562.862	530.738	8.043.478
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	459.486	441.649	427.461	401.373	6.199.655
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	121.448	114.507	110.572	105.603	1.685.032
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	2.185.386	2.067.396	2.119.882	1.845.247	17.034.998
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	443.832	429.990	419.881	396.039	5.692.288
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2022 a 2054	1.117.139	1.103.025	1.090.982	1.048.672	12.259.443
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	875.075	855.598	547.699	815.473	9.300.919
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2022 a 2039	789.677	443.522	277.348	211.831	2.012.942
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	2022 a 2054	847.203	809.883	818.042	668.732	6.272.240
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	2022 a 2054	293.372	306.192	301.802	227.432	4.269.399
		8.225.832	7.620.428	7.149.109	6.704.623	77.804.404

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 31 de março de 2022 e foram homologados pela ANEEL.

(3) Locação de áreas para a implantação de usinas fotovoltaicas

	Locação de áreas para a implantação de usinas					
	Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Alsol Energias Renováveis S/A	2022 a 2051	4.962	5.824	5.808	5.808	113.786

Refere-se aos valores dos contratos de locação das áreas para implantação das Usinas Fotovoltaicas.

Notas Explicativas

35. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	31/03/2022	31/12/2021
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	215.215	907.936
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	200.876	686.306
Remuneração e atualização do ativo de contrato da concessão	60.759	462.012
Atividades operacionais		
Aquisição de intangível	305.744	155.461
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	40.276	57.326
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	5.745
Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	10.157	2.519.461
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	(305.744)	(155.461)
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	40.276	(57.326)
Intangível - CPC 06 (R2)	-	(5.745)

36. Lucro por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações diluídos pelas opções de compra de ações exercíveis. A quantidade de ações calculadas é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do período - controladora	506.170	819.763
Média ponderada em milhares de ações	1.814.589	1.814.562
Lucro líquido básico por ação - R\$	0,28	0,45
 Lucro líquido do período - consolidado	 580.684	 873.337
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	506.170	819.763
Acionistas não controladores	74.514	53.574
 Lucro líquido do período - controladora	 506.170	 819.763
Média ponderada em milhares de ações	1.814.589	1.814.562
Efeito dilutivo bônus de subscrição conversíveis em ações e programa ILP	45.519	38.545
Lucro líquido básico diluído por ação - R\$ ^(*)	0,2721	0,4949
 Lucro líquido do período - consolidado	 580.684	 873.337
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	506.170	819.763
Acionistas não controladores	74.514	53.574

^(*) Potencial efeito diluidor referente a bônus de subscrição e programa de remuneração variável (ILP).

Notas Explicativas

37. Eventos subsequentes

37.1 Aumento de capital - controladora

Em AGOE de 27 de abril de 2022 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$843.500, em razão do atingimento do limite legal de saldo das reservas de lucros. O aumento de capital foi realizado mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros, sem a emissão de novas ações e não implicará em alteração do valor nominal das ações atualmente existentes (que permanecerão sem valor nominal atribuído), nos termos do artigo 169, §1º combinado com o artigo 199 da Lei 6404/76, passando o capital social a ser de R\$4.207.444, representando 1.814.642.740 ações nominativas, sendo 756.010.104 ações ordinárias e 1.058.632.636 ações preferenciais, sem valor nominal.

37.2 Reajuste Tarifário - controladas

Controlada EMS:

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.021, de 12 de abril de 2022, aprovou o reajuste tarifário pela controlada EMS, em vigor a partir de 16 de abril de 2022, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 18,16%.

Controlada EMT:

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.022, de 12 de abril de 2022, aprovou o reajuste tarifário pela controlada EMT, em vigor a partir de 16 de abril de 2022, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 22,55%.

Controlada ESE:

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.023, de 19 de abril de 2022, aprovou o reajuste tarifário pela controlada ESE, em vigor a partir de 22 de abril de 2022, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 16,24%.

Notas Explicativas

37.3 Partes relacionadas - Contrato de prestação de serviços de TI - controladas

Contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$865.212 referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 812, de 24 de março de 2022, especificamente para as controladas Distribuidoras de energia elétrica.

Controladas	Valor do contrato	Data da assinatura	Vencimento
Controladas Distribuidoras de energia elétrica:			
Energisa Mato Grosso	231.742	11/04/2022	60 meses
Energisa Mato Grosso do Sul	132.887	11/04/2022	60 meses
Energisa Sul Sudeste	82.982	11/04/2022	60 meses
Energisa Tocantins	66.076	11/04/2022	60 meses
Energisa Paraíba	102.624	11/04/2022	60 meses
Energisa Sergipe	63.827	11/04/2022	60 meses
Energisa Borborema	12.845	11/04/2022	60 meses
Energisa Minas	36.852	11/04/2022	60 meses
Energisa Nova Friburgo	8.362	11/04/2022	60 meses
Energisa Rondônia	87.805	11/04/2022	60 meses
Energisa Acre	31.929	11/04/2022	60 meses
Demais controladas, transmissoras de energia elétrica e de serviços:			
Energisa Goiás I Transmissora	209	11/04/2022	60 meses
Energisa Para I Transmissora	209	11/04/2022	60 meses
Energisa Para II Transmissora	137	11/04/2022	60 meses
Energisa Tocantins Transmissora	117	11/04/2022	60 meses
Energisa Amazonas Transmissora	105	11/04/2022	60 meses
Energisa Soluções	3.457	11/04/2022	60 meses
Energisa Soluções Construções	2.135	11/04/2022	60 meses
Multi Energisa	912	11/04/2022	60 meses

37.4 Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022; (ii) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (iii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; (iv) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; e (v) receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, conforme decisão da ANEEL.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

Notas Explicativas

As controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$985.068, dos quais R\$73.946 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$146.682 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$764.440 destinados ao diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Os valores foram recebidos pelas distribuidoras em 09 de maio de 2022 é como segue:

Empresa	Custo de importação de energia	Programa de redução voluntaria de consumo	Diferimentos	Total
EMT	19.359	34.597	492.122	546.078
EMS	10.120	25.039	143.517	178.676
ESE	6.064	12.407	62.877	81.348
EAC	2.333	4.505	45.614	52.452
ESS	7.899	16.189	20.310	44.398
EPB	9.199	19.683	-	28.882
ERO	9.253	16.594	-	25.847
ETO	5.701	9.286	-	14.987
EMG	2.798	5.793	-	8.591
EBO	1.220	2.589	-	3.809
Total	73.946	146.682	764.440	985.068

37.5 Pagamento de dividendos intercalares da controlada direta Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A - exercício 2021

Em reunião da diretoria realizada em 04 de abril de 2022, foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela controlada até 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$5.000 (0,089275695 por ação ordinária). Os pagamentos foram efetuados a partir do dia 05 de abril de 2022, com base na posição acionária daquela data.

37.6 Pagamento de dividendos exercício 2022 - controlada Rede Energia Participações S/A

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2021 da controlada Rede, no montante de R\$340.923, equivalentes a R\$ 0,161550284724 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 27 de junho de 2022, com base na posição acionária da controlada em 02 de maio de 2022.

37.7 Antecipação de dividendos do exercício de 2022 - controladas

As controladas abaixo, aprovaram em 11 e 12 de maio de 2022, a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 31 de março de 2022, conforme segue:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação (R\$)	Data pagamento
Energisa Paraíba	88.643	96,5439277359 ON	A partir de 13 de maio de 2022
Energisa Borborema	8.187	27,9495486124 ON	A partir de 13 de maio de 2022
Energisa Sergipe	70.646	361,3447130311 ON	A partir de 12 de maio de 2022
Energisa Minas Gerais	19.735	24,1075664024 ON	A partir de 13 de maio de 2022
Energisa Nova Friburgo	3.480	115,5667163633 ON	A partir de 13 de maio de 2022
Energisa Tocantins	53.203	81,6483719374 ON/PN	A partir de 12 de maio de 2022
Energisa Sul Sudeste	58.563	603,0427106845 ON	A partir de 13 de maio de 2022

Notas Explicativas

37.8 Emissão de debêntures - Controladora e Controladas

Controladora

Em 15 de abril de 2022 a Companhia efetuou a 16ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$750.000 sendo: (i) R\$309.383 referente a 1ª Série com vencimento em 15 de abril de 2029 com remuneração de IPCA mais 6,1566% a.a.; (ii) R\$190.617 referente a 2ª Série com vencimento em 15 de abril de 2032 com remuneração de IPCA mais 6,2770% a.a.; e (iii) R\$250.000 referente a 3ª Série com vencimento em 15 de abril de 2027 com remuneração de 100% do CDI mais 1,50% a.a. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 10 de maio de 2022. Os recursos da 1ª e 2ª Série serão destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição e transmissão de energia elétrica de titularidade das controladas dos projetos e da 3ª Série serão destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Controladas

EMT

Em 15 de abril de 2022 a controlada efetuou a 15ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$260.000 sendo: (i) R\$164.437 referente a 1ª Série com vencimento em 15 de abril de 2029 com remuneração de IPCA mais 6,1566% a.a.; e (ii) R\$95.563 referente a 2ª Série com vencimento em 15 de abril de 2032 com remuneração de IPCA mais 6,2770% a.a. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 10 de maio de 2022, e serão destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da controlada.

ERO

Em 15 de abril de 2022 a controlada efetuou a 7ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$410.000 sendo: (i) R\$253.694 referente a 1ª Série com vencimento em 15 de abril de 2029 com remuneração de IPCA mais 6,1566% a.a.; e (ii) R\$156.306 referente a 2ª Série com vencimento em 15 de abril de 2032 com remuneração de IPCA mais 6,2770% a.a. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 10 de maio de 2022 e serão destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da controlada.

ETO

Em 15 de abril de 2022 a controlada efetuou a 8ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$90.000 sendo: (i) R\$55.689 referente a 1ª Série com vencimento em 15 de abril de 2029 com remuneração de IPCA mais 6,1566% a.a.; e (ii) R\$34.311 referente a 2ª Série com vencimento em 15 de abril de 2032 com remuneração de IPCA mais 6,2770% a.a. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 10 de maio de 2022, e serão destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da controlada.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Energisa S.A.
Cataguases – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Energisa S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado – DVA, individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a suas formas e os seus conteúdos estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondente ao exercício e do período anterior

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, individuais e consolidados, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, apresentados para fins de comparação foram auditados e revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sobre informações financeiras intermediárias em 16 de março de 2022 e 13 de maio de 2021, respectivamente, sem modificações.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Antônio Carlos Brandão de Sousa
Auditores Independentes Ltda. Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ENERGISA S.A.
- COMPANHIA ABERTA -
CNPJ/MF: 00.864.214/0001-06
NIRE: 31.3.000.2503-9

Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Energisa S.A. ("Companhia"), realizada em 11 de maio de 2022.

1. Data, Hora e Local: Aos 11 dias do mês de maio de 2022 às 14h00, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, disponibilizada pela Companhia com sede na Praça Rui Barbosa, nº 80, Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.
2. Convocação e Presença: Convocados regularmente todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se presentes por vídeo conferência os conselheiros abaixo assinados, verificando-se a composição de quorum suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho Fiscal. Presente também o (i) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Maurício Perez Botelho; (ii) Diretor Corporativo de Contabilidade, Tributário e Patrimonial, Sr. Vicente Cortes de Carvalho; e (iii) Especialista Contábil, Rodolfo da Paixão Lima.
3. Mesa: Presidente: Sra. Vania Andrade de Souza
Secretário: Sr. João Paulo Paes de Barros
4. Deliberações: Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:
 - 4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho Fiscal em forma de sumário.
 - 4.2. Aprovar a eleição da Sra. Vania Andrade de Souza para o exercício do cargo de Presidente do Conselho Fiscal.
 - 4.3. Consignar que os membros do Conselho Fiscal da Companhia examinaram as demonstrações financeiras referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2022, conforme apresentação realizada pelos representantes da Companhia, que prestaram todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais.
 - 4.4. A cópia do material apresentado no item 4.3, numerada e autenticada pela mesa, fica arquivada na Companhia como doc. 1.
5. Encerramento: Não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Mesa:
Vania Andrade de Souza João Paulo Paes de Barros
Presidente Secretário

Conselheiros:
Flavio Stamm Vania Andrade de Souza
Mario Daud Filho

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de março de 2022

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de maio de 2022.

Ricardo Perez Botelho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador CRC MG 042523/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. sobre o Parecer dos Auditores Independentes do período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de março de 2022

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de maio de 2022.

Ricardo Perez Botelho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador CRC MG 042523/O-7